

Estudos

Revista da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas da Unimar

Estudos

Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas da Unimar
Número 10 - 2006

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

REITOR: Dr. Márcio Mesquita Serva

VICE-REITORA: Profª Regina Lúcia Ottaiano Losasso Serva

PRÓ-REITORA DE AÇÃO COMUNITÁRIA: Profª Maria Beatriz de Barros Moraes Trazzi

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO: Prof. José Roberto Marques de Castro

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO: Profa. Dra. Suely Fadul Villibor Flory

DIRETORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS :

Profa. Ms. Cláudia Pereira de Pádua Sabia

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Profª. Dra. Maria Ester Braga Faria

COORDENAÇÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTO

Profª Drª Wálquiria Martinez Heinrich Ferrer

MEMBROS

Profª. Drª Cláudia Pereira de Pádua Sabia; Profª Ms. Marisa Livia Brançam de Freitas; Profª
Drª Adriana Migliorini Kieckhofer; Prof. Luiz Sérgio dos Santos; Profª Drª Josiane Magalhães;
Profª Drª Terezinha Corrêa Lindino; Prof. Dr. Miguel Ângelo Hemzo; Prof. Dr. Benedito Felipe
de Souza

SECRETÁRIO

Luiz Alberto Camargo Vassalo

REVISÃO

Letizia Zini Antunes/ Maria do Rosário G. L.Silva

ARTE DE CAPA

Rodrigo Rojas

SUPERVISÃO DE EDITORAÇÃO

Benedita Aparecida Camargo

**Catálogo na fonte: Universidade de Marília
Biblioteca Central “Zilma Parente de Barros”**

Estudos: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNIMAR / publicação científica da Universidade de Marília – Marília, SP: Editora UNIMAR; São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

168p; v.10, n.10, 2006

ISSN 1415-8108

1. Ciências Humanas. 2. Ciências Sociais. 3. Educação I. Universidade de Marília II. Estudos: Revista da Faculdade de Ciências Humanas da UNIMAR.

CDD - 300

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas	300
2. Ciências Sociais	300
3. Educação	370

Editora Arte & Ciência
Rua dos Frances, 71 – Bela Vista
São Paulo –SP - CEP 01327-000
Tel.: (011) 3284-8860
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR
Av. Higyno Muzzy Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br



Papel reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.

APRESENTAÇÃO	9
CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL Conception of social service in the judiciary and the relation with the social matter Eliana Aparecida Gonçalves FROIS.....	11
CAPITAL INTELECTUAL: UMA REALIDADE QUE NÃO DEVERIA SER IGNORADA NOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS DAS ORGANIZAÇÕES Intellectual capital: a reality that shouldn't be unknown in the organization accounting reports José Augusto Meirelles REIS.....	25
CAUSALIDADE E ALIENAÇÃO: CONVERGÊNCIAS ENTRE A TEORIA DE NORBERT ELIAS E A TEORIA DA ATRIBUIÇÃO Causality and alienation: convergences between Norbert Elias' theory and the theory of attribution Marcelo Luís Grassi BECK Renata LOURENÇO.....	47
GLOBALIZAÇÃO E CONSUMO: VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA UMA MELHOR COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES Globalization and consumption: advantages and disadvantages for a better communication in organizations Edson CATELAN.....	65

**A EMERGÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO: IMPLANTAÇÃO
E IMPORTÂNCIA**

The emergence of postgraduation: implantation and importance

Lilia Christina de Oliveira MARTINS

Egli MUNIZ.....81

**CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DIGNIDADE HUMANA**

Considerations about sustainable development and human dignity

Cíntia Maria TRAD.....95

**A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE
E A PARTICIPAÇÃO DO CONTABILISTA**

The bookkeeping, the pertinent legislation and the accountant's
participation

Ademir de OLIVEIRA.....111

**DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL
EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Integrated and sustainable development in Brazilian towns

Adriana Migliorini KIECKHOFER

Luiz Gonzaga de Souza FONSECA.....121

**FAMÍLIAS E SUA RELAÇÃO COM ABRIGOS:
UMA RESPOSTA À CONJUNTURA BRASILEIRA?**

Families and their relationship with shelters: an answer
for the Brazilian conjuncture?

Ivana Célia Franco PAIÃO.....139

**A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA A
RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL**

The need of the scientific formation for the educational reconstruction
in Brazil

Maria Helena Barriviera e SILVA.....149

HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE: UM NOVO ESPAÇO PARA O ASSISTENTE SOCIAL	
Humanization in public health: a new space for the social worker	
Maria Ester Braga FARIA.....	157
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA	
Public policies on helping cooperation between universities and companies	
Claudia Pereira de Pádua SABIA.....	171
A JUSTIÇA COMO UM IDEAL A SER PERSEGUIDO NA REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA.	
Justice as an ideal to be pursued in democracy	
Marília Vilardi MAZETO	
PatríciaRIBEIRO.....	195
O BRASIL NA DÉCADA DE 90: O INÍCIO DO PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO MUNDIAL	
Brazil in the 90's: the beginning of an insertion the international market	
Walkiria Martinez Heinrich FERRER.....	207
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DA REVISTA ESTUDOS.....	233
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHOR INDEX	235

APRESENTAÇÃO

Com esta edição a revista Estudos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNIMAR chega ao seu décimo número, atendendo a um dos principais objetivos desta instituição de ensino, ou seja, seriedade e comprometimento com a atividade de pesquisa.

Neste número, a revista Estudos contempla também artigos dos professores do Curso de Direito, incorporado à Faculdade de Ciências Humanas no segundo semestre de 2006, ampliando ainda mais o universo do conhecimento presente neste veículo de comunicação que, desde seu primeiro número, procura contemplar as várias vertentes do conhecimento presentes na área de Ciências Humanas e agora também de Ciências Sociais Aplicadas.

Os quatorze artigos aqui apresentados, de autoria do corpo docente desta instituição assim como de autores convidados, abordam temas como a profissão do serviço social no judiciário; globalização e consumo; desenvolvimento sustentável e dignidade humana; a necessidade de formação científica para a reconstrução educacional no Brasil; justiça e democracia, entre outros.

Trata-se de temas de extrema relevância no atual contexto social, pois as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais advindas da nova ordem mundial trazem desafios aos estudiosos, para que eles busquem não somente proporcionar recursos para a compreensão da nova realidade, mas principalmente propor novos caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Profª Drª Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO E A RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL

CONCEPTION OF SOCIAL SERVICE IN THE JUDICIARY AND THE RELATION WITH THE SOCIAL MATTER

Eliana Aparecida Gonçalves FROIS¹

RESUMO: O presente artigo traz uma discussão sobre a concepção atual de Serviço Social, a relação que essa profissão tem com a questão social e suas expressões. Discute ainda o papel do assistente social no judiciário, suas atribuições reconhecidas oficialmente pelo Tribunal de Justiça para levar ao entendimento de sua atuação também com as expressões da questão social. Traz ainda um breve relato sobre o funcionamento de um Fórum, os principais setores antes de o processo chegar ao setor de Serviço Social, e finaliza com um breve histórico do Serviço Social no Judiciário.

UNITERMOS: Serviço Social; questão social; serviço social judiciário; atribuições do assistente social do judiciário; histórico do Serviço Social no Judiciário.

ABSTRACT: The present article brings a discussion about the current conception of Social Service, the relationship that this profession has with the social subject and its expressions. It still discusses the social worker role in the judiciary, his/her attributions recognized officially by the Justice Court and then also trying to understand its performance with the expressions of the social subject. It still brings a brief report on how a Court operates the main sections before the process arrives to the section of Social Service, and it concludes with a short report of the Social Service in the Judiciary.

UNITERMS: Social Service; social subject; judiciary social service; the social worker of the judiciary attributions; historical of the Social Service in the Judiciary.

¹ Assistente social judiciário no Fórum de Palmital/SP há quase 16 anos, mestre e doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP e docente na Universidade de Marília, no curso de Serviço Social.

Definir ou conceituar a profissão de Serviço Social ainda é muito difícil e obscuro para muitos de nós. Sempre se ouviu que o Serviço Social é aquela profissão que trabalha as relações sociais, os conflitos sociais ou, como se considera mais modernamente, aquela que trabalha com as manifestações da questão social.

O Serviço Social é uma profissão muito abrangente e, na verdade, exige que o assistente social se especialize diariamente, pois as questões sociais se diversificam a cada dia neste nosso mundo capitalista.

Hoje o assistente social tem de ser propositivo diante das inúmeras demandas, dos escassos recursos e das políticas sociais puramente assistencialistas no mundo globalizado. Ele deve estar sempre pronto a propor medidas para solucionar ou amenizar determinadas questões sociais.

Na tentativa de definir o Serviço Social, penso nele como uma profissão que se depara com as necessidades materiais, espirituais, afetivas da população. É, portanto, um ofício interventivo que interfere nas questões sociais. É uma profissão que, para não cair na “mesmice” ou na mera reprodução dos problemas sociais, deve produzir conhecimento, tratando da realidade, levando em conta o processo histórico, traçando estratégias de intervenção.

Como uma profissão sócio-política, o Serviço Social faz críticas, formula e opera políticas sociais, faz mediação, está ligada aos direitos humanos e sociais, à cidadania e à democracia.

É uma profissão que interfere de forma técnica nas conseqüências da questão social.

A profissão de Serviço Social, como todos sabem, teve uma grande influência da igreja católica, como salienta Manuel Manrique Castro:

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer como entendemos a função concreta que o Serviço Social desempenha no interior das relações sociais entre as classes; e, secundariamente, qual o papel que a religião católica (como tal) e sua igreja (como instância de organização de um determinado poder político) tiveram durante o período da gê-

nese, da formação do Serviço Social – com uma atenção particular às implicações de caráter extra-religioso que o catolicismo trouxe à configuração do Serviço Social. (CASTRO, 2000, p. 44)

A profissão de Serviço Social só pode ser entendida no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalista, tendo sido criada pelo próprio governo, quando houve o fim do estado de bem-estar, quando surgiram então os problemas, as crises e as questões sociais que passaram a ser de responsabilidade do Estado.

Em 1942, é criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência), que foi o primeiro órgão a lidar com a questão social. A partir de então, vão surgindo leis e programas direcionados às questões sociais.

As necessidades sociais vão aparecendo em grande escala com o surgimento do capitalismo monopolista.

Podemos constatar algumas alterações na questão social destacando alguns pontos citados por Castel, como: desestabilização dos estáveis, instalação na precariedade e o aparecimento dos sobrantes. Segundo Castel:

Sobrantes não são explorados. Estão lá como inúteis ao mundo como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais, no sentido de que não encontram um lugar na sociedade, com um mínimo de estabilidade. São pessoas poder-se-ia dizer que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos. (CASTEL, 2000, p. 255)

Então, seria com essa realidade que o assistente social iria deparar-se, com as conseqüências do mundo capitalista, denominadas então como “questões sociais”. Dessa maneira, o assistente social tem de enfrentar “a chamada questão social, a qual se torna a base de justificação desse profissional especializado”. (CASTEL, 1990, p.77).

Assim, os mandatários do Serviço Social passam a ser a burguesia, o patronato e o próprio Estado. E de lá para cá é o Assistente Social quem, majoritariamente, trabalha nas gestões de programas sociais. Como escreve Yamamoto:

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão estreitamente integrada ao setor público em especial, face à progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil.

Vincula-se, também, às organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. (1995, p.80)

A profissão vai conquistando espaço em diferentes áreas e ganhando demandas também diferenciadas. Daí a necessidade de o assistente social tornar-se propositivo à medida que consegue definir suas funções dentro da instituição em que está prestando seus serviços. Pode, assim, apresentar propostas que ultrapassem a demanda institucional.

Nesse aspecto, entendo que o profissional ganha autonomia, pois, de certa forma, ele pode expor suas idéias, criar alternativas e vislumbrar novos caminhos.

O Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infra-estrutura urbana, etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. (IAMAMOTO, 1995, p.116)

Acrescento outras situações de intervenção, além daquelas mencionadas por Iamamoto, como as encontradas no Judiciário, por exemplo, onde exerço minha profissão. Lá a demanda é um pouco diferenciada, ou talvez diferentemente abordada, pois se trabalha

com processos judiciais de diversas ordens, como guarda, tutela, adoção, interdição, separação, regulamentação de visitas, pensão alimentícia, etc.

Com esses exemplos, fica ainda mais clara a necessidade de o profissional buscar seu aprimoramento de acordo com sua área de atuação e, ainda, procurar definir suas funções dentro da instituição em que trabalha. Aqui se enquadram bem as colocações de Yamamoto sobre o trabalho do assistente social e suas responsabilidades:

Se o assistente social, na condição de assalariado, deve responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo co-responsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las. (IAMAMOTO, 1995, p 121)

Essa autora trata ainda da “imprecisão vigente” quanto à definição das atribuições do assistente social, que produz a impressão e a confusão de que tudo é função do assistente social, de que tudo é demanda de sua área de atuação.

Sobre esse aspecto quero exemplificar com a vitória de uma luta da AASPTJ (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) que, há mais de um ano, havia ingressado com um pedido junto ao Tribunal para que se regulamentassem as funções e atribuições do assistente social judiciário. Essa luta foi ganha e o TJ publicou, no DOJ do dia 12/03/2004, o Comunicado do DRH N° 308/2004 contendo todas as atribuições deste profissional. Portanto, hoje, pelo menos dentro do TJ, alguns abusos e confusões poderão ser evitados e esclarecidos e o assistente social poderá ficar menos sobrecarregado.

As atribuições do Assistente Social Judiciário

Conforme publicação no Diário Oficial Judiciário, as atribuições reconhecidas pelo Tribunal que passam a regulamentar as ações dos assistentes sociais dentro do Tribunal de Justiça são as seguintes:

- 1) Atender determinações judiciais relativas à prática profissional, em conformidade
- 2) com a legislação que regulamenta a profissão e o Código de Ética Profissional.
- 3) Proceder a avaliação dos casos, elaborando estudo ou perícia social, com a finalidade de subsidiar ou assessorar a autoridade judiciária no conhecimento dos aspectos sócio-econômicos, culturais, interpessoais, familiares, institucionais e comunitários.
- 4) Emitir laudos técnicos, pareceres e resposta a quesitos, por escrito ou verbalmente, em audiências e ainda realizar acompanhamento e reavaliação de casos;
- 5) Desenvolver, durante o Estudo Social e/ou Plantão de Triagem, ações de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, no que se refere às questões sócio-jurídicas.
- 6) Desenvolver atividades específicas junto ao cadastro de adoção, nas Varas da Infância e Juventude, CEJA e CEJAI.
- 7) Estabelecer e aplicar procedimentos técnicos de mediação junto ao grupo familiar em situação de conflito.
- 8) Contribuir e/ou participar de trabalhos que visem a integração do Poder Judiciário com as instituições que desenvolvam ações na área social, buscando a articulação com a rede de atendimento à infância, juventude e família, para o melhor encaminhamento.
- 9) Acompanhar visitas de pais às crianças, em casos excepcionais, quando determinado judicialmente.
- 10) Fiscalizar instituições e/ou programas que atendam criança e adolescente sob medida protetiva e/ou em cumprimento de medida sócio-educativa, quando da determinação judicial em conformidade com a lei 8069/90.
- 11) Realizar trabalhos junto à equipe multiprofissional, principalmente com o setor de psicologia, com o objetivo de atender à solicitação de estudo psicossocial.

- 12) Elaborar mensal e anualmente relatório estatístico, quantitativo e qualitativo sobre atividades desenvolvidas, bem como pesquisas e estudos, com vistas a manter e melhorar a qualidade do trabalho.
- 13) Atuar em programas de treinamento de Juízes e Servidores, inclusive os de capacitação de Assistentes Sociais Judiciários, como Coordenador, Monitor e Palestrante, promovidos pelo Tribunal de Justiça.
- 14) Supervisionar estágio de alunos do curso regular de Serviço Social, mediante prévia autorização do Tribunal de Justiça.
- 15) Planejar e Coordenar as atividades técnicas e administrativas específicas do setor social.
- 16) Elaborar e manter atualizado cadastro de recursos da comunidade.
- 17) Elaborar, implementar, coordenar, executar e avaliar, controlando e fiscalizando se necessário, planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social, de acordo com as diretrizes fixadas pelas E. Presidência, nos serviços de atendimento a magistrados e servidores.
- 18) Assessorar a Alta Administração sempre que necessário, nas questões relativas à matéria do Serviço Social.

Além das atribuições elencadas, outro aspecto pode ser pensado, ou seja, a necessidade das lutas coletivas e de categorias representativas, pois ninguém consegue nada sozinho.

Com essa ação da AASPTJ confirma-se o que Marilda Iamamoto afirma em seu texto “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”:

Pode o profissional limitar-se a responder às demandas do empregador, confirmando-lhe sua adesão, ou lançar-se no esforço coletivo junto à categoria, aliada aos demais profissionais e aos setores populares de propor e efetivar uma direção alternativa àquela proposta pelos setores do jogo de forças sociais presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população,

consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social. (IAMAMOTO, 1995, p 122)

Eu já parei e me perguntei por várias vezes se as demandas do Serviço Social Judiciário são outras questões sociais, ou se são conseqüências da questão social.

Eu acredito, mais uma vez, que são conseqüências da questão social, pois em todos os tipos de ações judiciais nas quais nos inserimos como técnicos perpassam a estrutura capitalista monopolista, e mais uma vez o assistente social atua para tentar amenizar essas conseqüências, que ultrapassam aspectos da precariedade material.

Com o objetivo de aprofundar algumas questões abordadas nesta parte, irei tratar, a seguir, do trabalho do assistente social e da equipe técnica nos fóruns judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Funcionamento de um Fórum e da equipe técnica

Para entendermos melhor como ocorre o funcionamento de um fórum, que é o local onde trabalhamos, definiremos suas principais funções.

O Juiz de Direito tem a função de julgar os conflitos de interesses por intermédio dos processos.

O Promotor de Justiça é o representante do ministério público em cada fórum. Sua participação nos feitos que envolvem crianças e adolescentes é obrigatória. Ele é o fiscal da lei.

Ofício de Justiça é o nome que se dá aos cartórios. Exemplo: Ofício de Justiça da Primeira Vara da Comarca de Marília é o mesmo que dizer Cartório da Primeira Vara do Fórum da Comarca de Marília.

O responsável pelo cartório é o escrivão diretor, porém trabalham nele, além do diretor, o escrevente chefe, escreventes técnico-judiciários e o auxiliar judiciário. No cartório ficam os autos, também conhecidos como processos. Portanto, é o cartório que faz a remessa (a entrega) dos processos para os assistentes sociais, mediante a carga em livro próprio.

As equipes técnicas são compostas por assistentes sociais e psicólogos que participaram do processo seletivo para as Varas

da Infância e Juventude: porém, com o tempo, as equipes têm sido requisitadas a atuar em processos das varas cíveis, em assuntos de família, entre outros. Essa equipe está prevista nos artigos 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069 de 13 de Julho de 1990.

Analisando simplificadaamente podemos dizer que existe um conflito a ser resolvido entre duas partes. Geralmente uma parte procura um advogado, que formula o seu pedido por justiça para sua causa, e esse pedido, ao entrar no Judiciário, é protocolado; o setor de protocolo encaminha ao cartório competente (de acordo com o assunto). No cartório, tal pedido ganha uma capa, um número que é dado por ordem de chegada, suas folhas são enumeradas e, portanto, torna-se um processo. O cartório então passa a ser responsável pelo andamento deste, e é ele que o encaminhará para o promotor, para o Juiz, para o assistente social, para os psicólogos, fará as intimações, encaminhará para publicações na imprensa local e oficial.

A outra parte constante do processo será citada ou intimada sobre o que está sendo solicitado e dito à Justiça.

Durante o andamento desses processos, quase sempre, antes de qualquer decisão, mesmo que provisória, é solicitado um estudo social. Os juízes esperam desses estudos a avaliação da situação. Muitas vezes o pedido de estudo social vem acompanhado do pedido de avaliação psicológica, porém, depende de cada Juiz. Na Comarca onde atuo, na maioria das vezes, esse pedido de avaliação psicológica é solicitado se houver necessidade, pois os psicólogos não ficam lotados em nossa comarca e esse fato acaba dificultando a agilidade no andamento do processo.

Após a realização do estudo social, da elaboração do relatório e do parecer profissional, tais elementos são juntados ao processo e se tornem uma peça fundamental para que o juiz dê sua sentença final e decida o impasse. Geralmente as equipes técnicas são lotadas (assinam ponto) na Seção Geral de Administração e são subordinadas diretamente ao Juiz diretor do Fórum em relação às questões administrativas. Em relação aos trabalhos

realizados nos processos, cada juiz é responsável pelo trabalho solicitado e realizado.

Breve histórico do Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

O Serviço Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo existe desde o ano de 1949, quando da promulgação da lei 560, de 27 de Dezembro de 1949 que criou o “sistema de colocação familiar”, sendo que o primeiro diretor desse serviço foi o assistente social José Pinheiro Cortez, que permaneceu na função de 1950 a 1979.

Esse trabalho só existia na capital, e posteriormente foram sendo criados novos serviços dentro do Tribunal de Justiça, destinados à ocupação dos cargos por assistentes sociais, ampliando o espaço profissional.

Já na década de 80 (por volta de 1987), foram contratados, como prestadores de serviço, assistentes sociais em todos os fóruns do Estado de São Paulo.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela lei 8069/90, de 13 de julho de 1990, houve a implantação oficial das equipes interprofissionais destinadas a assessorar a Justiça da Infância e Juventude. Estas equipes integram os serviços auxiliares, previstos no Capítulo II, Seção III, Artigos 150 e 151 da presente lei.

No mês de outubro de 1990, foi realizado o primeiro processo seletivo para o interior do estado, pelo Tribunal de Justiça. Inicialmente houve a contratação de aproximadamente 250 assistentes sociais para fóruns do interior do estado. Pouco depois houve também o processo seletivo para contratação de psicólogos em seu quadro de funcionários, o que veio a instituir então as equipes técnicas no interior ou equipes interdisciplinares ou equipes interprofissionais do Tribunal de Justiça, como prevê o ECA.

A ampliação deste campo de atuação vem ocorrendo de maneira considerável, pois a cada dia que passa o trabalho do assistente

social está sendo solicitado em processos diferenciados, nos quais até então não havia sua atuação.

Isso se comprova também com o número de profissionais hoje existentes no Tribunal de Justiça, que alcança um total de 801 assistentes sociais entre capital e interior. Uma diferença de 551 profissionais em 11 anos. É sabido, ainda, que esse número necessita ser ampliado, e no ano de 2005 houve um novo concurso para assistentes sociais e psicólogos que já estão sendo chamados a assumir seus cargos, mesmo que paulatinamente. Nos fóruns do interior a realidade vivenciada pelos profissionais é um pouco diferente da vivida pelos profissionais da capital. Na capital cada assistente social tem sua área específica de atuação. Por exemplo: há o assistente social que atua nos processos de adoção, aquele que atua nos processos de família, outros com adolescentes infratores, etc.

No interior os assistentes sociais atuam em todos os tipos de processos ao mesmo tempo.

Já ouvi comentários de colegas da capital, dizendo que acham impossível que alguém que atue em diversos tipos de processo, ao mesmo tempo, consiga ser competente em todos eles, pois muitos acreditam que esse profissional não consiga se aperfeiçoar em nenhum.

Atuando no Fórum do interior há quase 16 anos, acredito que a riqueza do trabalho do judiciário está pautada justamente no fato de que esta área de atuação é dividida em áreas de competências, que o profissional necessitou buscar conhecimento para poder atuar. Entendo que é por esse fato que alguns anos atrás ocorriam as assessorias técnicas, sendo que cada assessoria prestada dava-nos os subsídios sobre a atuação em cada área de especificidade, como por exemplo drogadição, vitimização, adoção, guarda, tutela, crianças e adolescentes, infratores, etc.

Está sendo uma grande perda para as equipes técnicas, principalmente do interior, o fato de terem extinguido a equipe técnica do Tribunal de Justiça, que por meio de parcerias, prestava esse trabalho. Depois desta extinção, resta aos profissionais buscarem essas assessorias por meio de leituras, cursos particulares e de trocas de experiências com outros colegas. Além dessa função, a equipe do Tribunal

de Justiça servia como suporte para as equipes do interior. Quando surgiam problemas e dúvidas quanto à suas funções, por exemplo, essa equipe era consultada e procurava dar uma orientação.²

A riqueza deste trabalho também pode ser atribuída ao fato de que em cada atuação devemos ter um modo específico de agir, e com o tempo, é claro, conseguimos desenvolver novas habilidades, criar novas estratégias e novas técnicas que facilitam nosso trabalho e nos garantem uma atuação mais eficaz.

Nos fóruns do interior, pelo fato de o trabalho dos assistentes sociais ocorrer em quase todas as ramificações processuais, constata-se que o público-alvo também é diverso. Atendemos usuários dos diversos segmentos, porém, o grande contingente do público atendido é de segmentos pauperizados, que não podem ir diretamente a um advogado para fazer uma consulta.

Quanto às dificuldades e limitações da atuação do assistente social, entendo que elas ocorram mais em relação à parte administrativa do trabalho, principalmente em questões de horário de trabalho, dispensa para cursos e eventos científicos ligados à área de atuação.

Em relação à atuação do assistente social nos processos, na realidade por mim vivenciada, sinto que haja limitações e dificuldades, pois o juiz solicita o estudo social e determina sua realização, cabendo ao profissional efetuar-lo e analisar a necessidade de visita domiciliar, entrevistas, visitas, contatos com escolas, creches e outras instituições. Após a realização de tais tarefas e a utilização dos instrumentais necessários, o técnico deve elaborar o relatório que será anexado aos autos. É nesse relatório, aliado ao exame das demais peças juntadas ao processo, que o juiz embasa sua decisão final; por isso o profissional deve ter responsabilidade e compromisso na sua

2 No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não há um departamento específico que se conheça a profissão de Serviço Social e Psicologia. Há uma luta da AASPTJ (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça) que estabeleceu uma proposta de criação de um Departamento Técnico para cuidar apenas do trabalho e das funções dos assistentes sociais e psicólogos do TJ. Além disso, elaborou uma proposta com a descrição das funções e atribuições e encaminhou ao TJ. Se for criado este departamento e se tais propostas forem aceitas será uma grande conquista para a categoria.

atuação. Nem sempre os casos são simples de se avaliar e fáceis para se dar um parecer. De acordo com Selma Marques Magalhães:

Esse parecer implica compromisso ético e político com a profissão, a despeito dos aspectos legais formais dos casos e dos componentes valorativos dos demais atores envolvidos no trabalho forense, que podem extrapolar ou, mesmo, sobrepor-se à ação dos técnicos. (MAGALHÃES, 2001, p. 20)

Magalhães relaciona esse componente valorativo às singularidades pessoais e aos aspectos concernentes à formação profissional, que envolvem a visão de mundo e o conseqüente direcionamento teórico da atuação.

Portanto, esse universo do judiciário trabalha a questão social do país por meio de outros caminhos e de outros problemas, outras conseqüências causadas pela questão social maior, que é a crise do capitalismo, que gera pobreza, desemprego, desamor, desunião, individualismo, mudança de valores, inversão de papéis. E é neste universo que o assistente social irá atuar e para isso precisa estar atento, conhecendo o Serviço Social e sua relação com a questão social.

Concluindo, podemos destacar que a concepção da profissão do assistente social encontra-se inteiramente imbricada com a questão social porque, seja no judiciário, seja em qualquer outra área, a questão social está presente no cotidiano profissional de forma marcante, sendo uma conseqüência do sistema capitalista em que vivemos. Para isso, o profissional deve estar preparado, porque é com a questão social e suas duras conseqüências que terá de trabalhar cotidianamente. A ideologia capitalista é a precursora da questão social, pois desde que existe capitalismo existe a questão social, que, com o passar do tempo, trouxe e traz conseqüências desastrosas para a humanidade. Essas conseqüências são as mais diversas e inimagináveis e abrangem toda a sociedade e todos os setores que trabalham com o social. Por isso, o assistente social é um dos profissionais que está mais presente na tentativa de solucionar ou amenizar as problemáticas surgidas neste sistema injusto.

REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. *Serviço Social e Sociedade* nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

FÁVERO, Eunice Terezinha. *Serviço Social, práticas judiciais, pode: a trajetória do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo de 1948 a 1958*. 2. ed. São Paulo: NCA/PUC, 1996.

IAMAMOTO, Marilda. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. *Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MAGALHÃES, Selma Marques. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras Editora, 2003.

_____. *Os laudos sociais na comunicação forense: caminhos e descaminhos*. Dissertação de Mestrado – PUC/São Paulo, 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade* nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

SITE www.aasptj.org.br – link notícias. Acesso em: 14 jul.2004.

YASBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. *Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social*. Módulo II do Curso de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais CFESS, ABEPSS, UNB. Brasília: 1999.

_____. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*. *Temporalis* (ABEPSS), Brasília: 2001.

CAPITAL INTELECTUAL UMA REALIDADE QUE NÃO DEVERIA SER IGNORADA NOS RELATORIOS CONTABEIS DAS ORGANIZAÇÕES

INTELLECTUAL CAPITAL: A REALITY THAT SHOULDN'T BE UNKNOWN IN THE ORGANIZATION ACCOUNTING REPORTS

José Augusto Meirelles REIS¹

RESUMO: Hoje em dia, palavras como Capital Intelectual, Capital Humano e Tecnologia da Informação fazem parte de nosso cotidiano. Livros, artigos em revistas especializadas ou não e de órgãos de categoria sempre mostram algo novo sobre os assuntos citados. As facilidades de comunicação, informatização, internet e outras mudanças radicais vividas hoje em dia são realidades que vieram para ficar, e nos mostram como o Capital Intelectual está ligado intimamente com as empresas, proporcionando aumento dos lucros e uma criatividade de grande alcance. Qual seria o milagre, quando a empresa avaliada pelo mercado (valor das ações) vale muito mais que o valor demonstrado no balanço patrimonial por meio do patrimônio líquido. Não existe milagre, existe o Capital Intelectual, que é o grande diferencial nas empresas nesta Era conhecida como do Conhecimento.

UNITERMOS: capital intelectual; capital humano; capital estrutural; capital de clientes; conhecimento; ativo intangível.

ABSTRACT: part of our daily routine. Books, articles either in specialized magazines or not and the category organs always show something new about the subjects mentioned. The communication facilities, information, Internet and other radical changes experienced at the present moment are realities that came to stay. Also, they show us how the Intellectual Capital is connected to the enterprises, providing increase of profits and a long-range creativeness. Which miracle would it be where the enterprise evaluated

¹ Professor de Introdução à Contabilidade, Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Contabilidade Avançada pela Universidade de Marília - UNIMAR.

by the market (value of the stocks) is worth more than the shown value in the patrimonial checking of accounts through the liquid patrimony? There isn't any miracle. There is the Intellectual Capital that is the great differential in the enterprises in the Age known as the Age of Knowledge.

UNITERMS: intellectual capital; human capital; structural capital; clients' capital; knowledge; intangible assets

Exemplos não nos faltam e Paiva (1999) cita algumas empresas que são manchetes diárias em jornais, revistas e programas de TV, tanto pelos altos desempenhos tecnológicos como pelos seus imensos valores e transações nas bolsas de valores. Vamos começar pela Microsoft cujo intangível vale 100 vezes o valor de seu ativo tangível; a Lótus vendida à IBM por 15 vezes seu valor patrimonial; a NETSCAPE, uma empresa com patrimônio avaliado em US\$ 17 milhões e com apenas 50 empregados, que consegue abrir seu capital diante de uma oferta inicial de ações que, ao término do dia, avaliaria a empresa em US\$ 3 bilhões.

A consideração de Freire nos indica que “O Capital Intelectual visa mostrar a relevância do tema em face do aparente crescimento do relativo peso dos Ativos Intangíveis na economia e de sua significativa participação em diversos setores” (FREIRE, 2005, p. 50).

A identificação e mensuração do Capital Intelectual não são de fácil realização, pois se trabalha com o potencial de pessoas, clientes, tecnologia, criatividade e outros fatores subjetivos. Mas o desafio existe e está aí para ser resolvido pelos Contadores, pesquisadores e estudiosos da área, sendo que alguns países já saíram na frente, como a Escandinávia e o Canadá, onde empresas já vêm trabalhando com a inclusão do Capital Intelectual em seus relatórios contábeis.

Capital Intelectual

Segundo Stewart “o capital intelectual constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza” (STEWART, 1998, p.XIII).

Fim de século, início de milênio. As mudanças avançam numa velocidade surpreendente e algo de novo vem ocorrendo com a avaliação

patrimonial das empresas, apresentada pela Contabilidade, se comparadas com aquela percebida pelo mercado acionário. Existe, pois, uma diferença que vem sendo atribuída ao Capital Intelectual encontrado nas empresas, considerado, por muitos, o seu principal ativo e importante diferencial competitivo na atualidade. Na definição de Paiva:

“O Capital Intelectual corresponde ao conjunto de conhecimentos e informações encontrado nas organizações, que agrega valor ao produto/serviço mediante a aplicação da inteligência, e não do capital monetário, ao empreendimento” (PAIVA, 1999, p.77).

A definição de Hugh MacDonald, futurologista de grande fabricante inglesa de computadores de propriedade da Fujitsu, se adequou bem à pesquisa, quando considera o Capital Intelectual como:

“O conhecimento existente em uma organização e que pode ser usado para criar uma vantagem diferencial – em outras palavras, a soma de tudo que todos em uma empresa conhecem e que confere à empresa sua vantagem competitiva” (FUJITSU apud STEWART, 1998, p.60).

Entendendo o conhecimento tal qual um fator de produção, Martinez utiliza a expressão Capital Intelectual no sentido de “[...] conhecimento que poderá ser convertido em resultados positivos, ou seja, em lucros futuros da empresa. Nessa definição de capital intelectual identificam-se: invenções, idéias industriais, know-how, programas de computador (software), processos e muitos outros itens presentes em organizações que operam com o conhecimento” (MARTINEZ, 1998, p.11).

Outra definição é dada por Stewart “[...] é a capacidade organizacional que uma organização possui de suprir as exigências de mercado” (STEWART, 1998, p.69). Talvez a melhor maneira de compreender o papel do Capital Intelectual seja por meio da metáfora.

Assim Edvinsson e Malone se expressam:

Se considerarmos uma empresa como um organismo vivo, digamos uma árvore, então o que é descrito em or-

ganogramas, relatórios anuais, demonstrativos financeiros trimestrais, brochuras explicativas e outros documentos constitui o tronco, os galhos e as folhas. O investidor inteligente examina essa árvore em busca de frutos maduros para colher.

Presumir, porém, que essa é a árvore inteira, por representar tudo que seja imediatamente visível, é certamente um erro. Metade da massa, ou o maior conteúdo dessa árvore, encontra-se abaixo da superfície, no sistema de raízes.

Embora o sabor da fruta e a cor das folhas forneçam evidência de quão saudável aquela árvore é no momento, compreender o que acontece nas raízes é uma maneira muito mais eficaz para conhecer quão saudável a árvore em questão será nos anos vindouros. O apodrecimento ou o parasita, que agora começam a atingi-la a nove metros abaixo da superfície, pode muito bem matar a árvore que hoje aparenta gozar de excelente saúde. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 9).

Isso é o que torna o Capital Intelectual tão valioso: o estudo das raízes do valor de uma empresa, a mensuração dos fatores ocultos que embasam a empresa visível formada por edifícios, equipamentos, máquinas, estoques e produtos.

Edvinsson e Malone assim descrevem, em seu trabalho, as duas formas assumidas por esses fatores:

De acordo com pesquisas realizadas pela companhia de seguros e serviços financeiros sueca Skandia, esses fatores assumem tipicamente duas formas:

1. Capital Humano. O conhecimento, a experiência, o poder de inovação e a habilidade dos empregados de uma companhia para realizar as tarefas do dia-a-dia. Inclui também os valores, a cultura e a filosofia da empresa. O capital humano não pode ser de propriedade da empresa.

2. Capital Estrutural. Os equipamentos de informática, os softwares, os bancos de dados, as patentes, as marcas registradas e todo o resto da capacidade organizacional que apóia a produtividade daqueles empregados – em poucas palavras, tudo o que permanece no escritório quando os empregados vão para casa. O capital estrutural também inclui o capital de clientes, o relacionamento desenvol-

vido com os principais clientes. Ao contrário do capital humano, capital estrutural pode ser possuído e, portanto, negociado. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p.10)

Uma maneira simples de visualização do Capital Intelectual, pode ser demonstrada a seguir:

CI = CH + CE , onde

CI = Capital Intelectual

CH = Capital Humano

CE = Capital Estrutural (o capital estrutural inclui o capital de clientes).

É fácil ver por que o Capital Intelectual não se enquadra nos modelos contábeis tradicionais. O Capital Intelectual, em especial, valoriza atividades como a lealdade dos clientes, criatividade, qualidade, a imagem da empresa, os bancos de dados exatos, os conceitos organizacionais, documentação, o alcance dos sistemas informatizados e o desenvolvimento da competência dos empregados, que podem não influir na lucratividade de uma empresa durante anos.

O Capital Intelectual pode ser uma nova teoria, mas, na prática, está presente há muito tempo como uma forma de bom senso. Sempre esteve escondido naquele valor resultante da diferença entre o valor de mercado de uma empresa e seu valor contábil, o patrimônio líquido.

Esta divergência de valores também foi notada por pesquisadores há muitos anos, pois isto não é assunto recente, conforme nos mostram Edvinsson e Malone: “Esta diferença foi notada há várias décadas por James Tobin e também por John Kenneth Galbraith. A pesquisa de Tobin levou à chamada variável ‘q’, que corresponde à relação valor de mercado/valor contábil” (EDVINSSON; MALONE, 1998, p.200).

Porém, até recentemente, sempre houve a suposição de que essa diferença fosse um fator inteiramente subjetivo, movido por comentários, informações privilegiadas a respeito de lançamento de produtos e uma sensibilidade apurada em relação às perspectivas de uma empresa, que jamais poderia ser medido empiricamente.

Além disso, supunha-se que tal defasagem constituía um problema temporário que se manifestaria, em seu devido tempo, de alguma forma que pudesse ser avaliada por métodos tradicionais, tais como maiores receitas, menores custos fixos, maior produtividade ou participação de mercado.

A história de empresas com grande sucesso, na realidade empresarial recente, mostrou que estas suposições não são verdadeiras. Edvinsson e Malone nos mostram em seu trabalho as novas variáveis a serem consideradas:

O núcleo da chamada economia do conhecimento é constituído por enormes fluxos de investimento em capital humano bem como em informática. E, de maneira impressionante, nem o capital intelectual, nem o capital humano é considerado como valor positivo na contabilidade tradicional. Ocorre, com frequência, exatamente o contrário. Esses investimentos, porém, são os instrumentos fundamentais para a nova criação de valor.

De alguma maneira, mesmo que por pressentimento e intuição, o mercado está atribuindo valor aos ativos invisíveis. E alguns desses ativos qualitativos parecem flutuar no espaço quase indefinidamente, materializando-se em itens do balanço patrimonial anos após o mercado tê-los reconhecido.

O reconhecimento desta nova realidade empresarial está forçando a emergência de um novo equilíbrio, em que o passado é computado levando-se em conta o futuro, e os aspectos financeiros são influenciados pelos não-financeiros – o Capital Intelectual. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p.11)

Nessa nova era a riqueza pode ser produto do conhecimento. O conhecimento e a informação, não apenas o conhecimento científico, mas a notícia, a opinião, a diversão, o turismo, o entretenimento, a comunicação e o serviço tornaram-se as matérias-primas básicas e produtos importantes da economia.

Na análise de Ensslin e Schnorrenberger, os ativos intangíveis passaram a despontar no cenário empresarial e para tanto eles consideram que: “Na Sociedade Industrial, a decisão cabia aos donos do capital. Hoje, na Sociedade do Conhecimento, os centralizadores do poder são os detentores do conhecimento. Por esta razão, cada vez

mais as organizações buscam este diferencial competitivo” (ENSSLIN; SCHNORRENBGER, 2004, p. 85).

Continuando suas linhas de pensamentos, os referidos autores, citando Antunes (2000, p.30-33), concluem: “[...] na Sociedade Agrícola os donos da terra decidiam tudo. Na Sociedade Industrial, a decisão cabia aos donos do capital [...]”.

Hoje o conhecimento é comprado e vendido. Até o frear sem barulho de um caminhão é provavelmente o resultado de uma pesquisa na engenharia mecânica. Em todas as áreas, o conhecimento é transacionado como uma mercadoria comum. Hoje, os ativos necessários para criação de riqueza são, além da terra, o trabalho físico, ferramentas mecânicas e fábricas, os ativos baseados no Capital Intelectual.

Barros (2006, p. 27) nos diz que a história contemporânea, iniciada em 1789 com a Revolução Francesa, teve seu fim com a queda do muro de Berlim em 1989, portanto 200 anos depois. O início decorreu desta revolução e movimentos como o utopismo, o revolucionalismo, o nacionalismo, a estatização da sociedade, o imperialismo, o totalitarismo, o industrialismo mecânico, o cientificismo especialista, o democratismo e o imposto de renda, já não pertencem à história, mas à arqueologia cultural.

Continuando seus pensamentos, o autor conclui:

Não é o século, é o milênio que nos atropela, desde que a revolução eletrônica, com suas possibilidades inéditas, zerou os séculos passados nos deixando diante não de uma nova época da história, mas de uma nova era, a era do conhecimento. Não compreenderemos mais o nosso dia-a-dia e ainda menos nossos macro-problemas se em lugar de séculos não pensarmos nos termos dessa nova era. Não há nada mais urgente nem mais difícil na conjuntura brasileira do que adotarmos essa postura cultural [...]. (BARROS, 2006, p. 27)

Capital Humano

Segundo Guimarães e Lima (2006):

A teoria do Capital Humano surgiu em virtude da preocupação cada vez maior com os problemas de crescimento

econômico e melhor distribuição de renda. De um lado, a melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações (adquiridas por treinamento) muitas vezes de proporções crescentes da população; de outro, a alteração da distribuição de capital humano parece ser o método preferido politicamente para a eliminação, tanto da pobreza quanto dos grandes diferenciais de renda entre diferentes classes sociais. (p.7)

O Capital Humano está nos dias de hoje, definitivamente incorporado ao dia-a-dia das empresas, pelo fato de permitir que as pessoas se desenvolvam, possibilitando que as empresas consigam agregar valor aos seus produtos e serviços.

Para poder entender as diferenças críticas entre a economia industrial e a economia do conhecimento, precisamos saber o que significam indústria, serviço e conhecimento. O Dicionário Webster define:

[...] indústria como ‘manufatura em geral’ e manufatura como ‘a produção em máquinas ou artesanal de bens ou mercadorias, principalmente em grande escala’. Serviço é definido como ‘trabalho feito por terceiros que não resulta em produtos, ou no fornecimento de algum bem de conveniência, como água ou gás, necessários à população.’ O Webster define conhecimento como ‘os fatos, verdades ou princípios adquiridos a partir de estudo ou investigação; aprendizado prático de uma arte ou habilidade; a soma do que já é conhecido com o que ainda pode ser aprendido’. Informação, que é sempre confundida com conhecimento, é definida como ‘notícia ou inteligência transmitidas por palavras ou na forma escrita; fatos ou dados.’ (WEBSTER apud CRAWFORD, 1994, p.21)

Como mostra esta definição, da mesma forma que a madeira é a matéria-prima para a confecção de uma mesa, uma cadeira, uma carroceria ou um armário, a informação é a matéria-prima para o conhecimento. Um conjunto de coordenadas da posição de um navio, o mapa do oceano, variação do tempo, previsão de fenômenos como furacões e tufões são informações. A habilidade para utilizar estas

coordenadas e a orientação na definição de uma rota para o navio é o conhecimento. As coordenadas, o mapa e as previsões são as matérias-primas para se planejar a rota do navio.

O entendimento de informação e conhecimento nem sempre é correto, podendo até mesmo serem confundidos um com o outro. A diferenciação entre ambos é bem caracterizada por Crawford, que nos mostra onde localizá-los:

Quando você diferencia informação de conhecimento é muito importante ressaltar que informação pode ser encontrada numa variedade de objetos inanimados, desde um livro até um disquete de computador, enquanto que o conhecimento só é encontrando nos seres humanos. Conhecimento é entendimento e ‘expertise’.

Conhecimento é a capacidade de aplicar a informação a um trabalho ou a um resultado específico. Somente os seres humanos são capazes de aplicar desta forma a informação através de seu cérebro ou de suas habilidosas mãos. A informação torna-se inútil sem o conhecimento do ser humano para aplicá-la produtivamente. Um livro que não é lido não tem valor para ninguém. (CRAWFORD, 1994, p.21)

Conhecimento deve ser considerado como uma forma de capital. O Webster define capital como “[...] qualquer forma de riqueza empregada com o objetivo de se produzir mais riqueza” (WEBSTER apud CRAWFORD, 1994, p.22).

É comum pensar numa máquina, como, por exemplo, uma linha de produção de automóveis, como capital que produz riqueza. Entretanto, a habilidade dos médicos e sua formação geram riqueza para eles na forma de elevados rendimentos, de tal forma que o conhecimento médico também pode ser considerado capital. Assim, adquirir a formação médica faz incorrer em uma grande despesa, como desembolso financeiro, mas, na verdade, corresponde a um grande investimento, classificado como um instrumento de capital. Do mesmo modo, um médico pode ser considerado um capital na forma humana ou capital humano.

O Webster define tecnologia como

[...] a aplicação do conhecimento no trabalho. O desenvolvimento do conhecimento é um pré-requisito para o desenvolvimento de tecnologia. Uma taxa mais elevada de desenvolvimento de novos conhecimentos é a base para uma taxa mais elevada de desenvolvimento de novas tecnologias”. (WEBSTER apud CRAWFORD, 1994, p.22)

Para Crawford, quatro características do conhecimento e da informação fazem destes recursos únicos e criam uma nova economia:

1. O conhecimento é difundível e se auto-reproduz. As matérias-primas de uma economia industrial são recursos finitos; o minério de ferro vai chegando ao fim à medida que se produz aço. Ao contrário do minério de ferro, o conhecimento expande-se e aumenta à medida que é utilizado. Quando utilizo meus conhecimentos para desempenhar uma tarefa, aprimoro meus conhecimentos, entendo mais profundamente a tarefa. Um cirurgião que já fez uma mesma cirurgia dez vezes é mais experiente e especializado nesta operação do que um cirurgião que só a fez uma vez. Dessa forma, numa economia do conhecimento a escassez de recursos é substituída pela expansão destes.
2. O conhecimento é substituível. Ele pode substituir terra, trabalho e capital. Por exemplo, um fazendeiro que consegue uma colheita maior num mesmo espaço de terra, utilizando para tanto apenas novas técnicas de plantio, não necessita de mais terras para aumentar a produção.
3. O conhecimento é transportável. Na sociedade eletrônica atual, o conhecimento move-se na velocidade da luz. Em poucos segundos, posso enviar para Taiwan, via fax, um esquema para um novo chip de computador que representa meses de um intensivo trabalho de engenharia.
4. Conhecimento é compartilhável. A transferência de conhecimento para outras pessoas não impede o uso deste mesmo conhecimento por seu original detentor. O envio de uma equipe americana de peritos sobre óleo para a ex-União Soviética em setembro de 1990 aperfeiçoou a produção de óleo soviética, e não custou nada para os Estados Unidos. (CRAWFORD, 1994, p.22-23)

Conhecimento e competência fazem diferença hoje. Cresce a convicção de que saber a respeito de conhecimento é crítico para

os negócios. Com esta expectativa cresce também a relevância do que se considera capital humano. Para isso, Stewart faz a seguinte consideração: “O capital humano é importante porque é a fonte de inovação e renovação, seja em decorrência de brainstormings em um laboratório ou de novas dicas no caderno de anotações do representante de vendas” (STEWART, 1998, p.68).

Empresas passam a competir com base em seu patrimônio intelectual numa economia de conhecimento e poder de inovação, e isto não deve surpreender. Como consequência, empresas passam a viver ciclos cada vez mais curtos, no lançamento de novos produtos. Por isso também, a rotatividade no trabalho é freqüente, o trabalho em projetos é constante, a capacidade de inovar é vital e preparar para a inovação ainda mais.

De modo que toda capacidade, habilidade, inteligência, competência, conhecimento, produção de conhecimento, educação, ensino, didática, relações humanas, autoconhecimento, gerenciamento devem ser mutuamente articulados e integrados na composição do termo capital humano. Mas ele precisa ser maior do que simplesmente a soma dessas medidas, devendo, de preferência, captar igualmente a dinâmica de uma organização inteligente em um ambiente competitivo em mudança.

Por exemplo, estarão os empregados e os gerentes, constantemente, aperfeiçoando e adquirindo novas habilidades? Estarão essas novas habilidades, bem como a experiência dos veteranos da empresa, sendo compartilhadas por toda a organização? Ou, alternativamente, a empresa ainda se vale de um conjunto de habilidades antigas e crescentemente obsoletas, desprezando e até punindo as novas competências adquiridas pelos empregados, e isolando o conhecimento como uma maneira de monopolizar poder e influência dentro de uma organização?

As empresas com estas características, realmente, existem e estão fadadas ao insucesso, pois o medo de crescimento de elementos de nível hierárquico inferior, que fazem sombra a elementos mais graduados, pode fazer com que a empresa se lance em briga interna com consequências negativas imprevisíveis.

A ordem deve ser, oportunidade de criatividade e crescimento profissional para todos, indiferentemente do grau de comando exercido.

Dizer que estamos expostos a uma quantidade interminável de informações é, hoje, lugar comum. A questão desafiadora é saber como gerar, integrar e organizar o conhecimento.

Conhecimento é o sangue vital de toda organização e a fonte de nosso futuro. Conhecimento não é acumulação de fatos ou bits que podemos comprar e estocar, conhecimento está com as pessoas e em movimento. Nas empresas, o conhecimento está espalhado no todo e não num lugar específico.

Seres humanos, seus corpos, habilidades e conhecimento fazem parte do estoque de capital humano. Embora possa parecer muito frio e desumano referir-se a pessoa como capital, podemos considerar a expressão popular “os ativos desta empresa descem pelo elevador à noite”.

Na indústria de computadores, também, o principal custo de um novo sistema é o *software*, e não o *hardware*, e a qualidade e a capacidade do *software* está diretamente relacionada com a criatividade das pessoas para desenvolvê-lo. Em uma economia de conhecimento, o principal investimento de uma sociedade deve ser o de melhorar as habilidades e talentos de sua população. Na economia do futuro próximo, o capital será o homem total, o capital humano.

Um exemplo de nação que se desenvolveu economicamente tendo como lastro o capital humano é o Japão. Assim o qualifica Crawford (1994, p.34) em seu trabalho:

O Japão é um exemplo clássico de uma economia construída baseada no capital humano. Depois da Segunda Guerra Mundial, a infra-estrutura física do Japão estava em ruínas, e não havia nenhuma matéria-prima valiosa. Apesar disso, em menos de cinquenta anos, eles desenvolveram a economia de maior sucesso no mundo. Sua população trabalhadora e muito bem educada (o Japão tem a maior taxa de alfabetização do mundo) promoveu um incrível crescimento. (CRAWFORD, 1994, p.34)

O conhecimento sempre foi importante, não é à toa que somos o *homo sapiens*, o homem que pensa.

Nosso estoque de capital humano é importante porque estamos no meio de uma revolução econômica que está criando a Era da Informação. O conhecimento tornou-se um recurso econômico proeminente. Considerados produtos econômicos, a informação e o conhecimento são tão importantes para a economia do terceiro milênio, como automóveis, carros, aço, maquinaria e qualquer outro produto na Era Industrial, e a partir daí podemos entender por que gerenciar o capital humano deve ser uma das prioridades de qualquer empresa.

Capital Estrutural

O capital estrutural pode ser descrito como o arcabouço, o *empowerment*, e a infra-estrutura, que apóiam o capital humano. Utilizando uma citação de Stewart (1998, p.115), podemos dizer também: “Seu papel é reunir, testar, organizar, refinar e distribuir o conhecimento existente de forma mais eficaz” (STEWART, 1998, p.115).

Ele pode ser considerado como a capacidade organizacional, incluindo os sistemas físicos utilizados para transmitir e armazenar conhecimento intelectual. Prova disso são as palavras de Stewart, que utiliza uma comparação, com a finalidade de atingir o seu entendimento:

O capital estrutural é o que transforma um monge capaz de gerar uma caligrafia elegante no sorridente astro de um comercial de televisão da Xerox, capaz de fazer muitas cópias de um documento. Funcionando como uma espécie de amplificador, ele embala o capital humano e permite seu uso repetido para a criação de valor, da mesma forma como uma matriz pode estampar peça após peça. (STEWART, 1998, p.69)

Edvinsson e Malone chamam a atenção para a importância do capital estrutural na formação do capital humano, levando em conta considerações de Hubert Saint-Onge, antigo Vice-Presidente de Aprendizagem Organizacional e Desenvolvimento Gerencial do Ca-

nadian Imperial Bank of Commerce (CIBC). Atualmente, ele exerce a função de Vice-Presidente de Recursos Humanos, Conhecimentos e Estratégias na seguradora *Mutual Life of Canada*. Constitui um importante incentivador teórico do Capital Intelectual. Para ele, o capital humano é o que edifica o capital estrutural; assim, quanto melhor e mais atualizado for o capital estrutural, maiores as possibilidades de que o capital humano seja melhor e bem sucedido. Em um dos trabalhos mais recentes sobre Capital Intelectual, estes autores destacam os itens componentes do Capital Estrutural:

O capital estrutural inclui fatores como a qualidade e o alcance dos sistemas informatizados, a imagem da empresa, os bancos de dados exatos, os conceitos organizacionais e a documentação. Aqui, também, podem ser igualmente encontrados, como lembrança de um mundo esquecido, itens tradicionais, a exemplo da propriedade intelectual, que inclui patentes, marcas registradas e direitos autorais. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p.32)

Estamos diante de uma grande diversidade de componentes. Os autores acima citados descrevem em seu trabalho uma maneira de organizar o capital estrutural, por meio de visualização, como se fosse composto por três tipos de capital:

O capital organizacional abrange o investimento da empresa em sistemas, instrumentos e filosofia operacional que agilizam o fluxo de conhecimento pela organização, bem como em direção a áreas externas, como aquelas voltadas para os canais de suprimento e distribuição. Trata-se da competência sistematizada, organizada e codificada da organização e também dos sistemas que alavancam aquela competência.

O capital de inovação refere-se à capacidade de renovação e aos resultados da inovação sob a forma de direitos comerciais amparados por lei, propriedade intelectual e outros ativos e talentos intangíveis utilizados para criar e colocar rapidamente no mercado novos produtos e serviços.

O capital de processos é constituído por aqueles processos, técnicas (como o [sic] ISO 9000) e programas direcionados aos empregados, que aumentam e ampliam a eficiência da

produção ou a prestação de serviços. É o tipo de conhecimento prático empregado na criação contínua do valor. Encontram-se incluídos no Capital de Inovação os dois ativos tradicionais que não possuem natureza física: a propriedade intelectual (como, por exemplo, as marcas registradas) e o saldo remanescente dos ativos intangíveis, como a filosofia pela qual a empresa é administrada. Aqui, pode-se afirmar, chegamos às pontas das raízes da árvore. (EDVINSSON; MALONE, 1998, p.32)

O que as organizações precisam fazer é conter e reter o conhecimento, para que ele se torne propriedade da empresa, isto é capital estrutural. Está evidente o porquê. As pessoas precisam de um mecanismo que monte, acondicione, organize e distribua os frutos de seu pensamento. Peter Drucker, citado por Stewart, afirma: “Somente a organização pode oferecer a continuidade básica de que os trabalhadores do conhecimento precisam para serem eficazes. Apenas a organização pode transformar o conhecimento especializado do trabalhador do conhecimento em desempenho” (PETER DRUCKER apud STEWART, 1998, p.98).

Como o alto-forno que transforma ferro em aço, a organização concentra, processa e trata do trabalho do conhecimento. Stewart ressalta em seu trabalho: “[...] Thomas Edison, ao fundar a empresa que se tornou a General Electric, transformou seu Capital Humano em Capital Estrutural” (STEWART, 1998, p.98).

O capital estrutural pertence à empresa como um todo. Pode ser reproduzido e dividido. Parte do que pertence à categoria de capital estrutural tem direito aos direitos legais de propriedade: tecnologias, invenções, dados, publicações e processos podem ser patenteados; os donos podem ter seus direitos autorais registrados ou protegidos por leis de comércio, podendo vendê-los e podendo processar qualquer um que os utilize sem permissão.

Dito de uma maneira simples, é o conhecimento que não vai para casa após o expediente.

O mercado é que determina as inovações, sendo que novas estruturas básicas do capital estrutural – patente aperfeiçoamento de produtos

e processos, bancos de dados, redes – podem remodelar ou substituir os velhos sistemas. Por exemplo, pode-se argumentar que a simples existência do correio eletrônico e de redes de bancos de dados na empresa ameaça a hierarquia tradicional dos negócios e acabará destruindo-a. Mas essas novas estruturas criam suas próprias dificuldades, tais como a substituição da burocracia pelo excesso de informação.

Segundo Thomaz W. Malone, professor da *Sloan School of Management do MIT*, citado por Sdiz: “No velho mundo, a informação era muito cara, por isso nos virávamos com uma quantidade relativamente pequena dela; desenvolvemos organizações capazes de funcionar em um deserto de informações” (THOMAZ W. MALONE apud STEWART, 1998, p. 116).

Hoje, acumular, mover e encontrar informações é tão barato e fácil que nos encontramos dentro de algo como uma selva de informações. Quem aprendeu a tirar vantagem econômica dessa quantidade crescente de informações, será muito mais bem sucedido, complementa Malone.

Capital de Clientes

Quando se inicia uma empresa, ela se volta desde o começo para o alvo que deverá dar continuidade ao empreendimento, ou seja, os clientes. Slywotzky tem a seguinte percepção a respeito: “Na verdade, os clientes são o foco de tudo o que a empresa faz, pois sua mera sobrevivência depende da satisfação das prioridades iniciais do cliente” (SLYWOTZKY, 1997, p.17).

O capital de clientes teria sido uma noção verdadeiramente estranha aos contadores há apenas algumas décadas. Para Edvinsson e Malone (1998, p.33), no entanto, sempre esteve presente, oculto sob a denominação genérica de *goodwill*, pois, quando uma empresa é vendida por um valor maior que o contábil, após subtrair-se o valor das patentes e dos direitos autorais, o que significaria essa diferença senão o reconhecimento de que a empresa possui uma carteira de clientes sólidos, leais e outros tantos itens de ativos intangíveis? Os

clientes, razão da sobrevivência das empresas, são desta maneira considerados por Stewart:

O capital do cliente é o valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas com as quais faz negócios. Saint-Onge o define como ‘a profundidade (penetração), amplitude (cobertura) e devoção (lealdade) do nosso nome’; Edvinsson acrescenta: ‘é a probabilidade de que nossos clientes continuem fazendo negócios conosco’. A definição poderia ser ampliada, incluindo o valor dos relacionamentos com os fornecedores [...]. (STEWART, 1998, p. 69)

O relacionamento de um banco ou de uma outra empresa com seus clientes possui um valor que qualquer comprador em potencial do banco ou da empresa teria de pagar. É no relacionamento com os clientes que o fluxo de caixa se inicia. Edvinsson e Malone (1998, p.33) consideram que medir tal solidez e lealdade constitui um desafio para a categoria do capital de clientes. Os índices devem incluir medidas de satisfação, longevidade, sensibilidade a preços e até mesmo o bem-estar financeiro dos clientes de longa data.

Conforme Hubert Saint-onge, citado por Stewart, o cliente, figura indispensável em uma empresa, significa:

[...] valor de sua franquia, seus relacionamentos contínuos com pessoas e organizações para as quais vende. Entre as três grandes categorias de ativos intelectuais – capitais humano, estrutural e do cliente – os clientes são os mais valiosos. Eles pagam as contas. (HUBERT SAINT-ONGE apud STEWART, 1998, p.128)

Embora muitos sistemas de relatórios financeiros de empresas não estejam organizados para fazê-lo, é relativamente fácil acompanhar os indicadores do capital de clientes, tais como ações de cobrança, diminuição de pedidos, índices de retenção e deserção de clientes e lucratividade por cliente.

Consideramos que todas as empresas tentam avaliar a satisfação de seus clientes; se esta avaliação não demonstrar a ligação entre

o aumento da satisfação do cliente e melhores resultados financeiros, evidentemente estará falhando em analisar o referido item corretamente. Alguns itens básicos são considerados nesta avaliação, em que devem estar incluídos os três indicados por Stewart (1998, p.215):

“Clientes satisfeitos devem exibir pelo menos uma de três características mensuráveis: lealdade (índices de retenção), maior volume de negócios (fatia da carteira) e insuscetibilidade ao poder de persuasão de seus rivais (tolerância de preço).”

Apesar disso, o capital de clientes talvez seja – o que é impressionante quando pensamos nisso – mal administrado. Muitas empresas nem ao menos sabem quem são os seus clientes.

A administração incompetente do capital de clientes pode prejudicar a empresa em seus resultados, e tal fato é lembrado por Stewart:

Apenas a má gerência do capital do cliente pode explicar por que as empresas norte-americanas perderam em média metade de seus clientes em cinco anos, ou por que – apesar das melhorias óbvias na qualidade dos bens manufaturados, do aumento insignificante dos preços e da infundável retórica sobre tratar bem os clientes – a satisfação do cliente está realmente em queda nos Estados Unidos. (STEWART, 1998, p.128-129)

Que o capital do cliente é valioso parece indiscutível, mas o surpreendente é quanto ele é valioso. Stewart relata dois exemplos de sua valia:

A Ford Motor Company calcula que cada ponto porcentual a mais na lealdade do cliente – quantos proprietários de Fords compram Fords novamente – vale \$ 100 milhões por ano em lucros. A MBNA, administradora de cartões de crédito calcula que se diminuir o índice de deserção dos clientes em 5%, aumentará a lucratividade ao longo da vida do cliente médio em surpreendentes 125% [...]. (STEWART, 1998, p.129)

Os clientes devem ser considerados, na criação de valor, não somente a curto e médio prazo, mas também no longo prazo. Slywotzky assim relatou em seu trabalho:

“Ao buscarmos o crescimento do valor, foi ficando cada vez mais claro que a chave era o cliente. O desenvolvimento de uma compreensão estratégica de como os clientes atuais e os possíveis clientes muda ao longo do tempo poderia servir de bússola, apontando a melhor direção para qualquer empresa que buscasse criar o crescimento do valor. (SLYWOTZKY, 1997)

Conseguir um retorno sobre o capital de cliente exige mais do que reconhecer que a relação com o cliente é um ativo, não apenas um acontecimento. Exige a compreensão e determinação da gerência desse ativo, o que o faz crescer ou sofrer depreciação, o que o torna mais ou menos valioso.

Segundo Stewart (1998, p.129), não será surpresa ouvir que, na Era da Informação, o capital de clientes não pode ser obtido ao acaso entre compradores e vendedores, mas deve ser conquistado nas redes de informação e do conhecimento que existem entre eles. Uma vez que o conhecimento é componente muito importante no valor das transações econômicas, ou seja, o conhecimento como sendo o que compramos e o que vendemos, é o principal ingrediente do capital de clientes.

O poder da informação é tão grande que quem a tem, em muitos casos, controla o negócio. Atualmente as oportunidades mais valiosas, em geral, pertencem às pessoas que possuem o conhecimento, especialmente o conhecimento do que acontece onde o cliente está e onde se encontram aqueles que pagam por tudo o que acontece na empresa.

Considerações finais

O Capital Intelectual, que é composto do capital humano, do capital estrutural e do capital de clientes, existe em todas as organizações. Qual é a empresa que não tem pessoas, por mínimo que seja o número?

Qual a empresa que não tem estrutura física, por mínima que ela seja? Qual é a empresa que não tem clientes? Ela sobreviveria sem clientes?

O Capital Intelectual é uma realidade irrefutável nas organizações e, assim sendo, deve ser tratado como tal, constituindo parte da organização, considerado como ativo e constando dos relatórios contábeis, que certamente refletirão com maior clareza a capacidade de geração de lucros da entidade.

Todos os usuários serão beneficiados com a inclusão do Capital Intelectual nas demonstrações financeiras, tanto os externos como os acionistas que poderão visualizar melhor a situação patrimonial da entidade, possíveis investidores que terão condições de análise mais bem evidenciada, o mercado e todos aqueles interessados por um motivo ou outro em determinada entidade.

Os usuários internos terão, assim, as suas decisões baseadas em dados reais, concretos, que mostram com transparência o patrimônio da organização, dando assim condições de que o valor contábil se equipare ao seu valor de mercado.

Utopia, sonho? Não, pura realidade. O Capital Intelectual deve ser identificado, mensurado e inserido nos relatórios contábeis, como sugestão para uma visualização prática e simples, por meio de sua contabilização em conta do ativo permanente, tendo como contrapartida conta de reserva do capital intelectual pertencente ao patrimônio líquido. Este valor seria aumentado ou diminuído conforme a realidade da empresa, sendo sua utilização permitida somente para fins informativos e não para distribuição de dividendos, aumento de capital ou outra função destinada a valores contabilizados no patrimônio líquido.

Com certeza, o valor contábil seria bem próximo do valor de mercado, dando assim a transparência necessária aos números informados em seus relatórios, e, desta maneira contribuindo para o objetivo maior da Contabilidade, que é o de bem informar a todos os seus usuários.

A Classe Contábil, mesmo fiel aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, – principalmente o Princípio do Registro pelo Valor Original – na execução de seu trabalho, já visualizou que o Capital Intelectual como ativo de uma empresa é uma verdade incontes-

tável, e esta verdade deve ser inserida nos relatórios gerados pela Contabilidade. Prova disto é que vários artigos sobre o assunto já vêm sendo publicados em revistas especializadas da área, e diversos livros sobre o assunto já estão à disposição dos leitores.

Esta Classe, tão ciosa de seu trabalho informativo para a gestão empresarial, conseguirá, muito em breve, encontrar uma maneira prática e adequada de inclusão do Capital Intelectual nos demonstrativos contábeis das empresas, pois agindo desta maneira estará contribuindo, e muito, para a transparência destes demonstrativos, que nem sempre espelham a verdadeira situação patrimonial da entidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Benedicto Ferri de. Pela urgente modernização do Brasil. *Revista Bem Comum Fides* – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social. São Paulo: Ed.87, 2006.

CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. Trad. Luciana Bontempí Gouveia. São Paulo: Atlas, 1994.

EDVINSSON, Leif, MALONE, Michael S. *Capital intelectual*. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Makron Books, 1998.

ENSSLIN, Leonardo; SCHNORRENBURGER, Darci. Gerenciamento de intangíveis: sonho ou realidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília: n.147, mai/jun 2004.

FREIRE, Jurandy de Andrade. Capital intelectual: um estudo comparativo entre diversas metodologias de mensuração encontradas na literatura. *Revista de Contabilidade do CRCSP*. São Paulo, n.31, dez/jan/fev.2005.

GUIMARÃES, Luciana Cobra; LIMA, Robernei Aparecido. A importância do capital humano. *Boletim CRCSP*. São Paulo: n.157, dez/jan/fev 2006.

MARTINEZ, Antonio Lopo. A contabilidade na era do capital intelectual. *Revista da Fundação Visconde de Cairu*. Salvador, n.1, maio, 1998.

PAIVA, Simone Bastos. O capital intelectual e a contabilidade: o grande desafio no alvorecer do 3º milênio. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, n.117, mai/jun, 1999.

SLYWOTZKY, Adrian J. *Migração do valor: como se antecipar ao futuro e vencer a concorrência*. Trad. Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STEWART, Thomas A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Trad. Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CAUSALIDADE E ALIENAÇÃO: CONVERGÊNCIAS ENTRE A TEORIA DE NORBERT ELÍAS E A TEORIA DA ATRIBUIÇÃO

CAUSALITY AND ALIENATION: CONVERGENCES BETWEEN NORBERT ELIAS' THEORY AND THE THEORY OF ATTRIBUTION

Marcelo Luís Grassi BECK¹

Renata LOURENÇO²

RESUMO: Este artigo analisa pontos de semelhança entre a teoria de Norbert Elias e a Teoria da Atribuição. Uma oriunda da sociologia e a outra da psicologia, ambas acreditam que os homens buscam causas para os fenômenos observados, com a finalidade de adquirir controle sobre eles. Para Elias, o ser humano precisa sofrer uma regulação de seus instintos e receber socialmente um sistema interpretativo, o que, em parte, corrobora a idéia de padrões atribucionais e experiências emocionais subseqüentes. Estes fenômenos afetam as percepções e os comportamentos dos professores, interferindo seu desempenho e naquele de seus alunos.

UNITERMOS: Norbert Elias; Teoria da Atribuição; sucesso; fracasso escolar.

ABSTRACT: This article analyzes similarity points between the theory of Norbert Elias and the Theory of the Attribution. One deriving from sociology and the other one from psychology, both believe that men search causes for the phenomena observed with the purpose to acquire control of them. Elias thinks that it is necessary for the human being to suffer a regulation from its instincts and to receive a system socially interpreted, what, in part, corroborates the subsequent idea of attributions, standards

1 Professor da Universidade do Estado do Mato Grosso. Departamento de Pedagogia. Mestre em Psicologia. Doutor em Educação pela FFC-UNESP-Marília-SP

2 Acadêmica do curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso.

and emotional experiences. These phenomena affect the perceptions and the behaviors of the teachers, intervening with their own performance and of their pupils.

UNITERMS: Norbert Elias; Theory of the Attribution; pertaining to school success and failure.

1. Introdução

O fracasso escolar representa, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, um problema de grandes proporções. Numa sociedade capitalista em fase de globalização, a insuficiência acadêmica representa uma séria ameaça às possibilidades de uma vida relativamente segura e confortável economicamente para o sujeito e sua família, pois ele terá imensas dificuldades em ajustar-se e sobreviver num mercado de trabalho tecnológico, otimizado e competitivo. Por outro lado, uma massa trabalhadora mal qualificada enfraquece a possibilidade de competição mercadológica do país e seu desenvolvimento econômico, imprescindível para maior equidade social, apesar de não garantir por si só mecanismo para uma mais justa distribuição de renda.

Analisar as percepções que esses professores elaboram à respeito do fracasso escolar favorece em muito a compreensão da ação docente, do seu grau de preparação de material e das aulas, dos incentivos e expectativas que fornecem aos seus alunos, do tratamento que lhes dispensam. Concomitante às percepções sobre fracasso, faz-se necessário colher e analisar percepções dos professores sobre sucesso acadêmico, pois a prática tem demonstrado que fenômenos identificados como fomentadores de sucesso ao estarem presentes, nem sempre são citados como causas de fracasso quando ausentes.

Com bases nas percepções que elaboram sobre as capacidades que seus alunos possuem, os professores formulam expectativas a respeito destes. Tais expectativas podem ser improdutivas se subestimadas ou superestimadas, pois influenciam ação futura dos professores sobre os alunos.

Estas percepções dos professores sobre as causas do fracasso escolar nos ajudam a montar um panorama que elucida alguns as-

pectos de atitudes dos professores que possam favorecer o fracasso de seus alunos ou, ao contrário, contribuir para o sucesso.

Um fenômeno intrinsecamente vinculado à atribuição de causas é a alienação. Esta, no sentido de Elias (1998), é também traduzida por distanciamento. Não o distanciamento alienado do desconhecimento e do descaso, mas o distanciamento de paixões e tendenciosidades que enviesam um pensamento mais lógico e racional. Veremos melhor esta relação, mais adiante.

2. Teoria da atribuição

A Teoria da Atribuição, notadamente o modelo cognitivo atribucional de Bernard Weiner (WEINER, 1984, trad.; GRAHAM; WEINER, 1996), representa um importante referencial para o estudo de percepções. Surgiu dentro da Psicologia Social e representa uma importante corrente de estudo da motivação por estudar as relações entre esta e as atribuições causais.

Estudos sobre atribuições para o fracasso escolar segundo relatos de professores vêm apontando a identificação do aluno e de sua família como causas para o fracasso escolar, desresponsabilizando o professor e o sistema educacional (MALUF; MARQUES, 1984; BARDELLI; MALUF, 1991; GAMA; JESUS, 1994; JUSTA NEVES; ALMEIDA, 1996; OLIVEIRA, 1998). Este fato parece originar-se numa tentativa de o professor deslocar a causa do fracasso de si, para preservar assim seu ego, seu autoconceito e auto-estima, atuando como um mecanismo de defesa perante a frustração e a ansiedade de vivenciar o fracasso de seus alunos. Esse fenômeno, denominado atribuição egotímica, consiste em uma situação de distorção de atribuição (FERREIRA; ABREU, 1998) ou, como preferem Rodrigues et al (2000) de tendenciosidade em atribuição.

Os teóricos da Teoria da Atribuição, como Heider (1958), pressupõem que o homem é motivado para descobrir as causas dos eventos e entender seu ambiente. Presumem que as relações que estabelecemos (acreditamos) existentes entre o indivíduo e o meio ambiente influem em nossa forma de nos comportarmos.

Os pressupostos elaborados por Weiner, Frieze, Kukla, Reed, Rest e Rosenbaum (1971) concluem que o empenho das pessoas na realização de uma tarefa depende, em parte, das suas expectativas de sucesso ou fracasso nesta tarefa específica. Essas expectativas são determinadas, em grande parte, pelas atribuições causais que estabelecem para os eventos que se seguiram ao seu comportamento ou de outros. Portanto, as atribuições causais influem nas expectativas e, por conseguinte, na motivação.

Para Weiner (1972, 1980) a percepção das causas do sucesso ou fracasso escolar pelo professor e pelo aluno é um fator determinante ou co-determinante do comportamento futuro deles. A atribuição de causalidade influencia as relações interpessoais, interferindo no desempenho de aprendizagem do aluno.

Sob determinadas circunstâncias, o aluno (e qualquer pessoa) pode adquirir a chamada impotência ou desamparo aprendido, que é a sensação de que “*nada de lo que hago importa*” (MAIER, Seligman; SOLOMON. In *Enciclopédia de la Psicopedagogia*, 1998, p. 399). Neste caso o indivíduo não visualiza uma relação controlável por ele, que irá determinar fortemente suas ações futuras.

Weiner (WEINER; KUKLA, 1970) acredita ainda que falsas expectativas do professor o levem a ter comportamentos que influem no desempenho futuro do aluno. “As falsas expectativas de capacidade tem implicações nas atribuições do professor concernentes às causas do êxito e do fracasso, e não é arriscado deduzir que estas atribuições podem influir na atuação posterior (do aluno)” (WEINER; KUKLA, 1970, p. 4).

Quando avaliamos os comportamentos de outras pessoas, tendemos a dar mais importância ao esforço do que à habilidade, no caso de determinar punição ou recompensa (WEINER, 1984). Se, em caso de sucesso, atribui-se sua causa ao esforço, recompensa-se mais o indivíduo do que se o sucesso for atribuído à habilidade. Já no fracasso, pune-se mais se for atribuído a falta de esforço do que se à falta de habilidade.

Parece haver duas razões para a discrepância entre habilidade e esforço como determinantes de recompensa e puni-

ção. Primeiramente, atribuições de esforço eliciam fortes sentimentos morais – tentar atingir um objetivo valorizado socialmente é algo que se “deve” fazer. Em segundo lugar, recompensar e punir esforço é instrumental para mudar comportamento, visto que se acredita que esforço é sujeito a controle volitivo. Por outro lado, habilidade é percebida como não volitiva e relativamente estável e consequentemente não deveria ser suscetível a tentativas de controle externo. (WEINER, 1984, p. 13)

Como vimos anteriormente, um professor que atribua o fracasso do aluno à falta de esforço o punirá mais do que se atribuir o fracasso à falta de capacidade, bem como valorizará mais seu sucesso, se atribuí-lo a esforço do que à capacidade.

Para Weiner (1984), auto-estima, autoconceito e expectativas são grandes determinantes do desempenho, e são influenciados pelas atribuições causais.

A descoberta de que motivação e comportamento estão relacionados com atribuição de causalidade tem importantes implicações para estratégias de intervenção, na medida em que se alterando o tipo de atribuição se poderá influenciar diretamente a motivação para realização e futuro desempenho. (MEDWAY; VENINO, 1982, apud PICCININI, 1988, p.54)

2.1 Crenças causais

Weiner postula que, em contextos relacionados com realização, as pessoas atribuem o resultado, sucesso ou fracasso, a determinadas crenças causais. Inicialmente (WEINER et al., 1971) consideraram como principais causas percebidas como responsáveis pelo desempenho a habilidade, o esforço, a dificuldade da tarefa e a sorte. As pessoas tenderiam a explicar seus desempenhos atribuindo-os à falta ou presença de habilidade (ou capacidade), à falta de esforço ou a esforço adequado, à dificuldade ou facilidade da tarefa e à má ou boa sorte (ou destino). Recentemente (GRAHAM; WEINER, 1996), os autores indicam como causas mais relevantes no desempenho a

capacidade, o esforço, a facilidade ou dificuldade da tarefa, sorte, o humor e o auxílio ou estorvo de parte de outros.

Weiner não considera as causas indicadas como únicos determinantes passíveis de serem percebidos para fracasso ou sucesso. Elas podem ser inúmeras, sendo inexata a tentativa de limitá-las rigidamente.

2.2. Dimensões de causalidade

As crenças causais podem ser classificadas segundo fatores de semelhança e diferença. E por ambos, levando-se em conta as suas propriedades básicas, é possível estabelecer-se dimensões.

2.2.1 Locus de Causalidade

Nesta dimensão, as causas são distribuídas entre fatores internos ou externos ao indivíduo. Para Weiner (1984), nela estariam incluídas causas como o esforço típico, esforço imediato, habilidade, humor, fadiga e doença como fatores internos; e viés do professor, dificuldade da tarefa, sorte e ajuda não usual de outros, como causas externas.

A atribuição das causas de fracasso ou sucesso a fatores internos ou externos propicia fortes reações emocionais, conforme já visto, com reflexos na auto-estima. Assim, atribuições de capacidade e esforço para sucesso eliciam sentimentos de orgulho, competência e satisfação. Atribuições de capacidade e esforço para fracasso eliciam sentimentos de incompetência e vergonha. Para Weiner, a auto-estima e a expectativa de desempenho futuro interferem no desempenho de realização.

2.2.2 Estabilidade

Esta dimensão divide as causas em estáveis (invariantes) e instáveis (variantes), sob a forma de um continuum. Assim, habilidade, esforço típico, viés do professor, família, dificuldade da tarefa etc. podem ser vistos como relativamente estáveis; esforço imediato, hu-

mor, fadiga, doenças, ajuda não usual de outros, sorte, etc. podem ser vistos como mais instáveis.

Para Weiner (1984), essa dimensão tem especial influência nas alterações das expectativas de desempenho futuro. Após sucesso, atribuições causais a fatores estáveis produzem acréscimos nas expectativas de sucesso futuro, e decréscimos nas expectativas após fracasso.

O fracasso que é atribuído à pouca habilidade ou à dificuldade de uma tarefa diminui a expectativa de sucesso futuro mais do que o fracasso que é atribuído a má sorte, humor ou falta de esforço imediato. De maneira similar, o sucesso atribuído à boa sorte ou ao esforço dispendido resulta em menores acréscimos na expectativa subjetiva de sucesso futuro na tarefa do que o sucesso atribuído à alta habilidade ou à facilidade da tarefa (WEINER, 1984, p. 5).

As mudanças de expectativas são, portanto, relacionadas à dimensão de estabilidade e não ao locus de causalidade. Para Weiner, os autores que associam expectativas a locus de controle não estão percebendo a necessidade de desvincular locus e controle.

Quanto ao aspecto afetivo, atribuição de causas estáveis para fracasso, como habilidade e dificuldade da tarefa (portanto, que dificilmente variarão), podem suscitar emoções de falta de confiança e desalento. Atribuição de causas estáveis como habilidade e esforço típico para sucesso podem suscitar confiança.

2.2.3 Controlabilidade

Esta dimensão consiste em perceber se a causa atribuída é controlável ou não. Causas como habilidade, dificuldade da tarefa, sorte, viés do professor e ajuda dos outros seriam vistas como incontroláveis pelo sujeito. Porém, ajuda dos outros e viés do professor são controláveis, só que não pelo aluno.

Dificuldade da tarefa, sorte, habilidade, humor, fadiga e doença são vistos como incontroláveis.

A dimensão de controlabilidade está associada a emoções como, gratidão em caso de sucesso atribuído à ajuda de outros, e

raiva em caso de fracasso em função de interferência externa. Esta dimensão também está associada a emoções de vergonha e culpa em caso de fracasso. O indivíduo vivencia ainda a emoção de orgulho se atribuir seu sucesso a causas controláveis, por si próprio (exemplo: esforço).

A percepção do aluno de sentir-se no controle de sua própria aprendizagem parece estar relacionada à escolha de tarefas acadêmicas mais difíceis, exercer mais esforço e persistir por mais tempo no trabalho escolar (WEINER, 1994a, b).

Para Weiner, atribuições de estabilidade (a situação pode mudar ou não) influem nas expectativas futuras, e as de locus de causalidade (causa interna ou externa ao indivíduo) e controle (o indivíduo pode controlar ou não o fenômeno causal) afetam a auto-estima e o autoconceito.

Os padrões de atribuição que mais favoreceriam a aprendizagem são aqueles nos quais a pessoa atribui a causas internas, instáveis e controláveis, tanto o sucesso como o fracasso (COLL *et al*, 2000) . Nesta visão, o esforço pode ser modulado, tanto para manter ou aumentar o sucesso, como para evitar futuros fracassos. A atribuição de sucessos a causas externas, instáveis e incontroláveis – como a sorte – seriam as mais desfavoráveis, por produzirem uma impressão de falta de controle, tanto para produzir o sucesso como para evitar o fracasso..

O papel de ajudar os alunos a fazerem atribuições internas mais favoráveis à aprendizagem cabe em grande parte aos professores. Mas eles, em muitos casos necessitariam ter seus padrões atributivos alterados, a fim de criarem expectativas mais adequadas em relação ao desempenho futuro de seus alunos.

Muitos fatores interferem nas expectativas dos professores, e essas expectativas direcionam, em parte, as atribuições que eles farão sobre o desempenho dos discentes. Atribuições inadequadas não só influenciarão as novas expectativas futuras, como também o comportamento desses professores em relação aos alunos, como recompensas punições e estímulos.

Expectativas direcionam a qualidade do comportamento instrucional e da afetividade do professor em relação ao aluno. Assim, aqueles alunos para os quais o professor tem baixas expectativas recebem menos atenção, menos oportunidades de aprender, menos feedback, menos estímulo para melhor desempenho e maior esforço, menos elogios e mais críticas, menos afeto e consideração positiva. (PROCTOR, 1984, apud: GAMA; JESUS, 1994, p. 394)

Adotando essas crenças causais para o mau desempenho do aluno, falta de esforço e capacidade do aluno, desinteresse e condições sócio-econômicas da família, fica difícil esperar que esses professores avaliem adequadamente a influência de seus próprios comportamentos no desempenho do aluno, buscando, assim, maiores conhecimentos em sua área, métodos e técnicas de ensino mais eficazes. A análise que esses professores farão do sistema educacional e da escola dificilmente contribuirá para a alteração dos padrões e estruturas inadequados.

Este fenômeno deve ser avaliado principalmente segundo a ótica da tendenciosidade atribucional egotímica ou auto-servidora que representa a tendência em atribuir nossos fracassos a causas externas e nossos sucessos a internas. Ex: “fui mal no exame porque não tive tempo para estudar em função do trabalho”; “fui bem no exame porque sou inteligente”. Greenwald (apud COLL *et al*, 2000) a denomina beneficiação (*benefectance*) padrão pelo qual a pessoa atribuiria um controle e uma responsabilidade interna em caso de sucesso, e externa em caso de fracasso.

Ela se fundamenta na preservação da auto-estima e do autoconceito e numa certa sensação de controle.

Outra posição que, sob certo aspecto, poderia reforçar essa tese é a de Weiner (1984), que, em situações de realização, verificou que sujeitos que obtiveram sucesso experimentaram sensações de orgulho ao fazerem atribuições internas. Porém, atribuições internas os fizeram relatar sensações de vergonha quando fracassaram. Se este fracasso visto como interno, também fosse visto como controlável, eles experimentavam ainda a sensação de culpa. Apesar dessas constatações de

Weiner serem apreciadas num outro enfoque, elas reforçam a idéia de ameaça à auto-estima em auto-atribuições internas de fracasso e melhora da mesma em auto-atribuições de sucesso.

Essa relação clara com a auto-estima poderia estar por trás das atribuições com tendenciosidade auto-servidoras, que levam o professor a proteger-se da vergonha e da culpa que experimentaria em função do fracasso do aluno, atribuindo a este ou a família a responsabilidade.

3. Possíveis convergências entre a teoria da atribuição e a teoria de Norbert Elias

A teoria de Norbert Elias (1993, 1994,1998), sociólogo alemão, é bastante ampla e profunda, não se pretendendo aqui uma análise extensa dela, mas especificamente uma evocação de possíveis elementos convergentes entre as duas teorias.

Elias (1994) trata o processo civilizatório com ênfase na organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados (analisando preciosamente sociedades de corte européias, principalmente a francesa) e a participação desse fenômeno no comportamento civilizado, responsável pela pacificação interna da sociedade. Ele parte da análise da transição das sociedades feudais para Estados Absolutistas, o que só foi alcançado por meio do monopólio estatal da violência e da tributação, os quais são interdependentes. Ele discorre também sobre a importância do controle sobre a natureza, sobre os outros e sobre si mesmo para a civilização.

Heider (1958), ao dar início à Teoria da Atribuição, postulou que a necessidade de conhecer o ambiente tinha também a função de controlá-lo. Parece-nos que Elias concorde com isso nessa observação sobre diferentes formas de enfocar o relacionamento indivíduo-sociedade:

Comum a ambos os lados, novamente, é um estilo de pensar, uma idéia, de como os fenômenos precisam ser explicados, que se tem demonstrado mais útil nas tentativas dos homens de explicar os acontecimentos físicos e adquirir controle sobre eles. (ELIAS, 1998, p.144-145)

Quando Elias prega que o homem precisa ser civilizado, ou seja, sofrer uma regulação de seus impulsos (note-se a influência freudiana), sofrer um controle social que progrida até um autocontrole, parece admitir que a forma mais eficiente de conseguir a auto-coerção não é pela opressão violenta, mas pela lenta e contínua instalação de um sistema de idéias que contenha os afetos ou impulsos indesejados.

Pelo menos do século XVI em diante, as injunções e proibições pelas quais é modelado o indivíduo (de acordo com o padrão observado na sociedade) estão em movimento ininterrupto. Este movimento, por certo, não é perfeitamente retilíneo, mas através de todas as suas flutuações e curvas individuais, uma tendência global clara é apesar de tudo perceptível (ELIAS, 1994, p.109)

A elaboração de um dado ritual de relações humanas no curso do desenvolvimento social e psicológico não pode ser isolada, mesmo que aqui, como primeira tentativa, tenha sido possível seguir um único segmento. (ELIAS, 1994, p. 117)

O fornecimento social de um sistema interpretativo corrobora a idéia da aquisição pelo indivíduo de padrões de atribuição de causas para os eventos que observa, ou seja, padrões de conduta socialmente desejadas condicionam em certo sentido as explicações para situações de “sucesso” e “fracasso”, bem como as emoções vivenciadas perante estas situações de realização.

Elias nos fala da importância dos construtos, pensamento racional e consciência moral, como autocontroles civilizadores que se interpõem entre os impulsos espontâneos emocionais, interferindo na autopercepção do indivíduo sobre si próprio e os outros, bem como da necessidade de aquisição de configurações que façam frente à complexidade das sociedades ocidentais e de sua divisão de trabalho.

Podemos inferir que o professor encontra-se plenamente inserido nesses fenômenos, sentindo-se compelido a controlar as emoções

e atitudes de seus alunos, bem como a dele próprio, adequando-se às configurações (figurações) específicas neste meio. Ele próprio, além da necessidade de autocontrole, sofre uma grande pressão do sistema oficial de ensino, temendo o fracasso em seus objetivos e suas inevitáveis conseqüências. Não se pode esperar que, uma vez inserido neste contexto, o professor aja de forma independente e autônoma, pois inevitavelmente sofre ordenação social.

A imagem do homem como ‘personalidade fechada’ é substituída aqui pela de “personalidade aberta”, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e dependente delas. A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. (ELIAS, 1994, p.249)

Weiner vislumbrou a intersecção entre atribuições causais e a vivência de emoções, ocasião em que o indivíduo experiência tristeza, frustração, vergonha quando fracassa em algo em que julga que deveria ter tido bom desempenho ou, por outro lado, felicidade e orgulho quando julga ter sido bem sucedido. Essas emoções não são apenas conseqüências das explicações causais elaboradas, mas possuem a capacidade de “moldar” as percepções futuras. Assim, um professor que não consiga obter um desempenho desejado de seus alunos, pode realizar um rearranjo mental das causas do fenômeno, fugindo da vergonha e de prejuízos a sua auto-estima. Com isto, não queremos dizer que a culpa é efetivamente do professor, mas sim que ele tende a culpar-se e defender-se desse sentimento. Aí verificamos o papel do que Elias, analogamente a Freud, chama

de superego. Elias, inclusive, ressalta a importância do sentimento de vergonha como forma de coerção social:

Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada (ELIAS, 1993, p.193-194).

Não menos característico de um processo civilizador que a ‘racionalização’ é a peculiar modelação da economia das pulsões que conhecemos pelos nomes de ‘vergonha’ e ‘repugnância’ ou ‘embaraço’ [...] O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. (ELIAS, 1993, p.242)

Desta forma, parece bastante respaldada a situação de intransigência vivenciada pelo professor, o que não nos parece dissociado da realidade atual nas escolas públicas brasileiras. A formação acadêmica que esses professores têm recebido não parece dar conta, efetivamente, de prepará-los para a dura realidade e as pressões que sofrerão no exercício profissional, oriundas, muitas vezes, de interesses econômico-políticos divergentes dos objetivos educacionais. Sentindo-se, muitas vezes, o elo mais fraco da corrente, o professor tenta minorar seus prejuízos, transferindo-os para outro lado ainda mais indefeso, o aluno e sua família.

Em sua obra *Envolvimento e alienação*, Elias (1998) faz uma interessante análise sobre a aquisição do conhecimento e formação de atitudes, introduzindo os conceitos de envolvimento e alienação

(distanciamento). Ao primeiro, podemos associar o comprometimento das pessoas com os fatos, seu envolvimento emocional; ao segundo, um afastamento das tendenciosidades emocionais e das pré-concepções teóricas.

Embora boa parte da obra seja dirigida no sentido de problematizar os preceitos das ciências naturais e sociais, principalmente sua isenção e racionalidade ao atribuir causas, enfocando o continuum envolvimento-alienação, ela vai bem mais além. Poderíamos inclusive ousar inferir algumas convergências entre a teoria de Elias e os postulados de Kuhn (1975), no tocante às críticas e observações sobre a aquisição do conhecimento científico.

Elias postula que, ao adquirir maior controle sobre as forças não naturais, o homem adquire maior segurança. Este fato, contudo, levou a uma interdependência humana e a conseqüentes conflitos e inseguranças.

O mesmo processo que tem feito as pessoas menos dependentes dos caprichos da natureza as tem levado a serem mais dependentes uma das outras. As mudanças que, em relação às forças não-humanas, deram às pessoas, maior poder e segurança, trouxeram-lhes progressivamente diversas formas de insegurança. Nas relações entre si as pessoas são repetidamente confrontadas – como foram no passado em sua interação com as forças não-humanas – com fenômenos e problemas que, dada sua abordagem atual, estão ainda além do controle. Vêm-se incessantemente diante da tarefa de ajustar-se às mudanças que, embora sejam talvez feitas por elas próprias, não são por elas planejadas. E, como essas mudanças freqüentemente trazem em seu rastro ganhos imprevistos para alguns e perdas para outros, tendem a caminhar de mãos dadas com tensões e atritos entre os grupos que, ao mesmo tempo, estão inescapavelmente acorrentados uns aos outros. (ELIAS, 1998, p.118)

Esse contínuo ajustar-se às mudanças e tensões verifica-se plenamente na situação do professor perante seus alunos, seus pares, a escola e todo sistema educacional, com os quais precisa conviver e

apresentar um desempenho desejável. Isto gera medo de não exercer o controle externo e o autocontrole esperados, com as conseqüentes punições, vinda do meio externo ou psicológicas, como a queda da auto-estima e do autoconceito (a qual é precedida por atribuições causais responsabilizadoras do próprio indivíduo). É notório que o professor, principalmente do ensino médio e fundamental e da rede pública, sofre enormes pressões no seu desempenho profissional, tais como baixos salários e precárias condições didático-materiais, indisciplina discente, ausência de programas de capacitação e uma contínua responsabilização pelo sistema, caso os índices estatísticos (leia-se marketing) não sejam atingidos. Perante este quadro, fica clara a insegurança vivenciada pelo professor, tanto no sentido de sua sobrevivência, dependente da inserção no sistema, como no sentido da avaliação de sua própria competência. Numa sociedade que valoriza extremamente a capacidade (eficiência) ou tende a atribuir falta de esforço ao fracasso alheio, ser diferenciado afeta negativamente a auto-estima e o autoconceito.

O pressuposto principal da tese em desenvolvimento, de que a atribuição egotímica impossibilita muitas vezes o professor de refletir racional e isentamente sobre as dificuldades apresentadas por seus alunos, direcionando as causas para elementos externos, principalmente o aluno (falta de esforço e capacidade) e a família (falta de estrutura e apoio), parece receber apoio na teoria de Elias, notadamente na dificuldade de distanciamento.

Assim, vulneráveis e inseguras como estão, as pessoas não podem, sob essas condições, recuar e olhar calmamente o curso dos acontecimentos enquanto observadores mais alienados. Novamente, por um lado, é difícil para homens nessa situação o controle mais completo de seus fortes sentimentos relativos a acontecimentos que, eles sentem, podem afetar profundamente suas vidas, e abordá-los com maior alienação, já que a sua capacidade para controlar o curso dos eventos é pequena; e, por outro lado, também lhes é difícil ampliar seu entendimento e controle sobre esses acontecimentos, já que não os podem

abordar com maior alienação e obter maior controle sobre eles.(ELIAS, 1998, p.118-119)

Este envolvimento afetivo do professor e sua dificuldade de distanciamento a respeito das dificuldades escolares podem suscitar a necessidade de mudança no que chamamos de padrões atribucionais dos professores, bem como uma mais profunda análise da formação e transformação pelas quais estes passam. Para a Teoria da Atribuição há inúmeros fatores que influenciam na tendência de atribuir e seria exaustivo discorrer sobre todos; contudo existe confluência com a teoria de Elias no tocante à assimilação de padrões sociais e a possibilidade de variações individuais no distanciamento.

O modo como os membros individuais de um grupo vivenciam qualquer coisa que afete seus sentidos, o significado que isso tem para eles, depende dos padrões de lidar com esses fenômenos que gradualmente se desenvolveram em suas sociedades, bem como de pensar e falar sobre eles. (ELIAS, 1998, p. 109)

A teoria de Elias é abrangente ao focar o processo de civilização e as repressões necessárias para atingi-lo. Acreditamos que ela se interconecta com a Teoria da Atribuição na percepção de como as representações influenciam e dirigem o comportamento. Elias não preconiza um planejamento social, mas a Teoria da Atribuição, por sua natureza, tem embutido um caráter de intervenção nos processos sociais e individuais.

Considerações finais

Apesar da imensa contribuição do pensamento de Norbert Elias para a compreensão do processo civilizatório e da dimensão de estudos que elicia, acreditamos que o recorte bem específico deste trabalho, que foi comparar convergências entre a Teoria da Atribuição e a de Elias, foi atendido satisfatoriamente.

A civilização pressupõe um autocontrole individual e o controle das relações sociais, os quais implicam em um sistema de pre-

ceitos, idéias, padrões explicativos e emoções que, em parte, podem ser apreendidos por análises embasadas em metodologia com referencial teórico da Teoria da Atribuição. Essas análises podem permitir reflexões sobre atitudes e ações que requeiram ajustes ou reformulações, de forma a contribuir positivamente com o processo educacional, dimensão importante do processo civilizatório.

REFERÊNCIAS

- BARDELLI, C., MALUF, R. As causas do fracasso escolar na perspectiva de professores e alunos de uma escola de 1º grau. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília: UNB, v. 7, n. 3, p. 236-71, 1991.
- COLL, C. S. et al. *Psicologia do ensino*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v.1, 1994.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v.2, 1993.
- _____. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FERREIRA, R. F., ABREU, C. N. *Psicoterapia e construtivismo: considerações teóricas e práticas*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- GAMA, E. M. P., JESUS, D. M. Atribuições e expectativas do professor: representações sociais na manutenção da seletividade social na escola. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília: UNB, v. 10, n. 3, p. 393-410, 1994.
- GRAHAM, S.; WEINER, B. Theories and principles of motivation. In: BERLINER; D. C. CALFEE; R. C. (Eds) *Handbook of Educational Psychology*. New York: Sincom; Shuster Macmillan, 1996, p. 63-84.
- HEIDER, F. *The psychology of interpersonal relations*. New York: John Wiley; Sons, 1958.
- HECKHAUSEN, H.; WEINER B. O aparecimento de uma psicologia cognitiva de motivação. In: DODWELL, P. C. (Coord.) *Novos horizontes da psicologia*. São Paulo: Ibrasa, 1980, p. 143-68.
- KRIEKEN, R.V. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o eu. *Plural*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.3, p.153-80, 1996.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MALUF, M. R. *As causas do fracasso escolar na perspectiva de professores e alunos de uma escola de primeiro grau. Psicologia: teoria e pesquisa* (Brasília), v.7, n. 3, p. 263-71, 1991.

MALUF, M. R., MARQUES, D. C. Experiência de sucesso e fracasso escolar e atribuição causal em estudantes universitários. *Psicologia de educação*. PUC/SP, n. 2, p 25-32, 1991.

NEVES, M. M. B. J. O fracasso na 5ª Série, na perspectiva de alunos repetentes, seus pais e professores. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília: UNB, v.12, n. 2, p.147-56, 1996.

OLIVEIRA, L. B. *Atribuição de causalidade à repetência escolar na percepção de professores, pais e alunos*. Tese (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Universidade Estadual Paulista, 1998.

PICCININI, C. O processo de atribuição de causalidade: problemas e perspectivas. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, n. 3, p. 49-59, 1988.

RODRIGUES, A., ASSMAR, E. M. L., JABLONSKI B. *Psicologia social*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEINER, B. *Theories of motivation: from mechanism to cognition*. Chicago: Rand McNally, 1972.

WEINER, B. Integrating social and persons theories of achievement striving. *Review of Educational Research*, v. 64, p. 557-75, 1994.

WEINER, B. A Theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology*. *American Psychological Association*, v.71, p. 3-25, 1979. Uma teoria da motivação para algumas experiências de sala de aula. Trad. Terezinha Pancini de Sá e M. R. Maluf. *Psicologia da educação*. São Paulo: PUC, p. 1-19, 1984.

WEINER, B. A cognitive (attribution) – emotion-action model of motivated behavior: analysis of judgments of help-giving. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 39, p. 186-220, 1980.

WEINER, B. The role of affect in rational (attributional) approaches to human motivation. *Educational Researcher*, v. 9, p. 4-11, 1980

WEINER, B., FIEZE, I. H., KUKLA, A., REED, I., REST, S.; ROSENBAUM, R. M. *Perceiving the causes of success and failure*. Morristown: General Learning Press, 1971.

WEINER, B.; KUKLA, A. A attributional analysis of achievement motivation. *Journal of Personality and Social Psychology*, v.1, p.1-20, 1970.

GLOBALIZAÇÃO E CONSUMO: VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA UMA MELHOR COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

GLOBALIZATION AND CONSUMPTION: ADVANTAGES AND DISADVANTAGES FOR A BETTER COMMUNICATION IN ORGANIZATIONS

Edson CATELAN¹

RESUMO: Este artigo pretende analisar os processos de comunicação entre empresas e empregados e entre capital e trabalho. A pesquisa foca as atuais relações de trabalho oriundas da globalização e a correlação dos conceitos da comunicação da história social do trabalho com os novos hábitos de consumo. Foi enfatizada a importância da comunicação interna nas organizações, tendo em vista que o campo do trabalho é palco de dominação, opressão de cultura e sonegação de informações aos funcionários das organizações. Com base na concepção “da mais valia” de Karl Marx, foram encontradas brechas teóricas que demonstram que uma melhor comunicação interna pode ser campo de transformação cultural do mundo das relações do trabalho.

UNITERMOS: globalização; consumo; comunicação.

ABSTRACT: This article intends to analyze the communication processes between companies and employees and between capital and workforce. The research focuses the present work relationships resulted from globalization and the correlation between the communication concepts from social history work and the new consuming habits. The importance of internal communication was emphasized, since the work field is stage of domination and culture suppression and information default to the organizations employees. Through the conception of “the more value” from Karl Marx, there are theoretical gaps which show that the opportunity of better core communication may be a link to culture transformation in the world of work relationship.

UNITERMS: globalization; consume; communication.

¹ Mestre em Comunicação - UNIMAR

Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar e procurar desmistificar, por meio da análise das teorias de comunicação, as constatações de que:

- 1) a globalização, como forma de comércio internacional que cria dependência e dominação econômica das potências mais poderosas, está alterando as relações de trabalho entre empregado e empregador;
- 2) são constantes as dificuldades encontradas pelas organizações e por seus colaboradores na compreensão e aplicação das corretas ferramentas de gestão empresarial;
- 3) as organizações, com a sua ganância em obter o lucro e ganhos materiais, bem como vantagens competitivas nos mercados em que atuam, estão sempre desrespeitando o contato com seus colaboradores e deixando de encontrar neles o apoio e a participação tanto colaborativa como também na divisão de benefícios e ganhos obtidos;
- 4) nas organizações nas qual a gestão é orientada pela produtividade, eficiência e busca de resultados materiais, a comunicação aparece somente como transmissão de ordens, determinações, normas e regulamentos; ela é também vista como um instrumento para a manutenção e funcionamento de uma dada estrutura técnica, que se sobrepõe aos indivíduos da organização;
- 5) a comunicação é apenas mais um instrumento para manter a máquina administrativa em funcionamento.

Para abordar estas constatações, observamos que a perspectiva clássica de administração organizacional aborda o poder e a autoridade como estando sempre e necessariamente juntos, correspondentes às suas diversas instâncias hierárquicas e mantendo bem definidos os espaços e os níveis decisórios.

Entendemos que se trata de uma perspectiva muito pobre de poder e autoridade, de uma visão mecânica que os considera como atributos da própria organização e, como tais, inquestionáveis.

Os indivíduos que integram a gestão superior das organizações são os portadores do poder e da autoridade, e os exercem como algo que está fora deles ou que é informado e comandado por uma dada estrutura organizacional. Assim sendo, o que ocorre nos dias atuais é que seus subordinados cumprem as determinações que lhes vêm de cima, porque são emanadas dos níveis superiores de gestão e não lhes compete questionar ou discutir.

Para opor-se a estas visões e realidades racionais e técnicas de comunicação empresarial, estaremos explorando o campo da “comunicabilidade”, da “endocomunicação” (comunicação interna), voltadas para sua dimensão mítica, estético-artística e, de certa forma, irracional dos indivíduos, no sentido de algo que não se pode prever, controlar ou manipular tecnologicamente. É neste plano da subjetividade, do sentimento e das emoções, que devemos explorar e aprimorar as relações sociais e humanas dos indivíduos.

Tentaremos assim trazer para a nossa realidade, os conceitos passados, por meio dos quadros teóricos da comunicação de massa, na sua origem operária, nos primórdios da revolução industrial e do próprio capitalismo. Poderemos, assim, entender como o caminho trilhado pelas grandes organizações empresariais tomou rumos inadequados para o bem-estar da coletividade, criando um distanciamento cada vez maior por falta de reflexão dos processos de comunicação e de entendimento dos objetivos sociais comuns entre os seres humanos.

É nesse contexto, também, que a comunicação interna (endocomunicação) surge como um campo estratégico, que deve ser investigado e aprofundado como um caminho de excelência para fazer do âmbito profissional um universo significativo. Entendemos ser essa a via ideal para recuperar a alegria perdida em volta dos números e das metas, nos processos e sistemas eficientes, que por tanto tempo ofuscaram e sufocaram o ser humano no contexto da cultura organizacional. Esse é o melhor meio para livrar-nos de um pragmatismo às vezes exagerado e frio.

Essa é uma oportunidade histórica de desenvolver esse novo tipo de comunicação e, conseqüentemente, de atribuir novas responsabilidades à figura do comunicólogo, que é o agente responsável na transmissão de cultura ideológica, bem como é o proporcionador da alfabetização social dos atores que circulam no universo do capital e do trabalho, que pode ajudar a se converterem em seres éticos e responsáveis. Seres humanos que encontram sentido no que fazem e que se descobrem como construtores de uma sociedade melhor, com mais felicidade e prazer em tudo que fazem.

Esse passo necessário é o impulso vital que converterá a organização em um ambiente participativo e criativo, que, na medida em que seja autenticamente humano, experimentará, também o doce sabor do desenvolvimento, do consumo saudável e da rentabilidade, valorizando o ócio criativo na busca do bem-estar da coletividade, frutos de um projeto vivido e realizado com consciência e motivação.

Deve-se aproveitar o momento favorável em que a globalização está alterando as relações de comércio entre as nações. No passado, a regra era de que todas as fases da produção de uma determinada mercadoria fossem realizadas num mesmo país. Os produtos finais, especialmente aqueles mais intensivos em tecnologia, dificilmente são produzidos em um só país. Isto é o resultado da interação de várias novas tendências, entre as quais a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentes.

A globalização e o consumo excessivo afetando as ideologias

A globalização e a necessidade de ganho de produtividade têm mudado a vida de muitas empresas, que tiveram de alterar drasticamente seus métodos de produção para continuarem operando no mercado. Tiveram de rever seus processos, buscar maneiras de evitar o desperdício de matéria-prima ou até mesmo de mão-de-obra, foi necessário fazer com que seus funcionários tivessem mais envolvimento com a produtividade e com os gastos da empresa. Ao longo desse processo de modernização da produção, cresceu a importância

do consumidor. Pode-se dizer que a procura da satisfação do consumidor é que têm levado as empresas a atualizarem-se com novas técnicas de produção. Assim, conseguiu-se entender quais eram os problemas que as empresas estavam enfrentando. A tomada de decisões por parte dos funcionários concentrou-se na busca do aprimoramento contínuo, na busca da qualificação profissional.

A globalização gerou a exclusão dos países pobres que ainda não compartilham os benefícios do processo. Criou também marginalização dos países ricos e daqueles em desenvolvimento que se encontram integrados na economia mundial, mas a globalização também multiplicou a riqueza, desencadeando forças produtivas numa escala sem precedentes. As empresas identificaram ainda que, com a participação e principalmente com a melhor qualificação dos funcionários, a produtividade tende a aumentar e, que mesmo com os custos elevados desta qualificação, tornou-se viável o investimento, mas nem sempre foi assim, e esta constatação pode ter sido tardia para a melhoria das relações de trabalho entre os envolvidos.

Mediante a leitura e interpretação dos textos de Domenico De Masi, também podemos constatar a falta de sentido que permeia o ambiente pessoal dos indivíduos. De Masi aborda as características do chamado “operariado burguês (o executivo) que para ser confortado em seu penoso trabalho retirou da classe trabalhadora um número de ‘homens’ muito superior ao que permaneceu consagrado à produção útil, condenando esses ‘homens’, por sua vez, ao desemprego, à improdutividade, ao ostracismo e à ausência de ideologia e motivação sócio-cultural, bem como ao consumo excessivo”. E complementa ainda seu pensamento com a seguinte afirmação:

Mas esse rebanho de bocas inúteis, apesar de sua voracidade insaciável, não é suficiente para consumir todas as mercadorias que os operários chamados de massa, embrutecidos pelo dogma do trabalho, produzem como maníacos e divulgam no mercado tentando através da publicidade forçada elevar a demanda, sem desejar consumi-las e sem até mesmo pensar se haverá alguém para consumi-las. Frente a esta dupla loucura dos operários, ao mesmo tempo matando-se de tanto trabalhar e vegetando na abstinência, o grande

problema da produção capitalista não é mais de encontrar produtores e aumentar sua força, mas sim o de descobrir consumidores, meios de divulgação, excitar seus desejos e criar para eles necessidades fictícias, tanto de bens tangíveis ou intangíveis, trilhando até pelos caminhos de mais cultura e da oferta de prestação de serviços à coletividade operária. (DE MASI, 2001a, p 165-166)

Sobre a relação de trabalho, Domenico De Masi afirma que:

Uma vez que o vício do trabalho está diabolicamente engravado no coração dos operários; uma vez que a quantidade de trabalho que a sociedade requer é necessariamente limitada pelo consumo e pela abundância de matérias-primas, porque devorar em seis meses o trabalho de um ano? Porque não distribuí-lo uniformemente pelos doze meses, forçando todos os operários a contentar-se com seis ou cinco horas de trabalho por dia durante o ano, em vez de terem uma indigestão de doze horas de trabalho durante seis meses? (2001a, p.168)

Depreendemos que são esses os reais fatores dos altos índices de audiência nos processos de comunicação de massa de programas teratológicos, ufanistas-religiosos e espelhos dos baixos níveis de auto-estima e cidadania das massas consumidoras que formam a grande maioria da população, ativa ou não, do país. Ainda nesta citação de Domenico De Masi podemos analisar que uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações de idéias que revela a compreensão que uma dada classe tem do mundo.

O paradigma positivista do poder

Raramente os canais de comunicação interna são utilizados como veículos para a alfabetização política dos próprios atores envolvidos no trabalho e nas organizações. Raramente tais atores são chamados a participar da configuração de uma nova estratégia de

comunicação interna objetivando benefícios para a organização e para os trabalhadores.

Com base nessas constatações e na análise das tentativas feitas na história contemporânea para impor “cultura de cima para baixo”, vale dizer, deixar que o poder estatal, governamental ou de organizações, por meio de mecanismos diretos ou indiretos, comande os processos de produção cultural de uma sociedade, identificamos que tais tentativas resultaram em fracasso, tanto por rebaixarem a qualidade dessa produção, quanto por cercearem, em última instância, a liberdade de expressão artística e cultural do trabalhador.

Observamos, também, que o viés político ou ideológico com que os regimes estatais violaram a cultura popular gerou ausência de cidadania e a exclusão moral que se constata atualmente.

Para confirmar as situações vivenciadas e abordadas, efetuamos uma busca nos quadros teóricos da comunicação, bem como nos conceitos do capitalismo e nas necessidades de consumo da sociedade para tentarmos encontrar a origem das distorções no relacionamento capital-trabalho. Concentramo-nos na leitura de Simone Weil, Domenico De Masi, e no *Capital* de Karl Marx para fundamentarmos nossas teorias.

Constatações como as apresentadas no primeiro terço do século passado por Simone Weil já indicavam bem o distanciamento cultural e ideológico entre capital-trabalho.

É preciso inverter esse paradigma. Partir da experiência elementar cotidiana do operário no trabalho e reconhecê-la como um *primus absoluto*. Re-humanizar, quebrar com os esquemas tomistas, restituindo o caráter humano, com significação política e de abrangência social. (WEIL, 1996)

Mesmo estando no século XXI, vivendo um processo de mudanças de paradigmas, ainda observamos que a sociedade continua taylorista: despolitizada, positivista e desenvolvimentista, ignorando a importância do ócio, enquanto movimento privado e não de massa, e da consciência de cidadania para os atores sociais do trabalho.

Vivemos ainda com os confrontos de classe, que podem ter sua origem na formação da relação de “compra e venda” da força de trabalho enunciada por Karl Marx em seu livro *O Capital*, o qual fundamentou também o conceito de “mais-valia”, vindo a influenciar os vários segmentos das ciências (sociologia, economia, política, filosofia e a comunicação):

É preciso agora considerar mais de perto essa particular mercadoria: a força de trabalho. Assim como todas as outras mercadorias, ela possui um valor. Como ele é determinado? O valor da força de trabalho, como de qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, conseqüentemente, também para sua reprodução. A força de trabalho não existe senão como disposição do indivíduo e, em conseqüência, supõe a existência deste. A produção da força de trabalho, uma vez dado o indivíduo, resulta da conservação dele. Ora, para conservar-se, o indivíduo tem necessidade de um certo número de meios de subsistência (mais valia). O tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho se reduz, pois, ao tempo de trabalho necessário para a produção desses meios de subsistências ou melhor, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a conservação de seu possuidor. A natureza particular da mercadoria força de trabalho subentende que o ajustamento do contrato entre comprador e vendedor (capital e trabalho) não faz ainda passar seu valor de uso para as mãos do comprador. Seu valor de uso não consiste senão na manifestação posterior de sua força. A alienação da força e sua manifestação real não são pois simultâneas. Ora, para as mercadorias onde a alienação formal do valor do uso pela venda e sua entrega real ao comprador não são simultâneas, o pagamento geralmente se efetua logo depois. Em todos os países de produção capitalista, a força de trabalho não é paga senão após ter funcionado, por exemplo, no fim de cada mês. Sempre o trabalhador adianta, pois, ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa o comprador consumi-lo antes de ter recebido seu preço. Sempre, pois, o trabalhador dá crédito ao capitalista. (MARX, 1973)

Dessa maneira podemos afirmar que a “mais valia” resulta de uma sobra quantitativa de trabalho na duração prolongada do mesmo processo de trabalho. No entanto, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o resultado dela, quando posta em ação, não pertence a ele, mas, sim a quem lhe comprou tal força. O comprador da sua capacidade de trabalho pode obrigá-lo a continuar trabalhando, mesmo depois de ele ter criado um valor correspondente ao de sua força de trabalho, quando então produzirá um valor excedente ou uma “mais valia”.

Concluimos, assim, que a relação entre capital e trabalho se passa nesta época como se o trabalho fosse um bem material, que necessita ser criado, efetivado ou construído para depois ter seu valor reconhecido. Com efeito, nunca o trabalhador recebeu um valor antecipado para preparar-se para a realização do trabalho contratado. Seu valor é reconhecido após a realização do trabalho; a própria CLT estabelece o pagamento pelo trabalho após os 30 dias. Desta forma, a relação de desconfiança do empregador perante o empregado, e vice-versa, fica bem caracterizada, dificultando sobremaneira uma perfeita e saudável relação de trabalho.

Continuando no caminho das leituras de Karl Marx e Simone Weil, vimos também que a relação de desconfiança fica estabelecida já na origem do capitalismo, confirmando a situação futura, ou seja, dos tempos atuais, em que os trabalhadores não têm participação nas decisões e não podem constituir soluções para a economia moderna e o bem-estar da sociedade. Ele é explorado e sugado em sua força física e mental – por meio da alteração violenta de seu ritmo particular de comunicação – ficando excluído culturalmente da sociedade política e social.

Se analisarmos ainda os conceitos filosóficos abordados no primeiro terço do século XX, estaremos também nos aprofundando nas teorias da comunicação, que visam a persuasão dos indivíduos não para torná-los cordeiros de uma doutrina, mas para abrir-lhes os olhos para os erros cometidos nestes séculos de arrogância e desinformação, praticando assim a igualdade sócio-cultural, que Simone Weil descreve em seu texto sobre condição operária:

O que hoje se chama de instruir as massas é pegar esta cultura moderna elaborada num meio tão fechado, tão deteriorado, tão indiferente á verdade, tirar dele tudo o que ainda pode conter de ouro puro, operação que se chama divulgação, e enfiar o resíduo, do jeito que está, na memória dos infelizes que querem aprender, como se leva a comida ao bico dos passarinhos. Aliás, a vontade de aprender por aprender, o desejo da verdade, se tornou muito raro. O prestígio da cultura se tornou quase exclusivamente social, tanto no camponês que sonha ter um filho professor, ou no professor que sonha ter um filho universitário, quanto nas pessoas da sociedade que bajulam os sábios e os escritores famosos. Os exames exercem sobre a juventude das escolas a mesma força de obsessão que os tostões para os operários que trabalham por empreitada. Um sistema social está profundamente doente quando um camponês trabalha a terra pensando que, se ele é camponês, é por que não era inteligente o bastante para tornar-se professor. (WEIL, 1996)

Constatações realizadas por Simone Weil durante sua permanência em fábricas francesas, há tempo, indicavam bem os efeitos ideológicos e cognitivos nos atores sociais da cultura fabril.

Para as questões de comunicação, é profundo e perfeitamente atual o pensamento de Simone Weil. Devemos então analisar tais constatações e nos orientarmos para uma melhor e mais adequada utilização da mídia no processo de comunicação entre capital e trabalho.

Conforme observamos das narrativas de Simone Weil, o operário (quer seja o executivo, ou o intelectual) vive uma trágica realidade: a falta de sentido em tudo que faz, a pressão das repetições e ações mecânicas sem usufruir do lucro dos produtos, desconhecendo o que é transcender.

Essa falta de sentido é também herança de uma mentalidade positivista, que banuiu da existência humana qualquer sentido metafísico, espiritual, universal para concentrar-se somente em resultados materiais tangíveis. Esse enfoque faz tudo girar em torno dos resultados para o bem da organização, que passa a ser uma abstração quase sagrada à qual todos devem acomodar-se e servir. Nesse âm-

bito auto-suficiente e cientificamente eficiente, o ser humano é visto como parte de uma engrenagem que deve gerar sempre a melhor produção possível. Ele existe e tem sentido somente na medida em que é um instrumento para melhorar os resultados da organização.

A comunicação interna como desenvolvimento político social e de consumo

Observamos que a comunicação interna ou a endocomunicação propõe a quebra de paradigmas. A organização que se atreve a ser autenticamente humana funciona – em palavras de Peter Senge e conforme Paulo Monteiro – como uma comunidade consciente, um organismo vivo em que tudo comunica, porque tudo é significativo, tudo é parte de seu projeto comum e missão global. É nesse sentido que a organização, em seu exercício de consciência, promove uma mudança de paradigma quanto à comunicação. “A comunicação verdadeira e autêntica deve estar, portanto, necessariamente comprometida com o ser humano e com seu enriquecimento. Comunicar, visto por este ângulo, é levar a pessoa ao âmbito do sentido, num universo comum no qual se compartilham realidades significativas” (MONTEIRO, 2004).

O campo da endocomunicação traz a figura de um profissional, o comunicólogo, que deve ser também no caso específico dos programas aplicados à empresa o coordenador da ação proposta, trabalhando em conjunto com profissionais de outras áreas e buscando num enfoque pluridisciplinar, condição necessária para que se dê a gestão do conhecimento. (MONTEIRO, 2004)

Entretanto, para gerir o conhecimento é necessário ir além dessas limitações e entrar no terreno da incerteza, conforme Rubem Alves exemplifica:

Procedemos de forma ordenada porque pressupomos que aja ordem. Sem ordem não há problema a ser resolvido. Porque o problema é exatamente construir uma ordem ainda invisível de uma desordem visível e imediata”. “Você está resolvendo

um quebra-cabeça. Há uma peça faltando. Será que você pode e deve construí-la, pela imaginação? A forma da peça será o encaixe positivo daquelas que já estão prontas. Sua cor deverá ser a continuação das cores ao seu redor. Por este processo você construiu mentalmente a peça, e é somente em decorrência deste fato, isto é, de você haver pensado o fim, que você poderá procurar a peça que está faltando. (ALVES, 2000)

Confiança e compreensão são pré-requisitos para a criação de um contexto compartilhado e fazem parte da construção de padrões que se desenvolve nas organizações por meio de suas redes sociais.

A visão de mundo, a ideologia, as utopias, os mitos e as representações estão subjacentes aos processos e sistemas de codificação da realidade porque as condutas sociais são relações sociais. O que codifica e domina no processo de comunicação são as relações sociais. Mas não só. A percepção dos fenômenos sofre condicionamento de uma visão de mundo que é fruto de uma perlaboração química, biológica e psíquica. (ARAÚJO, 2002)

Quanto maior o número de redes de pessoas em uma empresa, maior o fluxo de conhecimento e mais alta a probabilidade de que novas idéias e pensamentos surjam diante da necessidade. Altos níveis de densidade de rede normalmente demoram anos para serem alcançados, porque as pessoas mudam de cargo, trabalham em diferentes projetos, conhecem pessoas em ambientes sociais. Essas redes também são construídas com base no que as pessoas gostam e desgostam.

O estímulo às redes sociais tem como objetivo intervir em uma organização para reduzir o tempo, que em situação de relacionamentos casuais demandaria muitos anos. Essa ferramenta de gestão pode ser utilizada para programas de gestão do conhecimento (em que se concentram esforços nos canais pelos quais o conhecimento flui, em vez de procurar gerir o conhecimento propriamente dito) para mudanças organizacionais e para programas de inovações (afinal, muitas organizações têm consciência de que alguém sabe algo; o problema é saber exatamente quem é esse alguém).

A alfabetização cultural e a participação efetiva de todas as classes na solução das dificuldades de comunicação e sobrevivência das organizações, dos mercados e dos trabalhadores resolveria e propiciaria a integração cultural-social dos envolvidos, formando assim uma nova classe e uma nova razão de vida dos indivíduos, limpando também os vestígios do sofrimento, da opressão e do desconforto social. Uma teoria de gestão de comunicação alternativa deveria aceitar que as organizações se justificassem enquanto instrumentos inventados pelo homem para promover o bem-estar da sociedade sob todos os aspectos: a satisfação de necessidades materiais, culturais, simbólicas e ideológicas.

Criar um ambiente organizacional que não se limite ao ambiente de “segredos” que caracteriza uma gestão clássica, fonte constante de desconfiança, é uma forma de respeito à subjetividade, à criatividade, à inovação consentida e participativa, enfim, à autonomia dos participantes das organizações. Caminha-se, assim, para a direção do que é mais forte e presente em uma sociedade de consumo e de comunicação de massas, “o bem-estar”, para fundamentar um modelo inovador de gestão do conhecimento e de relacionamento entre as classes.

Conforme abordadas anteriormente, as questões de alfabetização filosófica, de cultura comportamental e de comunicação dos atores que participam das organizações não estão sendo contempladas atualmente. O que ocorre é que eles são envolvidos numa forma de show produzido pela mídia. Assim, o trabalhador continua explorado e deixado à margem das decisões. O trabalhador continua sem poder participar e influenciar efetivamente o conjunto dos fatos.

Entendemos que algumas ações efetivas de cunho cultural e de alfabetização ideológica deveriam ser implementadas, porque portas e caminhos estão se fechando e deixando de existir, tornando-se necessária a busca por soluções com mais rapidez, no sentido do envolvimento das sociedades para maior alfabetização cultural e ideológica das massas (povo). A volta às nossas raízes enquanto sociedades organizadas, nativas, que sabiam distribuir as tarefas levando em conta a capacidade de relacionamento e comunicação

interpessoal, o respeito às tradições e a distribuição de recursos em igualdade de condições e sem agressividade e sem a tomada do poder a qualquer custo é a perspectiva que se apresenta como a luz no fim do túnel.

Considerações finais

A nova produtividade na economia globalizada não está em sempre fazer mais com os mesmos gastos, um papel que, a cada dia, as máquinas vêm fazendo por nós e para nós. A nova produtividade envolve mais do que os antigos fatores permanentes, econômicos do aqui e agora, e passa a englobar as estratégias futuras, com ações voltadas para projetar adiante novos ganhos de produtividade, baseados no desenvolvimento e na visão participativa das partes envolvidas na busca em conjunto do futuro do negócio.

No âmbito das relações do trabalho, constatamos que foi deixado de lado o trabalho político e que hoje se pratica a economia política. Tal realidade contribuiu de forma fundamental para a consecução do estilo de consumo e do capitalismo monetarista que vivenciamos atualmente.

No desenvolvimento dessas observações, pudemos constatar que, nos dias atuais, enfrentamos a falta de sentido nas coisas que fazemos, a prisão de ter que repetir ações, mecânicas, sem usufruir o prazer da felicidade nas ações realizadas. Muitas empresas ainda insistem em herdar o pensamento racional-econômico, centralizando-se nos resultados e submetendo as pessoas a essa obsessão que termina por transformar-se em um fim absoluto. Mas o paradoxal dessa mentalidade é que o campo “sagrado” dos resultados, que é o grande objetivo de toda empresa, termina sendo prejudicado precisamente por essa atitude que submete as pessoas às metas de produção e de lucro.

Tal paradoxo ocorre porque o ser humano é um ser em busca de sentido, de transcendência, que quer dar significado a todas as coisas que faz, sobretudo ao seu trabalho, que, como parte de sua humanidade, é virtude, vocação, e por isso mesmo nunca deveria ser

um fardo. Sem encontrar sentido no trabalho que exerce, o ser humano perde toda e qualquer motivação e seu agir profissional passa a ser necessidade de sobrevivência, conduta que termina por limitar os resultados de seu desempenho a níveis mínimos.

Devemos recolocar o ser humano de uma nova forma, mais original, provocativa e participante nos fundamentos sociais do conhecimento científico. Devemos questionar o positivismo e retomar principalmente a visão da importância histórica e epistemológica das revoluções científicas e mostrar como a reflexão sobre essas revoluções tornará possível recapturar, repor e desenvolver os temas primordiais: as origens, autonomias e articulações nas ações, as idéias e objetos, interação de teoria e a prática, o lógico e o histórico.

Não devemos também nos esquecer que, depois de mais de 150 anos de desenvolvimento da produção, a produtividade tornou-se uma atitude, com base em um mero cálculo usado para estimar o desenvolvimento econômico. Por isso, o movimento pela produtividade é essencial para o desenvolvimento de um país. Seu propósito é, em primeiro lugar, maximizar o uso de recursos matérias, mão-de-obra, equipamentos, com o objetivo de reduzir custos de produção, expandir mercados, pela melhoria do padrão de vida no interesse comum do capital, do trabalho e do consumidor.

Entendemos, ainda, que uma melhor adequação da endocomunicação, por meio do desenvolvimento da liberdade e criatividade na figura do executivo de relações públicas, é o objetivo principal deste estudo. Com um indivíduo mais focado nas ideologias e nas questões de alfabetização cultural, que foram abordadas aqui, poderá desenvolver-se em definitivo a ciência da endocomunicação, na sua verdadeira importância nas relações entre capital e trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ARAÚJO, Jussara Rezende. *Comunicação e exclusão: a leitura dos xamãs*. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2002.

CATELAN, Edson. *Investigação sobre endocomunicação e ação cultural*. (Dissertação de Mestrado em Comunicação). UNIMAR - Marília-SP, 2005.

DE MASI, Domenico. *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2001a.

_____. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, b.

_____. *Criatividade e grupos criativos*. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2002.

DOUGLAS, Mary. *O Mundo dos bens*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.1965. Cap VII.

LESLY, Philip. *Os fundamentos de relações públicas e da comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1995.

MARX, Karl. *O capital*. Edição resumida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MACEDO, M. M. *Revista Faebusiness*. Gestão de produtividade nas empresas, n. 3, set. 2002.

MONTEIRO. Endocomunicação. *Aberje*, São Paulo, 2004.

NASSAR, Paulo; FIGUEIREDO, Rubens. *O que é comunicação empresarial*. São Paulo: Ed. Manole.

NASSAR, Paulo. Muito além do marketing. São Paulo: *Aberje*, 2004.

_____. Mais um andar na “babel”? Jornalismo institucional. *Aberje*, São Paulo, 1999.

_____. O management da comunicação empresarial. *Aberje*, São Paulo, 1999.

_____. Comunicação interna a favor da marca, *Aberje*, São Paulo, 2000.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

A EMERGÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO: IMPLANTAÇÃO E IMPORTÂNCIA

THE EMERGENCE OF POSTGRADUATION: IMPLANTATION AND IMPORTANCE

Líliá Christina de Oliveira MARTINS¹

Egli MUNIZ²

RESUMO: O artigo apresenta os cenários em que os cursos de pós-graduação *strictu sensu* vieram ascendendo no Brasil juntamente com a organização dos vários Planos Nacionais de Pós-Graduação, planos esses que consolidaram este nível de curso em todo território nacional. O artigo ressalta o papel da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como um órgão da União que avalia e recomenda a pós-graduação, dando-lhe validade nacional e internacional. A pós-graduação é, certamente, o setor que melhor desempenho apresenta na educação brasileira, visto ser a base para a formação de recursos humanos altamente qualificados, necessários ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país. Contudo, o artigo aponta a necessidade de que sejam superadas as disparidades dos níveis de crescimento científico entre os Estados brasileiros, inserindo-se uma política de formação de recursos humanos em todo contexto da educação brasileira, especificamente, na educação pós-graduada.

UNITERMOS: política educacional; pós-graduação; ensino; pesquisa.

1 Doutora em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca, SP. Livre-Docente em Serviço Social pela UNESP – Franca, SP, Professora da Faculdade de Serviço Social da ITE – Bauru, SP. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade de Direito da ITE – Bauru, SP.

2 Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, Diretora da Faculdade de Serviço Social de Bauru – ITE Secretária Municipal do Bem Estar-Social de Bauru.

ABSTRACT: The article presents the circumstances in which the *strictu sensu* post graduation courses had come together ascending in Brazil with the organization of several Post Graduation National Plans. These plans consolidated this level of course all over Brazil. The article stands out the role of “Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” (CAPES) as a federal agency that evaluates and recommends the post graduation courses giving then national and international certification. The post graduation course is, certainly, the sector that presents better performance in the Brazilian education, for it is the basis for the formation of highly qualified human resources necessary to the development of science and the technology in the country. However, the article points the need of being surpassed the disparities of the levels of scientific growth among the Brazilian states inserting a human resources formation policy in the whole context of the Brazilian education, specifically, in the post graduation education.

UNITERMS: Educational policy; post graduation; education; research.

Iniciando este estudo a partir da década de 30, observa-se que, com a chamada Revolução Industrial e com o surto da industrialização, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, ascende ao poder no momento de exigências de grandes mudanças no setor educacional, na urgência de atender as necessidades trazidas pelo novo momento econômico brasileiro.

No primeiro período do Governo Getulista (1930-1937), a educação foi alvo de muitas atenções: houve a Reforma do Ensino Superior (que veio consolidar o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, de autoria de Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública); também foram criadas, em São Paulo, no ano de 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo e, em 1935, ocorre a fundação da Universidade do Distrito Federal.

O Decreto acima citado implantou vários cursos de especialização e aperfeiçoamento, dispendo inclusive, sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. O Decreto nº 19.851, segundo Oliveira (1995) concedeu a várias instituições de caráter técnico e

científico, como o Instituto Osvaldo Cruz, o Instituto Médico Legal e o Jardim Botânico, a autorização para realizarem cursos de aperfeiçoamento e especialização. Contudo, é com o Decreto nº 21.231, de 18 de junho de 1946 e com a promulgação de Constituição Federal do mesmo ano que, pela primeira vez, se referenda a expressão pós-graduação. Desse Decreto, Oliveira (1995, p.54-55) apresenta os artigos referentes às três categorias de ensino: especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação:

Artigo 73: Os cursos de aperfeiçoamento serão destinados à revisão e ao desenvolvimento dos estudos feitos nos cursos normais, pela forma estabelecida no regimento.

Artigo 74: Os cursos de especialização serão os destinados a ministrar conhecimentos aprofundados nos diferentes ramos de estudos filosóficos, científicos, artísticos ou técnicos, pela forma estabelecida no regimento e de acordo com programas previamente aprovados pela congregação.

[...]

Artigo 76: Os cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados, terão por fim especial a formação sistemática de especialização profissional, de acordo com o que foi estabelecido pelo regimento.

Como os artigos 73 e 74 fazem alusão aos cursos de aperfeiçoamento e especialização, pode-se inferir que o artigo 76, ao referir-se aos cursos de pós-graduação, deixa implícita a idéia dos cursos em níveis de mestrado e de doutorado.

A partir da II Guerra Mundial ocorre um crescente desenvolvimento tecnológico destinado a superar as crises das economias capitalistas e estimular as inovações; isto fez com que o ensino superior, também no Brasil, direcionasse as profissões para conhecimentos cada vez mais avançados nas áreas tecnológicas.

No Brasil, já no segundo governo de Vargas, são restauradas as condições institucionais necessárias à efetivação do projeto de

construção de uma nação capitalista desenvolvida, autônoma; ou seja, a realização de um projeto de industrialização dotado de uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional. Em termos da política educacional, é neste contexto que ocorre a criação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES, em 11 de julho de 1951, pelo Decreto 29.741, da Presidência da República.

A CAPES não surge isolada nas modernidades do contexto brasileiro. Em 1951 são criados órgãos como: Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, a Comissão Nacional de Bem-Estar, entre tantos outros, como a Petrobrás, o Banco do Nordeste, o Banco de Crédito do Amazonas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

Entre essas entidades, em termos educacionais, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq. Este órgão e a CAPES, com o apoio do BNDE, passariam a ter papel destacado na formulação e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico da qual faria parte integrante a política de pós-graduação.

Com efeito, até a década de 50, os cursos de graduação no Brasil eram o último nível do ensino superior e, normalmente, a sequência destes se fazia no exterior; porém, com as exigências advindas do desenvolvimento nacional do pós-guerra, as escolas superiores propagaram-se, justamente pela necessidade de melhor organizar e expandir os estudos de continuidade à graduação.

Assim após a II Guerra Mundial, houve a criação das instituições de pesquisa que passaram a promover cursos de especialização e aperfeiçoamento nas diversas áreas de pesquisa, patrocinados pela CAPES e CNPq. Dessa iniciativa resultaram os Centros de Excelência, isto é, núcleos de ensino e pesquisa com pessoal altamente qualificado, que passaram a desenvolver programas de pesquisas. Tais Centros podem ser considerados os precursores dos programas de pós-graduação no Brasil.

Nos primeiros anos da década de 1960, iniciam-se os primeiros cursos de pós-graduação, em nível de mestrado, na Escola Superior de Viçosa, na Universidade do Rio de Janeiro e no Instituto de Tecnologia e Aeronáutica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 20 de dezembro de 1961 (Lei 4.024), faz referência, pela primeira vez, à modalidade da pós-graduação como um dos tipos de cursos ministrados nas instituições de ensino superior:

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: [...] b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma [...]. (BRASIL, 2001)

Em 1964, ocorre o golpe militar que derrubou o governo da época, presidido por João Goulart e rompeu também com o regime liberal-democrático. Tal golpe instituiu no país nova ordem político-institucional de regime militar autoritário. Em 1965, o novo regime solicitou que o Conselho Federal da Educação definisse a pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado. Assim, foi elaborado o Parecer nº 977/65, de autoria de Newton Sucupira (Parecer Sucupira), que estabelecia as normas gerais para a organização e funcionamento da pós-graduação *stricto sensu*.

Com base na Lei 4.024/61, o Parecer 977/65 formulou uma distinção formal entre a pós-graduação *lato sensu* e a *stricto sensu*, a saber:

- a formação *lato sensu* designa todo e qualquer curso que pressupõe a graduação, tais como de especialização ou de aperfeiçoamento;
- a formação *stricto sensu* constitui o sistema regular de cursos que se superpõe à graduação, com objetivos mais amplos de formação científica, cultural ou profissional de alto nível, parte integrante do complexo universitário, em caráter permanente, necessária à realização dos mais altos fins da universidade em sua concepção atual. (OLIVEIRA, 1995, p.10)

Portanto, o Parecer 977/65 delinea o curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, como a etapa que antecede o nível de doutorado, ou seja, o grau de doutor.

Em 1968, a Reforma Universitária instituiu a Política Nacional de Pós-graduação, com a criação de Centros Regionais de Pós-graduação (Decreto 63.343 de 01 de outubro de 1968), considerando a pós-graduação necessária para aprimorar a qualidade do ensino superior e sua expansão, bem como para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica do país.

Ainda em 1968, a Reforma Universitária, por meio do Decreto 62.937, de 02 de julho de 1968, confirmou a definição do Conselho Federal de Educação sobre a pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, na distinção entre *stricto sensu* e *lato sensu*, firmando a carreira do magistério superior nos graus de mestre e doutor e lançando, por assim dizer, as bases decisivas para a política nacional de pós-graduação. O Parecer Sucupira estabeleceu, juntamente com a Reforma Universitária, as normas de credenciamento para os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), regulamentando a validade dos diplomas e o seu reconhecimento em todo território nacional.

O papel social dos cursos de pós-graduação concedeu prestígio maior ao seu portador do que o diploma de graduação. Nessa mesma linha de raciocínio, passa a ocorrer o senso de que o ingresso aos cursos de pós-graduação não deveria ocorrer imediatamente após o término da graduação, devendo seguir-se a ela o curso *lato sensu*. Sugeriu-se, portanto, que o aluno freqüentasse algum curso de especialização (360 horas aulas) para, depois, iniciar o nível do mestrado e, por conseguinte, o doutorado.

A partir de 1971 surgiram os vários planos governamentais de desenvolvimento nacional, desde seus aspectos mais globais até os mais específicos. Entre os documentos fundamentais destacam-se: o I Plano Básico de Desenvolvimento (I PND – 1972/74) e o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT – 1972/74). Em 1975, como continuidade a tais Planos, surgem o II PND e o II PBDCT, estabelecendo as diretrizes do governo para

o período 1975-79 e, em consonância, surge o I Plano Nacional de Pós-graduação (I PNPg), aprovado pelo Decreto 76.058, de 30 de julho de 1975, durante o governo Geisel, momento em que se iniciava o processo de abertura do regime militar autoritário brasileiro.

O II PNPg foi instituído por meio do Decreto 87.814, de 16 de novembro de 1982, no Governo do General Figueiredo, vigorando até 1985. O III PNPg, estabelecido em 09 de novembro de 1986, já no então governo democrático de José Sarney, vigorando até 1989, deu continuidade ao processo de institucionalização da pós-graduação.

Vale ressaltar que a CAPES passou a ter um importante papel na implantação das políticas postas nos diversos PNPg, haja vista que sob a sua supervisão, o I PNPg implantou o Programa Institucional de Capacitação de Docentes – PICD, que nasceu com o objetivo de estimular a instituição de ensino superior a desenvolverem seus recursos humanos por meio de cursos de pós-graduação *strito sensu*.

O II PBDCT (1975-79), em consonância com o II PND, considerava a pós-graduação como elemento estratégico para atingir os objetivos nacionais neles propostos e, no intuito de viabilizar maior grau de autonomia para o processo de desenvolvimento econômico do país, requisitava a formação de quadros técnicos capacitados para a operação do sistema produtivo, estimulando o aumento do nível de qualificação profissional.

Em constatação histórica, releva-se que, no último ano em que vigorou o II PNPg (1985), foi eleito no Brasil, em 15 de janeiro de 1985, por meio de voto democrático o sucessor do presidente Figueiredo, o Sr. Tancredo Neves; este manifestava-se preocupado com o ensino superior brasileiro. Em seus estudos, Oliveira (1995) aponta o resultado de tal preocupação, com a instituição de uma Comissão com a tarefa de formular uma nova política para a educação superior, que estimularia um amplo debate nacional para que, então, o Congresso Nacional legislasse sobre a política e estrutura do ensino superior brasileiro.

Oliveira (1995) apresenta as conclusões da Comissão, presidida pelo professor Caio Tácito e integrada por 24 membros do Governo Federal:

a) responsabilidade do Poder Público de assegurar o ensino público em todos os níveis; b) adequação do ensino superior à realidade do país; c) reconhecimento da diversidade e pluralidade do ensino superior; d) reconhecimento da autonomia universitária; e) democratização do acesso ao ensino superior por meio da criação de alternativas de estudo para diferentes públicos; f) valorização de desempenho, de forma que as universidades não se contentem com o medíocre e busquem o desempenho excelente; g) eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais do ensino superior. (OLIVEIRA, 1995, p.70)

O mesmo autor acrescenta, ainda, que o relatório da citada Comissão apresentava seis propostas para uma nova política do ensino superior:

a) reformulação do Conselho Federal de Educação; b) Consolidação da autonomia e democracia interna nas universidades; c) alteração dos mecanismos de financiamento do ensino superior; d) democratização do acesso ao ensino superior; e) fortalecimento da pesquisa científica e da pós-graduação e adequação do ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do país. (OLIVEIRA, 1995, p.72-73)

Dessa forma, com base nessas considerações, elaborou-se o III PNPg para o período de 1986-1989.

O III PNPg (1986-1989) destacava a necessidade de ressaltar a importância da relação entre a universidade e o setor produtivo; enfatizava a institucionalização e a ampliação da pesquisa nas universidades e a integração da pós-graduação ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, reafirmando, como nos anteriores, a necessidade de um destaque orçamentário, por parte do governo, para desenvolver as atividades de pesquisa e de pós-graduação nas universidades.

Distinguem-se os objetivos gerais do III PNPg:

- 1) Consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação;
- 2) Institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação;
- 3) Integração da pós-graduação ao Sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive ao setor produtivo. (BRASIL, 1986, p.3)

Na atualidade, vale ressaltar que, no final do mês de julho de 2004, a CAPES realizou um Seminário em que foram tratados temas como: regionalização, cooperação internacional, módulos de pós-graduação e atuação das agências de financiamento. Já havia sido criada uma Comissão para a elaboração do novo PNPg. A Comissão foi instituída pela Portaria CAPES nº 53, de 22 de junho de 2004.

No mês de agosto de 2004, a Comissão instituída promoveu amplos debates com os representantes de Área da CAPES em que foi solicitado uma análise detalhada das lacunas existentes nas suas áreas e a indicação de necessidades de implantação de novas sub-áreas do conhecimento e/ou reforços nas existentes. Após a coleta das informações, a Comissão elaborou, no final de setembro, início de outubro, a Reunião Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pós-Graduação (ENPROP – 2004), em que, finalmente, fixou-se a versão final do IV PNPg para os anos 2005-2010.

Assim, a proposta do IV PNPg, elaborado no atual governo Lula, foi encaminhada à CAPES em dezembro de 2004, apresentado ao Conselho Superior da CAPES, tendo sido aprovado com o referendo do Sr. Ministro da Educação Tarso Genro, no dia 05 de Janeiro de 2005.

O IV PNPg (2005-2010) incorpora o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da sociedade brasileira; ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico e tecnológico nacional.

Portanto, levando-se em conta a evolução da pós-graduação no Brasil, torna-se importante salientar que, no ano de 1983, o CFE elaborou a Resolução nº 5, de 10 de março de 1983, fixando as normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Nos tempos mais atuais, em 2001, o Conselho Nacional de Educação, juntamente com o Conselho Estadual de Educação, elaborou a Resolução nº 1 de 3 de abril de 2001, referendando a Resolução nº 5 no estabelecimento das normas para os cursos *strictu sensu*. Tais Resoluções reafirmaram as diretrizes dos PNPg e da CAPES, este como órgão federal, imprescindível tanto na autorização, no reconhecimento ou na renovação de reconhecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que dependem, por conseguinte, de seu aval.

A CAPES é uma entidade pública vinculada ao Ministério de Educação e Desporto-MEC, que vem cumprindo, desde 1951, seu objetivo de subsidiar o MEC na formulação das políticas de pós-graduação, coordenando e estimulando, mediante a concessão de bolsas de estudos e outros auxílios, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência superior no país, tanto dos setores públicos como privados.

A recomendação dos cursos de pós-graduação pela CAPES fundamenta-se na avaliação realizada por especialistas de áreas do conhecimento afins ao programa considerado. A homologação pelo MEC aos cursos de pós-graduação baliza-se nos resultados da avaliação da CAPES, assegurando a validade nacional aos títulos outorgados por tais cursos.

O documento elaborado pela Profa. Ana Lúcia Gazolla (1996), publicado na Coletânea “Discussão da Pós-graduação Brasileira” indica que, hoje, os cursos de pós-graduação devem ter como diretrizes, além da qualidade, o tema de flexibilidade. A flexibilidade exigida deve atender as atuais necessidades da sociedade, levando-se em conta as especificidades regionais, institucionais e das áreas de conhecimento de cada um dos cursos.

À parte das muitas dificuldades que se apresentam na consolidação dos cursos de pós-graduação nas instituições de ensino

superior, ressalta-se que vêm sendo dados grandes estímulos à capacitação do corpo docente, a exemplo de: programas de incentivo quando os professores são liberados para freqüentarem cursos de pós-graduação com manutenção do salário; substituição do docente que se afasta; auxílio financeiro para passagens, estada, alimentação, pagamento do curso quando em instituições privadas, enfim, suportes logísticos para que o professor possa atingir os títulos de mestres e/ou doutor.

O docente interessado em acoplar-se aos cursos de pós-graduação passa a ter uma grande responsabilidade na produção do conhecimento. Sua produção bibliográfica se faz nas publicações de livros, artigos, capítulos de livros, resumos em anais, tradução de livros ou textos, entre outros. Na produção técnico-científica suas atividades envolvem a realização de relatórios técnicos, consultorias, assessorias, projetos de extensão, produção de material didático instrucional, entre outros, valorizando-se sempre a execução de tais ações com potencial de inovação técnica e social.

O docente ou outro profissional que adere à pós-graduação passa a ter a chamada postura investigativa. Guimarães expressa:

A condição do processo formativo que caracteriza a pós-graduação constata, substancialmente, com o processo educacional informativo que prevalece no ensino superior, predominantemente na maioria das instituições do país. Com efeito, ao entrar num curso de pós-graduação o recém-egresso do curso de graduação inicia um novo ciclo de formação acadêmica, marcada pela aplicação do método científico para obtenção, por meio de pesquisa, de dados que vão compondo a estrutura de um conhecimento, do qual o estudante se apossa de forma totalmente diversa daquela propiciada mesmo pelos melhores cursos universitários. A pós-graduação impõe, portanto, ao estudante, obrigatoriamente, a necessidade de assumir uma atitude investigativa na busca do conhecimento para compor o conhecimento novo. (1996, p. 13)

Hoje, os cursos de pós-graduação se impõem e difundem-se em todo território brasileiro; a busca do aperfeiçoamento de conhe-

cimento faz com que muitos procurem a pós-graduação, mesmo porque as exigências da formação científica ou tecnológica em grau avançado também impulsionam esta procura.

A pós-graduação tornou-se, assim, nas instituições de ensino superior modernas, a cúpula dos estudos, o lócus que permite ao profissional/estudante alcançar elevado padrão de competência, com livre investigação científica. Um programa eficiente de estudos pós-graduados, sem dúvida, confere à instituição de ensino superior o caráter de centro criador de ciência e de cultura.

Pode-se afirmar que a pós-graduação constitui-se numa das realizações mais bem sucedidas no conjunto de ensino existente no país. Os PNPg imprimiram uma direção macro-política para a condução da pós-graduação por meio da realização de diagnósticos do ensino superior, no Brasil, bem como de estabelecimento de metas e ações para ele.

Há a real necessidade de considerar-se diversas ações implementadas com base nas os PNPg, que permitiram o relevante desenvolvimento da pós-graduação e do sistema de Ensino Superior, tais como:

- egração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa;
- aumento da capacitação do corpo docente de ensino superior;
- construção de um sistema de bolsas no país e no exterior;
- implantação de um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação;
- integração do ensino à pesquisa;
- fortalecimento da iniciação científica.

Assim, à guisa de conclusão, basta reafirmar que a pós-graduação brasileira, ao mesmo tempo em que compõe a organização da Educação Nacional, é base para a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

Mesmo diante das dificuldades, a pós-graduação brasileira pode ser considerada uma das melhores em todo o hemisfério Sul; mas, apesar disto, carece de uma efetiva política nacional que supere as disparidades do nível de desenvolvimento científico entre os Estados da Federação; é preciso inserir tal política de formação de recursos humanos pós-graduados em todo o contexto da política educacional brasileira. Esta meta deverá ser, portanto, um item imprescindível na agenda dos governantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A avaliação da pós-graduação em debate. São Paulo, set., 1999.
- AZEVEDO, J.M.L. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997 (Coletânea Polêmica do nosso tempo, v.56).
- BARRETO, M.L. O após da avaliação da pós-graduação em 1998: para onde devemos seguir. *INFOCAPES*. Brasília. v.6, n.4, p.59-60, out/dez, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 977 de 03 de dezembro de 1965 da Câmara do Ensino Superior. Define os cursos de pós-graduação. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1965.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. I, II, III e IV Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília/DF, 1975, 1982, 1986, 2005.
- CUNHA, L.A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 (Educação em Questão).
- GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GAZOLLA, A.L. Evolução das formas de organização de pós-graduação brasileira. *Discussão da Pós-Graduação Brasileira*. Brasília: CAPES, 1996. v.1, p.93-100 (Coletânea)
- GUIMARÃES, J.A. Pós-Graduação e Pesquisa. *Discussão da Pós-Graduação Brasileira*. Brasília: CAPES, 1996. v.1, p.9-17 (Coletânea)
- INFOCAPES*. Boletim Informativo da CAPES. Brasília. v.4, n.9, 1996. 80p. Edição Comemorativa dos 45 anos da CAPES.

OLIVEIRA, F.B. *Pós-Graduação: educação e mercado de trabalho*. Campinas: Papirus, 1995.

ZUCCO, A. Relação entre pós-graduação e graduação: a pós-graduação no contexto histórico-educacional. *Discussão da pós-graduação brasileira*. v.1 Brasília: CAPES, 1996. p.79-90 (Coletânea)

CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DIGNIDADE HUMANA

CONSIDERATIONS ABOUT SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND HUMAN DIGNITY

Cíntia Maria TRAD¹

RESUMO: O presente trabalho busca tecer considerações sobre o desenvolvimento sustentável e sua relação com a efetivação do princípio da dignidade humana, uma vez que, desrespeitado tal princípio, inviabiliza-se a própria existência humana, afronta-se o Direito, impede-se a efetivação da Justiça. O desenvolvimento sustentável depende do meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservado, do consumo conseqüente e sustentável, de normas jurídicas que privilegiem o bem-estar coletivo de um país inserido num mundo globalizado, e do desenvolvimento econômico que caminha *pari passu* com a função social da empresa e da propriedade, por meio da subsistência digna, da melhoria da qualidade de vida da sociedade, do bem-estar social e do real significado do princípio maior da dignidade da pessoa humana.

UNITERMOS: dignidade humana; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento econômico; meio ambiente.

ABSTRACT: This work brings consideration about sustainable development and its relationship with the principle of human's dignity. Once such a principle is disrespected the existence of the human being becomes impossible, confronts the Law and hinders Justice. The sustainable development depends on the ecologically balanced and preserved environment, on the

¹ Mestre em Direito pela Universidade de Marília. Advogada em Marília/SP. Docente de Direito do Consumidor e Direito Civil do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade de Marília – UNIMAR.

consequent and sustainable consumption, on laws that privilege collective well-being of a country inserted into a global world, and on the economic development. They should come along with the social function of a company and property, by means of the worthy subsistence, of improvement of society life quality, the social welfare and the real meaning of the human being dignity principle.

UNITERMS: Human's dignity; sustainable development; economic development; environment.

Introdução

O princípio da dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, conforme se verifica no inc. III do art. 1.º da Constituição Federal brasileira de 1988. Sendo assim, é princípio vetor que permeia todo o texto constitucional, a par da soberania, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e do pluralismo político.

Ao imaginar-se a concretização do desenvolvimento sustentável por meio da efetivação de todas as nuances que aí estão pressupostas, o ideal maior que se busca atingir é a dignidade humana tornada possível para a sociedade como um todo, aí envolvidos o meio ambiente preservado e equilibrado, o consumo consciente e responsável, o desenvolvimento econômico voltado para o social e para a valorização do trabalho humano, e o Direito levado a efeito por meio de normas jurídicas eficazes que possibilitem a aplicação da Justiça distributiva e o bem-estar de toda a coletividade, num contexto de mundo globalizado.

Daí o porque de tais temas apresentarem-se como elos de uma mesma corrente, todos de igual importância e força, encadeados para possibilitar a efetivação do princípio vetor supramencionado, sobre os quais pretende-se fazer breve abordagem.

1 O direito à vida digna e suas implicações constitucionais

Sendo o direito à vida o mais fundamental de todos os direitos, já que constitui pré-requisito à existência e ao exercício de todos os

demais, caberá ao Estado assegurá-lo duplamente: garantindo o direito de todos à preservação da vida em si e, além disso, garantindo a todos o direito a uma vida digna.

Muito se fala atualmente sobre o desenvolvimento sustentável, imprescindível para garantir a realização dos anseios das gerações presentes, sem comprometer a realização dos anseios das gerações futuras.

O texto constitucional brasileiro garante o direito à vida; o direito à atividade econômica baseada na valorização do trabalho humano, na livre iniciativa, visando assegurar a todos a existência digna, nos termos dos ditames da justiça social; o direito à defesa do consumidor e à implementação de uma Política Nacional das Relações de Consumo que busca tornar tais relações saudáveis e baseadas na boa-fé objetiva como imperativo de conduta; o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à qualidade de vida. Todos, igualmente, constitucionalmente garantidos.

Esse conjunto de direitos, a partir do momento em que se concretiza, conduz ao caminho a ser percorrido no encaço do desenvolvimento sustentável, processo de desenvolvimento econômico que busca os ideais de progresso, praticando o consumo sustentável e a preservação do meio ambiente. Surgindo naturalmente com a concretização dos direitos acima, dando-lhes respaldo e justificativa, tem-se a dignidade humana, fundamento da República brasileira. Direitos fortemente ligados entre si, cuja aplicação e viabilidade são indispensáveis para a consecução da efetividade de tal fundamento.

Para Nelson Hungria, “O Direito põe-se como uma forma de se dotar de certeza a vida de cada um e a vida com os outros. É o bem supremo e primário pelo qual todos os direitos se estruturam, se organizam, se põem, se expõem e se impõem” (1958, p. 26). O Direito só se justifica se posto a exercício garantidor da vida, o bem maior do ser humano, pois quanto mais eficaz o direito, melhor a vida, mais garantida a sua dignidade. No Brasil, a Constituição Federal prevê, em suas normas, não só a consagração de todos os direitos supracitados, como os meios para a sua concretização, dotando, desta forma, de certeza, a vida de seus cidadãos.

O que falta, muitas vezes, é o cumprimento de tais normas pelos aplicadores do Direito e pela sociedade, à qual deverá ser dado conhecimento delas, exercendo o Estado sua atividade paidética, informadora, formadora e efetivando-se, assim, o exercício da democracia participativa.

A Constituição Federal brasileira elege, acertadamente, uma visão antropocêntrica, já que o ser humano em sua essência é um fim em si mesmo. Da mesma visão compartilha a legislação ordinária relativa ao meio ambiente: a intenção é preservar o patrimônio natural, tutelando o meio ambiente, com ideais éticos de colaboração e interação harmoniosa com os demais anseios do ser humano. Adota-se, portanto, uma proteção jurídica do meio ambiente, do tipo antropocêntrica modernizada, alterada, diversificada, pretendendo-se a consecução do direito ao meio ambiente equilibrado como bem de interesse da coletividade, essencial à sadia qualidade de vida, com vistas à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana (PEREIRA, apud ROCHA, 2004, p. 277).

Não poderia ser diferente em um país de dimensões continentais, com população de possibilidades, cultura, necessidades, entorno tão diversificados; no qual a maioria dos conflitos relativos a meio ambiente ocorre em razão de necessidades humanas básicas como saúde, educação, moradia, trabalho, alimentação, tornando-se impossível priorizar uma entre tantas necessidades sociais e até mesmo escolher o critério a ser utilizado para eleger tal prioridade, tamanha a contradição existente entre os elementos que originam os problemas. Além de tais necessidades fundamentais, por vezes surgem outras que podem gerar conflitos, tais como o conforto, a propriedade privada, o consumo e o meio ambiente equilibrado (Op. cit, p. 284).

Concomitantemente ao hábito do exercício de padrões de consumo infinitamente altos, que exercem grandes pressões sobre o meio ambiente, depara-se com ampla camada de população, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, que não pode sequer ter suas necessidades básicas satisfeitas, vivendo abaixo da linha de pobreza. Tal situação acarreta igualmente um ônus ao meio ambiente,

na medida em que recursos são aleatoriamente utilizados, sem preocupação com reposição, por absoluta falta de opção, por questão de sobrevivência.

Compromete-se o desenvolvimento sustentável, na medida em que não há a capacitação das pessoas para que possuam o mínimo indispensável para uma vida digna e, conseqüentemente, para o respeito e preservação do meio ambiente. A preocupação com as gerações futuras não existe, pelo simples fato de que o próprio futuro não existe, bem como a dignidade da pessoa humana. Vão-se a esperança e o equilíbrio, subjogados pela ignorância e pelo descaso. Permanece o consumo irresponsável, a destruição das matas, os garimpos cavando valas imensas, desequilibrando a topografia, a pesca predatória, o rastro deixado por toneladas de lixo a céu aberto do qual muitos sobrevivem, as indústrias lançando na atmosfera toda espécie de poluentes, fatores que, entre outros tantos, trazem desalento, desesperança, miséria e depredação do meio ambiente.

Ao que parece, surge um problema eminentemente jurídico, na medida em que se faz necessário equacionar a contradição existente entre as necessidades humanas, as quais são as mais variadas possíveis, todas com seu grau de importância. Antônio Carlos Wolkmer (1994) elenca que algumas necessidades podem ter natureza existencial, como a alimentação, a água, a saúde, o ar, a segurança. Outras, natureza material: habitação, terra, trabalho, salário, entre outras. Há, ainda, as necessidades sócio-políticas, como o exercício da cidadania, a participação. Não se podem olvidar as necessidades culturais, entre elas a educação, a liberdade de manifestação, de crença, de religião. Existem, ainda, as necessidades difusas, entre as quais a preservação ecológica, os direitos inerentes às relações de consumo e finalmente, as necessidades das minorias: os direitos dos homossexuais, do negro, do índio. Todas são relevantes.

Todavia, diante de um caso concreto, em que a solução do conflito envolve duas necessidades, como, por exemplo, meio ambiente e vida humana, critérios técnico-científicos de nada adiantam. Faz-se necessária uma ponderação de princípios. Não sendo tarefa fácil, haverá sempre uma possibilidade de hierarquização de valores, to-

mando-se como princípio vetor o da dignidade humana. A harmonização de todos os direitos deve ser sempre buscada, mas, não sendo isso possível, a prioridade é da vida e da dignidade da pessoa humana.

2. Dos caminhos a serem percorridos para o atingimento do desenvolvimento sustentável

Para Paulo Roberto Pereira de Souza,

[...] temos um enorme desafio pela frente. Um novo paradigma tecnológico e social exigirá de todos nós uma mudança de postura, mudando nossas atitudes assumindo uma posição pró-ativa para a construção de uma sociedade mais justa e de um mundo melhor. (SOUZA, 2006)

O que alguns autores propõem, para que se atinja o desenvolvimento sustentável, entre eles Paulo Affonso Leme Machado, é uma releitura do antropocentrismo, ao qual se agregariam outros valores, sempre, porém, tendo como núcleo o ser humano. Vejamos:

O terceiro caminho coloca o homem como centro das preocupações do desenvolvimento sustentado. Onde há centro, há periferia. O fato de o homem estar no centro das preocupações, [...] não pode significar um homem desligado e sem compromissos com as partes periféricas ou mais distantes de si mesmo. Não é o homem isolado, ou fora do ecossistema, o agressor desse ecossistema. (MACHADO, 1994, p. 18)

O terceiro caminho mencionado pelo autor é a implantação do desenvolvimento sustentável, por meio de uma ótica claramente antropocêntrica, já que seu fim máximo é a garantia de um futuro exequível para o ser humano, não se considerando a natureza de forma isolada, individual.

Diversamente do antropocentrismo clássico, porém, o desenvolvimento sustentável parte da premissa de que a natureza tem limites, é finita, e que o desenvolvimento econômico e o progresso da humanidade não se podem concretizar desordenadamente, por

meio da agressão aos recursos naturais. Ou seja, não se consagra com exclusividade o primado da natureza, nem o primado da ampla liberdade individual, mas a consciência e o comprometimento do homem com relação às gerações futuras, para tanto atendendo as necessidades do presente sem comprometer as necessidades futuras e estabelecendo uma equação: necessidades das pessoas, equacionadas com os limites dos recursos naturais e ambientais disponíveis (PEREIRA, 2004, p. 276).

Por ocasião da ECO-92, a expressão desenvolvimento sustentável foi o centro das discussões. Desde então, em um extremo se situam os ecologistas puros e radicais, que defendem um crescimento zero para pôr fim ao esgotamento dos recursos. No outro lado estão aqueles que acham que o progresso tecnológico permitirá resolver todos os problemas do meio ambiente. Entre aqueles que defendem a interrupção do crescimento na defesa do meio ambiente, certamente estão os países que já atingiram um ótimo nível de desenvolvimento. A crença na necessidade da preservação do meio ambiente é unânime para todos os países do mundo. Porém, aqueles que ainda não atingiram um patamar razoável de avanço e crescimento não querem nem podem adotar medidas que os impeçam de desenvolver suas potencialidades. Para estes, a tarefa consiste em algo muito mais complexo. Na realidade, as discussões no Rio de Janeiro, em 1992, gravitaram em torno do tema, dividindo os países do Norte, os quais tentavam defender o direito a um meio ambiente saudável, e os do Sul, que simplesmente queriam ter o direito de se desenvolver, sequer cogitando em interromper um processo de desenvolvimento econômico que estava apenas começando.

Para a concretização do desenvolvimento sustentável é preciso que haja um profundo conhecimento dos problemas aí envolvidos e, principalmente, uma noção o mais exata possível da natureza, enquanto expressão do planeta, e daquilo que pode prejudicar ou estimular seu correto aproveitamento. As mudanças céleres que atualmente ocorrem em todos os aspectos, inclusive com relação aos fenômenos naturais, exigem uma conscientização por parte de cada um dos habitantes da Terra, no sentido de que, ou se age rapidamen-

te, ou, de repente, pode ser o nada. Os fatores humanos, aí incluídos os hábitos de consumo, o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, dentre outros, influenciam diretamente as mudanças mundiais.

Se os recursos naturais são a base da produção social, independentemente da forma como são captados e trabalhados na sociedade e por ela, virão a atingi-la como um todo. Sendo assim, é do interesse coletivo, nacional e internacionalmente, a proteção de tais recursos e do meio ambiente, que deverá ser buscada por todos de forma solidária e equânime. Para que ocorra o desenvolvimento de forma sustentável, urge uma conjugação entre todos os fatores envolvidos, bem como o seu uso apropriado por parte dos seres humanos, aos quais não resta outra alternativa a não ser agir, literalmente, como donos do planeta e, sendo assim, como seus zeladores.

Não há como dissociar atividade econômica, consumo e proteção ao meio ambiente, devendo se, pois, promover todos os fatores imprescindíveis para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar social, com base em relações sociais mais justas e igualitárias. Esforços conjuntos necessitam ser engendrados para a melhoria da distribuição de renda e a inclusão da imensa camada marginalizada da sociedade, abrindo-se frentes de trabalho que garantam a subsistência e implementando e estendendo a instrução à população, inclusive sobre a questão ambiental, o consumo sustentável e o sentimento social-coletivo.

A finalidade do desenvolvimento sustentável deve ser imanente para a natureza e transcendente para o homem, uma vez que a preservação dos recursos naturais dar-se-á na intenção de melhorar a qualidade de vida no presente, para si e para seus semelhantes, e possibilitar a vida, com qualidade, no futuro, para as gerações que ainda virão.

3. O princípio da dignidade humana como expressão maior do constitucionalismo contemporâneo

A Constituição Federal erigiu o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República, o que coloca o homem

como objetivo primeiro da ordem jurídica. Desta forma, mais do que detentor do direito à vida, é o homem detentor do direito à vida digna, direito este que passa ao largo de grande parte da população brasileira. Integrando o direito à vida digna encontram-se os princípios embaixadores da ordem econômica, da defesa do consumidor e da preservação do meio ambiente, princípios que podem, por vezes, colidir entre si.

Não se desconhece que a consciência social enfrenta e suporta as mais variadas incompatibilidades. Como princípio constitucional consagrado de forma irrestrita, o princípio da dignidade da pessoa humana subjugava incontestavelmente o Estado, seus governantes e todos os demais partícipes da cena estatal, eivando-se de nulidade tudo aquilo que lhe vá de encontro. Assim, não apenas alguns indivíduos, mas a sociedade como um todo deve conscientizar-se de vários fatos insofismáveis, para, ao final, atuar de forma a melhor conduzir e adaptar a convivência social e, dentro dela, seus diversos fenômenos.

Verifica-se viável um meio ambiente preservado pelo consumo sustentável, não dissociado do desenvolvimento econômico-social, necessário aos países emergentes, em busca, sobretudo, do bem-estar da sociedade, da melhoria da qualidade de vida e, principalmente, da efetivação do princípio da dignidade humana, para tanto devendo cada cidadão conscientizar-se de suas potencialidades, do papel que pode (e deve!) exercer na construção de uma vida de qualidade, com base nos princípios que a própria Constituição Federal oferece como ferramentas de combate para que tal luta não seja, necessariamente, inglória, como acreditam muitos e se efetive o desenvolvimento sustentável.

O princípio da dignidade humana arraigou-se no constitucionalismo contemporâneo, ali expressando-se e impondo-se como valor máximo a todos os ramos do Direito. Em virtude de sua validação, surgiu uma nova maneira de interpretação, compreensão e aplicação da relação sócio-política fundada no sistema jurídico, significando princípio e fim do Direito coetaneamente produzido, nacional e internacionalmente.

No Brasil, onde o princípio da dignidade humana convive com tantas e tais formas de subvidas, carregadas como pesado fardo por sub-homens, a inclusão de princípio de tal magnitude no ordenamento jurídico pode não ser suficiente para reverter a realidade tão penosa como se apresenta.

Imprescindível, porém, sua introjeção pela sociedade, para que se possa superar referida realidade, já que, se assim não for, ter-se-á de concluir que o homem, para quem a busca de encontrar-se é uma constante, terá, ao contrário, perdido a si mesmo.

Se o Brasil é um Estado Democrático de Direito, como afirmado constitucionalmente, todo o esforço deve ser envidado para que os princípios ali elencados sejam concretizados, o que trará grandes benefícios para a sociedade brasileira, efetivando, em especial, o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo este o caminho para a concessão a essa mesma sociedade do conhecimento e informação necessários para o exercício do consumo de forma consciente, da preservação do meio ambiente, da promoção do desenvolvimento econômico, com vistas à positivação do desenvolvimento sustentável.

4. A Atuação do indivíduo, da sociedade do estado e do direito para a efetivação do desenvolvimento sustentável com base na dignidade humana

Atualmente não basta ao ser humano ver garantidos seus direitos enquanto indivíduo, mas igualmente seus direitos enquanto ser social, inserido e engajado na sociedade em que vive. É preciso considerar-se a sociedade como um todo, o que apenas será possível com o compromisso de cada indivíduo, de cada família, de cada sociedade com todos os seus setores, de cada Estado, enfim.

Com relação ao Estado, para uma efetiva atuação, investido na posição de Estado Democrático Social de Direito, na concretização do desenvolvimento sustentável, faz-se imperioso privilegiar o princípio da igualdade, no sentido de limitar as liberdades que porventura venham a comprometer o alcance de tal objetivo, seja com

relação às pessoas, físicas ou jurídicas, seja com relação à sociedade como um todo, ou ainda, à limitação do poder do próprio Estado, impedindo o arbítrio.

A atuação do Estado como corporificador dos princípios constitucionais, portanto, é de cabal importância na busca do equilíbrio e da integração dos partícipes das relações sociais, saindo da esfera da defesa de interesses puramente individuais e voltando-se para a concretização do bem-comum, viabilizando, de forma consistente, a justiça distributiva. A partir daí, se poderá falar em consumo sustentável, preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico justo e viabilização do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana.

O Direito, e por meio dele a Justiça, somente passará a incorporar o dia-a-dia de cada indivíduo se a dignidade for considerada em sua plenitude e estendida a toda a raça humana, já que toda vileza ou degradação do ser humano é injusta e, como tal, indigna e desumana. A justiça humana, por meio do sistema jurídico que a concretiza, emana e se fundamenta na dignidade humana, pressuposto da própria idéia de justiça, determinante da condição superior do homem como ser dotado de razão e sentimento, independentemente de merecimento pessoal ou social, já que é intrínseca à vida. (ROCHA, 2004, p. 30-31)

O sistema normativo de Direito não dota de certeza o desenvolvimento sustentável, ou a dignidade humana. O que pode esse sistema é reconhecer a essencialidade de tal desenvolvimento e da concretização de tal princípio. A dignidade humana não é uma construção acabada no Direito, mas sim uma forma (a única!) de corporificar o sentimento de justiça que é imanente ao pensamento humano e à busca de realização de seus ideais e necessidades, encontrando-se, explícita ou implicitamente, em todo sistema constitucional no qual os direitos fundamentais encontram reconhecimento e garantia.

Antes de ser conceito a ser partilhado, como outros tantos do Direito, realiza-se, primeiramente, na maneira como o homem vê a

si mesmo, em como trata de si e no zelo que dispensa aos demais, traduzindo-se num modo de vida e de convivência.

O modo de produção do Direito, tanto pelo Executivo, pelo Legislativo, como especialmente pelo Judiciário, deve inserir-se na realidade que o circunda e, principalmente, passar pela correta interpretação e aplicação das normas constitucionais visando a concretização e efetivação dos valores e princípios ali consagrados, ressaltando-se o papel da hermenêutica jurídica.

Na realidade atual, a via judiciária se apresenta como a única possível para a implementação e efetivação dos direitos que estão inseridos no texto constitucional, por meio do controle de constitucionalidade das leis, apresentando resistência ferrenha às investidas do Executivo e Legislativo que representem retrocesso social ou não reconhecimento dos direitos individuais. O Direito deve efetivamente agir como instrumento operador de mudanças sociais, minimizando o descompasso existente entre sua atuação e os anseios da sociedade, atuando como defensor dos seus membros e exercendo, inclusive, uma função paidética.

A constitucionalização do Direito se impõe como instrumento de pacificação social, por necessidades históricas e sociais, exigindo-a a concepção de Estado Democrático Social de Direito que tão tardiamente chegou ao Brasil, sendo o único instrumento válido para manter a unidade do sistema jurídico como um todo.

Decorre igualmente de necessidades históricas e sociais a inclusão, na Constituição Federal, de Capítulo destinado à Ordem Econômica. A importância da regulamentação da Ordem Econômica e Financeira disposta no Art. 170 da Constituição Federal de 1988 é inegável. Os princípios que fundamentam a Constituição Brasileira constituem o elo de ligação entre as várias matérias regulamentadas pelo texto constitucional, o que faz com que todas tenham de ser interpretadas em conjunto, cabendo a diversificação, bem como a hierarquização dessas normas quando a situação fática assim o impuser, mas apenas com relação às demais normas constitucionais, já que com relação à normatização infraconstitucional, para sua

interpretação e aplicação é imprescindível o crivo da Constituição enquanto Lei maior.

A valorização do trabalho humano e a livre iniciativa são condições para que se assegure a dignidade da pessoa humana. O Estado deve incentivar a livre iniciativa, desde que voltada para o social, para a efetivação da justiça justa. A Constituição Federal prevê um Estado com objetivos claros, descritos no seu Art. 3.º, e é preciso que se envide um grande esforço solidário, de Estado e sociedade, para realizá-los.

É indispensável a presença do Estado garantindo e equilibrando as relações econômicas, fiscalizando o surgimento de novas técnicas e a sua aplicabilidade, contribuindo para a estabilidade e harmonia da sociedade e do mercado por meio de sua atuação normativa, agindo como garantidor do bem-estar social e da efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana, já que o Estado é o que determina sua Constituição, tanto na sua composição como no seu funcionamento e finalidade.

O homem é, ao mesmo tempo, fundamento e objeto em razão dos quais se deve efetivar o Direito. Apenas por ele e para ele tudo se contextualiza, organiza, determina, defende, preserva. Somente ele é detentor da vasta gama de direitos e garantias fundamentais, em torno dos quais todo o nosso ordenamento jurídico gravita, sendo o único destinatário do princípio maior da dignidade humana, e fundamento da República Federativa do Brasil.

A Constituição de 1988 não dissocia Estado de sociedade civil. Compete a esse todo indivisível a cooperação mútua para a proteção do meio ambiente, sem se descuidar das garantias constitucionais na aplicação dos princípios que embasam as atividades econômico-financeiras, sempre com vistas a concretização do desenvolvimento sustentável.

A tarefa que se impõe para atingir tal ideal é coletiva, envolvendo a conscientização da sociedade em todos os seus níveis, políticas de educação e informação adequadas, proporcionadas pelo Estado por meio de seus três Poderes, Executivo, Legislativo e Ju-

diciário, empenho das empresas, terceiro setor, e de cada indivíduo em particular.

A função do Estado, em qualquer sentido que se faça necessária a sua atuação, passará pelo crivo constitucional que possibilitará, ultrapassados os momentos da compreensão e interpretação do que pode e deve ser feito a aplicação dos preceitos constitucionais na efetivação dos valores ali mesmo inseridos.

A finalidade da educação e da transmissão correta de informações impõe-se como dever do Estado para o crescimento do ser humano, para efetivar-lhe a possibilidade de desenvolver suas potencialidades, para resgatar-lhe o exercício da cidadania e da autoestima, e para conferir dignidade a ele, aos seus e a toda a sociedade em que está inserido.

A população deve receber por parte do Estado um gerenciamento público eficaz, transparente e previsível, que integre as preocupações ambientais ao processo de tomada de decisões, bem como a implementação e manutenção de políticas democráticas e integradoras, que promovam a participação de todos os envolvidos na discussão e realização das orientações e de vários objetivos políticos, vivenciando um desenvolvimento econômico sustentado.

Cabe ao Estado, em trabalho de conscientização da sociedade, demonstrar a importância do desenvolvimento sustentável, isto é, garantir a manutenção de suas bases vitais de produção e reprodução, assim como incentivar, em especial por meio da educação adequada, uma relação saudável desta com o meio ambiente, de forma a prevenir eventuais danos, com a propositura de um conjunto de medidas que instituem práticas econômicas, consumeristas, científicas, conservacionistas, sempre por meio da educação e com vistas ao bem-estar de toda a população.

Deve o Direito, em sua função paidética, dedicar-se a formar bons cidadãos, ensinando-lhes em que consiste o justo, o que é devido a cada um, seus direitos e deveres, promovendo condutas de aceitação e cumprimento das normas jurídicas de forma a inseri-los na ordem social que regula, estabelece e protege, a qual deve ser justa, pacífica, estável e segura, complementando com a função edu-

cadora, as suas outras funções de regulamentação, controle e coação direcionados ao bem comum.

O Direito será tão mais justo e humano quanto mais reflita a ética, que se impõe a todos os comportamentos humanos, e quanto mais concretize e amolde à interpretação e aplicabilidade de seus ordenamentos os princípios do constitucionalismo atual, especialmente o da dignidade humana.

Considerações finais

A finalidade do desenvolvimento sustentável deve ser imanente para a natureza e transcendente para o homem, uma vez que a preservação dos recursos naturais dar-se-á na intenção de melhorar a qualidade de vida no presente, para si e para seus semelhantes, e possibilitar a vida, com qualidade, no futuro, para as gerações que ainda virão.

O sistema normativo de Direito não dota de certeza o desenvolvimento sustentável, ou a dignidade humana. O que pode esse sistema é reconhecer a essencialidade de tal desenvolvimento e da concretização de tal princípio. A dignidade humana não é uma construção acabada no Direito, mas sim uma forma de corporificar o sentimento de justiça que é imanente ao pensamento humano e à busca de realização de seus ideais e necessidades, permeando todo o sistema constitucional, no qual os direitos fundamentais encontram reconhecimento e garantia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da república portuguesa anotada*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. 2. ed. São Paulo: RT, 1991.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Forense, 1958, v.5.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Estudos de direito ambiental*. São Paulo: Malheiros, 1994.

PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho. Sobre o direito à vida e ao meio ambiente frente aos princípios da dignidade humana e da razoabilidade. In: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes *O direito à vida digna*. (Coord.) Belo Horizonte: Fórum, 2004.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Vida digna: direito, ética e ciência. In: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. *O direito à vida digna*. (Coord.) Belo Horizonte: Fórum, 2004.

_____. *Princípios constitucionais da administração pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. *Revista de interesse público*, Rio de Janeiro, v. 4.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. São Paulo: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro: Renovar n. 212, abr/jun, 1998.

SOUZA, Paulo Roberto Pereira de. *O direito ambiental e a construção da sociedade sustentável*. Disponível em http://www.abaa.org.br/artigos/artigos_070501_dirsochtml.html. Acesso em: 18 set. 2006.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo, Alfa Ômega, 1994.

A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE E A PARTICIPAÇÃO DO CONTABILISTA.

THE BOOKKEEPING, THE PERTINENT LEGISLATION AND THE ACCOUNTANT'S PARTICIPATION

Ademir de OLIVEIRA¹

RESUMO: Quando fala em registro dos fatos contábeis, a lei refere-se àqueles documentos que fazem parte das atividades operacionais da empresa no seu dia-a-dia, nas operações comerciais de compras, vendas, pagamentos, recebimentos, empréstimos etc. A documentação é composta de notas fiscais de compras e vendas, duplicatas a receber, duplicatas a pagar (fornecedores), recibos de depósitos, folha de pagamento, avisos de débito e crédito (bancários), borderô de descontos de duplicatas etc., ou seja, documentos idôneos que possibilitam o seu registro contábil em livros próprios e por profissional especializado em Contabilidade. Em razão disso, conclui-se que a contabilidade é uma ciência que, por meio de suas técnicas, é o instrumento que fornece todas as informações utilizadas nas tomadas de decisões internas e externas da Entidade.

UNITERMOS: escrituração contábil; contas; métodos ou sistemas; livros obrigatórios; legislação; demonstrações financeiras; contabilista.

ABSTRACT: When we speak about bookkeeping registration, the law refers to those documents which make part of the enterprise day by day operational activities, of purchase, sales, payments, delivering and borrowings commercial operations etc. The documentation is composed by of buying and selling receipts, bills to receive and to pay (suppliers), deposit receipts, payroll, bank notices of debt and credit, documents of bill discounts etc.,

¹ Mestre em Contabilidade Avançada pela Universidade de Marília/Unimar – Marília/Sp.

that is, suited documents that make bookkeeping registration possible in appropriate books and by accounting specialized professionals. Because of this, we conclude that Accounting is a science by which its techniques are the tools that provides all the information used for internal and external decision making in a company.

UNITERMS: Bookkeeping; accounts; methods or systems; obligatory books; legislation; financial demonstration; accountant.

Segundo o Código Civil (Lei nº 10.406 de 10/01/2002), no capítulo IV, da seção III, da Escrituração contábil, artigo 1.179, o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar, anualmente, o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Esclarece, também, que o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

Pelo que se sabe, os interessados estão, portanto, obrigados a adotar um sistema de escrituração contábil que melhor se adegue à empresa, principalmente em razão do seu porte (pequena, média ou grande) e do seu tipo de atividade (indústria, comércio agrícola, pecuária, pública, prestação de serviço etc.). A responsabilidade pela escrituração dos fatos contábeis, bem como pela elaboração das demonstrações contábeis, fica a cargo do Contabilista (Art. 1.182 do Código Civil).

Quando fala em registro dos fatos contábeis, a lei refere-se àqueles documentos que fazem parte das atividades operacionais da empresa no seu dia-a-dia, nas operações comerciais de compras, vendas, pagamentos, recebimentos, empréstimos etc. A documentação é composta de notas fiscais de compras e vendas, duplicatas a receber, duplicatas a pagar (fornecedores), recibos de depósitos, folha de pagamento, avisos de débito e crédito (bancários), borderô de descontos de duplicatas etc., ou seja, documentos idôneos que possibilitam o seu registro contábil. Em razão disso, conclui-se que a contabilidade é uma ciência que, por meio de suas técnicas, é o ins-

trumento que fornece todas as informações utilizadas nas tomadas de decisões internas e externas da Entidade.

Quanto ao método ou sistema de escrituração contábil, ainda que existam diversos, a escolha deve visar às necessidades da empresa. O equipamento a ser utilizado deve ser aquele que atenda os objetivos técnicos a fim de que as informações a serem geradas sejam eficientes para a empresa gerenciar suas atividades e assim ter condições de atender as exigências internas e externas nas atividades econômicas e financeiras. É importante ressaltar que o sistema a ser utilizado seja adequado às atividades e ao porte da empresa, para que não se criem situações adversas que prejudiquem a operacionalidade dos negócios.

O sistema de contabilidade atual mais utilizado pelas empresas é o sistema por processamento de dados, que facilita o registro e a consulta de dados, dá rapidez e transparência às informações econômicas e financeiras, controlando o patrimônio, de maneira eficaz e segura, e, mais, permite integralizar todos os departamentos e setores da empresa, facilitando o dia-a-dia do profissional contábil.

O artigo 1.179 do Código Civil destaca, ainda, a necessidade da apuração do balanço patrimonial e o de resultado econômico. Na prática, trata-se da demonstração do resultado do exercício, pois é a forma de apuração do resultado (lucro ou prejuízo) que não afeta diretamente o caixa, razão de se chamar econômico. Então, o balanço de resultado econômico nada mais é do que a conhecida demonstração do resultado do exercício.

A demonstração do resultado do exercício apresentada de forma vertical, é um somatório das contas de receitas, despesas e custos da empresa em um período, que pode ser de um mês até um ano, e permite verificar se, ao final de um período, a empresa apresentou lucro ou prejuízo.

As receitas e as despesas são diferenciadas em operacionais e não operacionais. As operacionais são aquelas que fazem parte ou estão diretamente relacionadas às atividades da empresa, tais como vendas de mercadorias, de produtos, de serviços, juros ativos, impostos incidentes sobre vendas; custos das mercadorias, produtos

ou serviços; depreciação, amortização, provisões, despesas administrativas, financeiras, com vendas, tributárias etc.

As receitas e as despesas não operacionais são aquelas que não estão atreladas diretamente às atividades da empresa, ou nela incluídas, chamadas de acessórias, tais como lucro ou prejuízo na venda de bem do imobilizado etc.

O artigo 1.180 do Código Civil determina o seguinte: além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas, no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica. Em seu parágrafo único, informa, entretanto, que a adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

Assim sendo, o livro Diário é obrigatório para que a empresa possa registrar os fatos contábeis as demonstrações financeiras, no caso o balanço patrimonial, e a demonstração do resultado do exercício.

Ainda com relação ao livro Diário, convém observar que é obrigatório em âmbito federal, sendo que sua base legal está inserida no artigo 258 do RIR/99. O órgão para seu registro é a Junta Comercial ou o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem como o Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

O artigo 1.181 do Código Civil prescreve o seguinte: salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. O parágrafo único do mesmo artigo informa que a autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios.

Pelo artigo 259 do RIR/99, o Razão tem exigência em âmbito federal, não havendo necessidade de seu registro em órgão oficial. Durante muitos anos não havia a obrigatoriedade da escrituração do Razão, mas tornou-se obrigatório, principalmente por sua importância nos registros contábeis – é um recurso técnico para individualizarem-se as contas pertencentes ao plano de contas, ou seja, contas patrimoniais e de resultado. Atualmente o Razão é elaborado em forma de fichas, facilitando as demonstrações financeiras, principal-

mente o balancete de verificação, balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, no caso em questão.

Na Resolução CFC nº 563/83, de 28 de outubro de 1983 – Técnica NBC –T-2- (Normas Brasileiras de Contabilidade) da Escrituração Contábil, inciso 2.1.5, consta o seguinte: O “Diário” e o “Razão” constituem os registros permanentes da Entidade. Os registros auxiliares, quando adotados, devem obedecer aos preceitos gerais da escrituração contábil, observadas as peculiaridades da sua função. No “Diário” serão lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, incluídas as de natureza aleatória, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.

Em continuidade, o artigo 1.183 do Código Civil dispõe que a escrituração contábil, ou seja, o registro dos fatos na empresa em um determinado período, seja feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens. O parágrafo único diz que é permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio regularmente autenticado.

Constata-se a importância da escrituração contábil, pois ela registra todos os acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia de uma empresa, ou seja, as mutações patrimoniais, a operacionalidade, enfim, o controle do patrimônio. Em razão disso, a transparência e a fidedignidade são necessárias e relevantes para dar credibilidade a tudo aquilo que foi registrado.

Essa mesma Resolução, na NBC – T – 2.1.1, dispõe que a Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, e ainda, pelo inciso 2.1.2, que a escrituração será executada em idioma e moeda corrente nacionais, em forma contábil, em ordem cronológica de dia, mês e ano, com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para margens. Exige também que se baseie em documentos de origem

externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Ainda com relação à Resolução CFC nº 563/83 do Conselho Federal de Contabilidade, inciso 2.1.5, informa-se que é admitida a escrituração do livro Diário por meio de partidas mensais; escrituração resumida ou sintética, com valores totais que não excedam a operações de um mês, desde que haja escrituração analítica lançada em registros auxiliares. Informa, também, que, quando o Diário e o Razão forem feitos por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deverá ser adotado o registro “balancetes diários e balanços” e que, no caso de a Entidade adotar para sua escrituração contábil o processo eletrônico, os formulários contínuos, numerados mecânica ou tipograficamente, serão destacados e encadernados em forma de livro que será registrado no Registro Público competente, de acordo com a legislação vigente.

O artigo 1.184 do Código Civil esclarece que na escrituração no Diário serão lançadas com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, dia-a-dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa. Diz, ainda, que é admitida a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação. No mesmo artigo consta também que serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico (demonstração do resultado do exercício), devendo ambos ser assinados por Técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária. Cumpre esclarecer que o profissional formado em Ciências Contábeis com o devido registro no Conselho é o Contador. O que chama a atenção é que as demonstrações financeiras em epígrafe serão de responsabilidade do Contabilista e do proprietário da empresa.

Em continuidade, o artigo 1.185 do Código Civil diz que o empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de

lançamentos poderá substituir o livro *Diário* pelo livro *Balancetes Diários e Balanços*, observadas as mesmas formalidades extrínsecas (externas) exigidas para aquele. Em seqüência, o artigo 1.186 determina que o livro Balancetes Diários e Balanços será escriturado de modo que registre a posição diária de cada uma das contas ou títulos contábeis, pelo respectivo saldo, em forma de balancetes diários; e o balanço patrimonial e o de resultado econômico, no encerramento do exercício.

Por patrimônio entende-se o conjunto de bens, direitos e obrigações que pertencem a uma entidade, considerada pessoa jurídica, ou uma pessoa física. Já o patrimônio líquido refere-se inicialmente aos investimentos dos proprietários, sócios ou acionistas e, posteriormente, à situação líquida da entidade, ou seja, aquilo que efetivamente sobrou para os proprietários, sócios, acionistas, ou para os investidores. Para encontrar ou apurar o patrimônio líquido da empresa, é necessário primeiramente a elaboração da demonstração do resultado do exercício e, após, realizar o confronto dos bens mais os direitos menos as obrigações.

O balanço patrimonial é um relatório importante, formado pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O ativo é o conjunto dos bens e direitos que pertencem à empresa e que é chamado de aplicações de recursos. São as contas positivas e que podem trazer ganhos para a empresa. Por outro lado, o passivo representa as obrigações, as dívidas que uma empresa contrai e devem ser liquidadas de acordo com seus vencimentos; que pode ser chamado de capital de terceiros. O Patrimônio líquido é aquela parte que é conhecida como não exigível, ou seja, para o qual não há necessidade de desembolso, pelo menos no primeiro momento, a não ser que a empresa venha a extinguir-se. O patrimônio líquido é a diferença entre o ativo e o passivo e o próprio nome já diz: aquilo que sobrou – uma situação líquida, chamado de capital próprio. O Passivo e o patrimônio líquido são origem nos recursos aplicados no Ativo.

A Lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/76 – determina que, ao final de cada período de doze meses, a empresa elaborará, com base na sua escrituração contábil, as demonstrações financeiras.

No caso em questão, trata-se do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. Para fins fiscais do imposto de renda, é sugerido que o encerramento do exercício social seja em 31 de dezembro.

Em se tratando das contas patrimoniais, a legislação brasileira determina a necessidade de três grupos de contas para o Ativo e quatro grupos para o Passivo e Patrimônio Líquido, a saber:

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
PERMANENTE	
Investimentos	
Imobilizado	
Diferido	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO*

* O patrimônio líquido não pertence ao Passivo, apenas está posicionado daquele lado, pois representa a diferença entre p Ativo e o Passivo.

Ativo

No Ativo Circulante são classificados os bens e direitos da empresa, tais como dinheiro em caixa e bancos, duplicatas a receber, estoques de mercadorias, títulos a receber, etc, cuja transformação ou conversão em dinheiro ocorrerá no máximo dentro de um ano da data da elaboração do balanço. Por isso é chamado de curto prazo.

No Ativo Realizável a Longo Prazo, praticamente são as mesmas contas do circulante, mas cuja realização ou conversão em dinheiro ocorrerá em prazo superior a um ano da data do balanço. São contas consideradas como de longo prazo.

Ativo Permanente são bens e direitos que dificilmente se transformarão em dinheiro, pois são chamados de ativo fixo. São bens e direitos que a empresa não negocia com frequência. O Ativo Permanente é dividido em:

- a) Investimentos: São valores ou aplicações que a empresa tem, mas não existe ligação com as atividades dela. São aquisições de ações de outras companhias, obras de arte, prédios de propriedade da empresa que se encontram alugados a terceiros, produzindo renda para a empresa proprietária etc.
- b) Imobilizado: São valores ou aplicações de bens e direitos destinados à manutenção das atividades da empresa. São bens utilizados na sua operacionalidade, tais como prédios, terrenos, veículos, máquinas, equipamentos, instalações, ferramentas etc.
- c) Diferido: São gastos que futuramente se transformarão em despesas; serviços que beneficiam a empresa por longo tempo, tais como despesas pré-operacionais, gastos de reorganização etc. Essas futuras despesas têm um prazo de amortização que, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e o artigo 327 do RIR/99, não poderá ser inferior a cinco anos e superior a dez anos.

Passivo

No Passivo Circulante são classificadas as contas que representam as dívidas da empresa, cujos vencimentos não ultrapassam um ano da data do Balanço, tais como fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações sociais, obrigações tributárias, provisões etc. São contas consideradas como dívidas de curto prazo.

No Passivo Exigível a Longo Prazo, são classificadas praticamente as mesmas contas do Passivo Circulante. A diferença é que, no longo prazo, o vencimento das dívidas ocorre com mais de um ano, após a data da elaboração do balanço. São contas consideradas como dívidas a longo prazo.

As contas de Resultados de Exercícios futuros são aquelas cujas receitas se realizarão futuramente, ou seja, foram recebidas anteci-

padamente. Dessas receitas são deduzidos os custos e as despesas vinculadas a elas. O que se constata é que essas contas têm maior frequência nas demonstrações financeiras de grandes empresas. Um exemplo de receita recebida antecipadamente são os adiantamentos recebidos por conta de entrega futura na confecção de bens ou prestação de serviços.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido demonstra os investimentos ou recursos iniciais aplicados pelos proprietários, sócios ou acionistas e alterações posteriores. A principal alteração positiva do patrimônio líquido são os lucros auferidos pela empresa. Os lucros não distribuídos aos proprietários da empresa permanecem para novos investimentos da entidade. Deve-se esclarecer que a retirada dos lucros cria descapitalização na empresa. As principais contas do PL são: capital social, reservas de capital, reserva legal, reserva de reavaliação, lucros acumulados, prejuízos acumulados etc.

Ainda que seja importante que o contabilista tenha conhecimento de toda a legislação pertinente ao registro contábil dos fatos ocorridos na empresa, é necessária que, na prática, a contabilidade tenha uniformidade, tornando-se, assim, uma rotina comum à escrituração contábil de qualquer Entidade.

REFERÊNCIAS

LEI Nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades por Ações.

LEI Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE – Conselho Federal de Contabilidade.

REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA – 1999.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

INTEGRATED AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BRAZILIAN TOWNS

Adriana Migliorini KIECKHOFER¹

Luiz Gonzaga de Souza FONSECA²

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a amplitude do conceito de desenvolvimento integrado e sustentável e uma discussão da sua implantação em municípios brasileiros, dentro de uma visão de futuro gerada pelo desejo da própria sociedade (setor público, sociedade civil e setor privado), por meio do planejamento e da gestão participativa.

UNITERMOS: desenvolvimento integrado e sustentável; municípios; planejamento e gestão participativa.

ABSTRACT: This article presents considerations about the broad concept regarding integrated and sustainable development promoting a discussion on its implementation into Brazilian towns. Such a forecasting view of the future is generated by the wiliness from its own society (private and public sectors and civil society) by planning and participative management.

UNITERMS: integrated and sustainable development; towns; planning and participative management.

1 Economista e Doutora em Engenharia de Produção (Gestão Ambiental) pela UFSC, Florianópolis, SC-Brasil; Profª. da Universidade de Marília (UNIMAR), Marília, SP-Brasil. E-mail: adrimk@flash.tv.br

2 Doutor em Engenharia Elétrica pela COPPE, Rio de Janeiro, RJ-Brasil. Prof. Titular Aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC-Brasil. E-mail gonzaga@floripa.com.br

Introdução

O termo desenvolvimento sustentável tem sido visto como uma das palavras-chave da última década, existindo para esse conceito numerosas definições, ainda que haja consenso em relação à necessidade de reduzir a poluição ambiental, eliminar os desperdícios e diminuir o índice de pobreza, de forma integrada e planejada.

Pela nova ótica, o conceito desse desenvolvimento, chamado de “desenvolvimento integrado e sustentável” propõe uma maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, com a capacidade de permanecer ao longo do tempo e de criar benefícios duradouros para a sociedade.

Buarque (1999) resume tudo isso quando afirma que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, ao longo do tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações.

Está comprovado que, para iniciar esse processo de desenvolvimento em uma comunidade, é preciso muito mais do que capital, seja este público ou privado. É fundamental trabalhar com os processos de gestão participativa, gerando confiança, solidariedade e cooperação entre todos os envolvidos no processo de mudança, ou seja, comunidades, instituições governamentais e não-governamentais, empresariado, movimentos da sociedade civil organizada e todos os segmentos que constituem a sociedade, além da existência de um planejamento, de uma legislação clara e de um sistema jurídico eficaz.

Desenvolvimento integrado e sustentável em municípios brasileiros

Embora exista na literatura uma quantidade muito grande de conceitos sobre o desenvolvimento integrado e sustentável, os autores são unânimes em afirmar que esse desenvolvimento deve ser dinâmico, uma vez que ocorre em menor ou maior grau de intensidade, variando de um lugar para outro conforme o aspecto enfatizado, e multidimensional, ou seja, deve implicar em mudanças nas condições objetivas e subjetivas da produção e nas relações sociais, culturais e ambientais, como determina a visão sistêmica de qualquer processo e de todo sistema aberto.

A visão sistêmica em um processo de desenvolvimento municipal torna-se importante uma vez que as relações entre os diversos segmentos e elementos existentes na sociedade são interdependentes, ou seja, a análise não pode ser feita apenas para cada parte em separado e sim numa visão conjunta e interrelacionada.

Nessa perspectiva, nos municípios, o critério econômico é fundamental, mas não pode mais orientar sozinho um processo de desenvolvimento, devendo ser considerados os aspectos sociais e ambientais desse universo, sob pena dessa evolução se dar num contexto de imensas injustiças, exclusão social e degradação dos recursos ambientais.

Um sistema aberto interage com o meio exterior (influencia e é influenciado), por meio de trocas de energia e/ou informação, pelas entradas (recursos), realimentação (controle) e saídas (resultados) do sistema, as quais são consideradas canais de comunicação (TEORIA..., 2001). Assim, pode-se afirmar que o município é um sistema aberto, ou não-mecânico, que não está em equilíbrio, ou que é formado por um conjunto de elementos com atributos e funções próprias, conectados estruturalmente e interagindo de forma organizada entre si e com o ambiente externo, sendo que esta última interação ocorre através de suas fronteiras como entradas e saídas de materiais, energia e informação, o que define a identidade e a autonomia do sistema (RIBEIRO, 2002).

Desta forma, os municípios, passam a idéia da importância de serem vistos como um sistema aberto, constante e fortemente influenciados pela entrada e/ou saída de recursos, quer sejam, humanos, culturais, sociais, econômico-financeiros, ambientais, tecnológicos, institucionais, legais, entre outros, os quais devem ser controlados e realimentados com base na realidade de cada município e pela influência dos diversos segmentos ali existentes. Os resultados dessa inter-relação, além de nutrirem o sistema internamente, devem voltar ao ambiente externo para uma nova troca de recursos e para o bom andamento do sistema, não somente em nível local, mas também regional, estadual, nacional e até mesmo internacional, principalmente pela inserção do processo de globalização e pela aceleração das informações, provocada pela era da informatização.

Com base nessas visões e para o propósito desta investigação, adota-se um conceito de desenvolvimento integrado e sustentável, adaptado de vários conceitos publicados pelo Observatório de Sustentabilidade e Qualidade de Vida (2004, texto *on line*).

Por *desenvolvimento integrado e sustentável* entende-se, pois, um processo político-participativo que integra os segmentos demográfico e sociocultural, econômico-financeiro, ambiental e de saneamento, alicerçados pelos segmentos político-institucional, científico-tecnológico e jurídico-legal, tendo em vista o alcance e a manutenção da qualidade de vida³. (nota 1)

Caracteriza-se por:

- a) capacidade permanente de articulações seletivas por meio de adaptações e de adequações em relação aos meios interno e externo que lhe são pertinentes;
- b) capacidade gradativa de sustentabilidade⁴; (nota 2)

3 O conceito de qualidade de vida é complexo e deve abranger toda a expressão do termo humanidade; e que, quando transformado em medida quantitativa, deve englobar, entre outros índices, o nível de emprego, acesso à educação, opções culturais, condições de atendimento médico, previdência social e lazer da população (BORBA, 2002).

4 “É a propriedade de um processo que, além de continuar existindo no tempo, revela-se capaz de: (a) manter padrão positivo de qualidade, (b) apresentar, no menor espaço de tempo possível, autonomia de manutenção (contar com suas próprias forças), (c) pertencer simbio-

- c) capacidade de favorecer o desenvolvimento do contexto em que está inserido, por meio da visão de futuro gerada pela sociedade, em um esforço de participação, integração, realização e solidariedade entre grupos ou pessoas que contribuam na realização do bem comum.

Adotar esse amplo conceito se justifica por comportar de forma conjunta:

- 1) a integração dos diversos segmentos existentes nos municípios;
- 2) o processo de desenvolvimento participativo, que permite unir os movimentos de resistência e de legitimação, em um esforço de construção do município e de melhoria da qualidade de vida; e
- 3) a relação da cadeia de dependências que se cria num processo de desenvolvimento, seja na relação local/global, seja no contexto temporal.

Essa relação se faz indispensável para evitar que se veja o mundo de forma fragmentada, ou sob a argumentação de que os fenômenos só podem ser compreendidos se forem reduzidos aos seus componentes básicos, o que constitui uma visão reducionista. Embora essa visão permita criar modelos, fazer categorizações e lidar mais facilmente com as coisas do cotidiano, cria sérios obstáculos à compreensão das mudanças que estão ocorrendo no mundo, porque não dá conta das inter-relações que as caracterizam.

Esses procedimentos revelam a intenção de significar uma diferença ou uma nova visão da administração local integrada e, portanto, procuram mudar as relações do governo com sua comunidade,

ticamente a uma rede de coadjuvantes também sustentáveis e (d) promover a dissipação de estratégias e resultados, em detrimento de qualquer tipo de concentração e/ou centralidade, tendo em vista a harmonia das relações sociedade-natureza” (OBSERVATÓRIO..., (2004, texto *on line*, p.1).

ou seja, devem significar mudanças substanciais em relação às práticas correntes, mas dando um sentido de direção para a administração municipal, de forma a propiciar um desempenho comparativamente mais eficiente e eficaz nas formas de promoção do desenvolvimento local.

Vaz (2000, p.1) adverte que a construção de um modelo de gestão municipal que privilegie uma relação com a sociedade baseada na circulação de informações, na corresponsabilização e no controle social das ações do governo, requer uma série de mudanças nas práticas de gestão normalmente adotadas pela tradição política brasileira. Segundo o autor, “é necessário criar possibilidades de maior participação popular em todo o processo de gestão, desde a formulação das políticas até sua avaliação”. Ou seja, é preciso “tirar dos governantes e dos técnicos da prefeitura o monopólio de determinar os rumos das políticas públicas no município”. Este é um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade e pelas políticas que promovem o desenvolvimento integrado e sustentável.

A resistência a essas mudanças, junto com a aparente perda de poder pelos governos municipais, tem sido um dos maiores entraves à gestão participativa. Isso pode ser comprovado em Comassetto (2000, p.156), quando ele analisa a percepção dos Prefeitos de Santa Catarina em relação aos conselhos municipais, considerando o conceito de democracia participativa no contexto do desenvolvimento sustentável. O autor constatou a existência de apenas “um certo número de Prefeitos que acreditam na necessidade da participação efetiva da sociedade [...] no processo de formulação, gestão e análise das políticas públicas em âmbito municipal”.

Villasante (1995) também acredita que a participação cidadã é possível, hoje, quando há vontade política para isso. Mas, acrescenta ele, é preciso também que haja realmente interesse da sociedade, porque somente com isso se consegue coisas concretas como fruto dessa participação. Genro (*apud* MUSSOI, 1998), enfatiza a necessidade de criar um novo centro decisório, o qual, juntamente com o poder executivo e o legislativo, democratize efetivamente as ações políticas e integre os cidadãos comuns ao novo espaço público.

Bava (2000) e Vaz (2000) deixam claro que a mobilização de todo o município em torno de seus objetivos é eficaz para promover o desenvolvimento e possibilita alcançar um consenso que atenda aos interesses coletivos e não aos particulares. De acordo com Lucas (1999), um governo que elabora objetivos em conjunto com a sociedade faz uma política de melhor qualidade e, quanto maior a governabilidade decorrente de boa atuação política, mais factível torna-se o desenvolvimento local.

Outros autores argumentam ainda mais nesta linha, quando escrevem que a enorme complexidade física, econômica e social do município, aliada à certeza de que a promoção do desenvolvimento envolve fenômenos político-institucionais, econômico-financeiros, socioculturais, ambientais e tecnológicos, conduz a que nenhum ator sozinho, nem mesmo o governo tenha condições de produzir e conduzir um processo de desenvolvimento com a visão abrangente, a qualificação de análises e conclusões, e o grau de exequibilidade que se procura alcançar. “Somente através da ampla participação dos atores diversos, formadores da sociedade [...], será possível alcançar um momento substantivo, com potencial integrador sobre uma extensão territorial definida” (LOPES, 1998, p. 104).

Para que esses objetivos sejam alcançados, propõe-se a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento, o qual deverá ser adaptado à realidade e ao tamanho de cada município.

Conselho Municipal de Desenvolvimento

O Conselho deverá constituir um sistema ativo de representação da sociedade, englobando, normalmente, dirigentes ou membros de instituições representativas de um extenso número de cidadãos, definidas seja por especialidade, seja por classes sociais, seja por órgãos locais, seja por instituições privadas ou públicas, por organizações não governamentais, por órgãos da administração municipal e pela participação direta do Poder Executivo e Legislativo, com o entendimento de que seus membros não serão os responsáveis dire-

tos por toda a gestão do processo, mas deverão participar ativamente do Conselho.

Essa participação é de suma importância, pelo fato de alguns vereadores e prefeitos entenderem que deve haver limites na atuação dos Conselhos, pois, segundo Comassetto (2000, p. 112), principalmente os prefeitos “temem pela perda do poder ou do comando do processo administrativo municipal”. Esse fato se deve aos Conselhos Paritários de Gestão de Políticas Públicas, formalizados após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Adverte-se, porém, que a proposta em relação à criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento é que ele seja um órgão propositivo e não executivo, como os Conselhos Setoriais.

A questão fundamental, neste caso, é a compreensão por parte dos dirigentes municipais, da importância de abrir as estruturas estatais de planejamento e gestão à sociedade, para que se possam criar processos democráticos de co-gestão. Aceitar, segundo Fleury (2004, p. 112), “que dividir poder não diminui o poder do governante, mas sim o multiplica”. Para a autora, essa é a “base da geração de governabilidade local, requerida na transformação da gestão de estruturas tradicionalmente comprometidas com o clientelismo e a corrupção” (*idem*). Vale a pena destacar que cada uma das atribuições e competências dentro do Conselho deve ser bem definida, para que a atuação desse órgão se dê dentro de uma relação de harmonia e independência entre os Poderes, o setor privado e a sociedade organizada. Serão mais complexas nos grandes e médios municípios e simples nos pequenos.

Sugere-se, inclusive, que os representantes dos Conselhos Setoriais façam parte do Conselho de Desenvolvimento, uma vez que representam os diversos setores do município (saúde, educação, assistência social, direitos da criança e do adolescente, emprego/trabalho, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, transportes, política urbana, promoção do desenvolvimento econômico, orçamento, entre outros) e conhecem a realidade e os problemas locais.

Segundo o IBGE (2003), esses conselhos representam atualmente um grande número de órgãos colegiados instituídos não apenas

em áreas de governo onde são obrigatórios por lei, mas também pela sua ainda lenta, mas gradual, disseminação por outras áreas onde não há obrigatoriedade de instituí-los (direitos dos índios, idosos, negros, mulheres, entorpecentes, deficientes, defesa civil, esportes, lazer, saneamento, entre outros), demonstrando, com isso, certo descrédito nas formas de representação tradicionais e/ou a crença de que essas representações são insuficientes, o que reforça ainda mais a importância da participação da população na gestão de seus problemas.

O conselho deve conter representação por segmentos em lugar de ser simplesmente paritário. Deve reunir representantes da sociedade que agreguem conhecimento e experiência em relação ao segmento que representam e não necessariamente um conjunto de dirigentes dos segmentos. Pode-se atribuir a eles a missão de garantir a análise integrada, numa perspectiva sistêmica e da garantia de obtenção de propostas de desenvolvimento bem elaboradas e fundamentadas. Se as propostas geradas por este conselho forem apreciadas e aceitas por um fórum aberto da sociedade, tem-se, certamente, a melhor proposta de desenvolvimento integrado, sustentável e participativa capaz de orientar o funcionamento e a evolução na direção da visão de futuro do município.

O importante é que o Conselho Municipal de Desenvolvimento possua uma representação interdisciplinar e não se torne um elemento de ação político-partidária, e que, além de propiciar a participação da sociedade – permitindo um grau maior de acerto, baseado em consensos –, possa também propiciar a continuidade das ações e das políticas, para além da duração dos mandatos eletivos. Com o Conselho, o direcionamento da evolução continuará o mesmo, a não ser pelos ajustes naturais e necessários em função do momento e das exigências existentes no ambiente.

Em função da necessidade de se organizar, de forma eficiente, os sinergismos gerados pelo comprometimento de todos – governo, sociedade civil e setor privado, em conjugação com a mobilização de recursos técnicos e gerenciais adequados –, é preciso estabelecer uma estrutura organizacional para o Conselho, para a qual se propõe uma composição com elementos fixos e variáveis.

A composição fixa é representada por conselheiros, escolhidos pela sociedade num universo de lideranças interdisciplinares ativas da sociedade em que todos os membros têm o mesmo grau de responsabilidade e de envolvimento na promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável, conduzindo as funções atribuídas ao Conselho na estrutura proposta. Entende-se que a composição fixa não deve ser definida por hierarquias – o que caracterizaria uma ação de controle sobre o órgão – mas, sim, por uma rotatividade entre os conselheiros que conduzirão os trabalhos ao longo do processo, atingindo-se, com isso, o objetivo principal da gestão participativa, que é a participação máxima dos atores-chave.

Os conselheiros devem representar o governo local (Poder Executivo e Legislativo), o setor privado e os vários segmentos e setores da sociedade. Seu número deve ser proporcional ao tamanho de cada município e ao interesse da sociedade de engajar-se nesse projeto. No Conselho, as pessoas têm poderes deliberativos e consultivos – e sua função principal é a obtenção de consensos, capazes de validar o processo de desenvolvimento. É por meio desses conselheiros que se procura disseminar o conhecimento interdisciplinar e estabelecer um contexto de cooperação e entendimento, gerando-se expectativas corretas e capacidade de ação e realização em todo um universo de atores sociais.

A correta definição desses conselheiros é um dos pontos mais importantes para o sucesso do processo de desenvolvimento; daí a importância de esta escolha não se tornar uma ação político-partidária, mas sim uma definição aberta e democrática. É a difusão uniforme de conhecimentos e decisões que estabelecerá o arcabouço de entendimentos, conduzindo esforços individuais para um movimento conjunto de construção do desenvolvimento do município.

A composição variável do Conselho deve contemplar ampla participação cidadã, devendo incluir instituições de representação da sociedade, sejam elas entidades e associações empresariais, comunitárias ou religiosas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações não governamentais, as instituições de ensino superior, os órgãos de mídia ou personalidades atuantes no município. É imprescindível que tais representantes acreditem e concordem com o

processo de desenvolvimento em discussão e que apoiem sua elaboração e implantação, ainda que não atuem constantemente.

A função principal da referida composição é ampliar o universo de participações alternativas no processo, buscando o consenso e o comprometimento do maior número possível de atores sociais, dando ampla visibilidade e intercomunicação com a sociedade. Podem, inclusive, constituir comissões especializadas ou multidisciplinares, que se reunirão por tempo limitado, durante as várias fases do processo, podendo ser recrutadas pelo Conselho sempre que for necessário. Nessas comissões se realizam os mais importantes debates e discussões sobre o processo de desenvolvimento, como também despontam os interesses, os corporativismos e os preconceitos, que têm de ser suplantados para a obtenção de consensos. Por isso, torna-se necessário que a composição desses grupos seja feita de forma cuidadosa e equilibrada, sendo a quantidade de membros em função dos resultados que se busca alcançar, em contraposição às características intrínsecas das forças em ação no município. Grupos mais focados podem ter um número menor de membros, enquanto grupos genéricos beneficiam-se de um número maior (LOPES, 1998).

Assim, competem à composição variável do Conselho trazer informações, demandas, problemas, sugestões, entre outras contribuições que auxiliem na elaboração do processo de planejamento e fortaleçam a fase de execução e acompanhamento. Devem, porém, aceitar a metodologia de elaboração e a forma de execução propostas pelos conselheiros e principalmente difundir a visão e o andamento do processo em suas organizações e em suas áreas de influência.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento deve ser instalado no início dos trabalhos de planejamento e reunir-se com a maior frequência possível até o final da definição desse processo, podendo, a partir de então, adequar essa frequência às fases decorrentes no processo de desenvolvimento. O planejamento é importante, porque tende a potencializar as oportunidades e reduzir as ameaças, buscando, com isso, desenvolver os pontos fortes e minimizar os pontos fracos do município, dentro de uma visão de futuro gerada pelo desejo da sociedade, em um esforço coletivo de ação e realização,

na forma de fóruns abertos, por exemplo, o que conduz à prática da gestão participativa. Contudo, essa prática deve advir do empenho do setor público e do entendimento e da cooperação por parte da sociedade civil e do setor privado.

Essa fase de elaboração do planejamento é o ponto de contato mais próximo do processo de desenvolvimento com a sociedade. É o momento de articulação da participação cidadã para a construção no município desejado; é quando resultará o maior número de propostas, para cada uma das suas fases, mesmo sabendo que somente algumas se classificarão como definitivas, por meio de uma metodologia que deve ser conhecida e previamente aceita. Deve-se alcançar, com isso, uma projeção externa e uma coesão interna que permitam gerar uma pressão social, capaz de assegurar o engajamento dos atores sociais na execução e no acompanhamento do processo.

O cuidado com as reuniões do Conselho é outro dos pontos importantes para o sucesso do processo e para não desvirtuar o objetivo proposto; por isso, deverão ser realizadas em locais importantes ou significativos do município, “em um ambiente cuidado e formal, apesar de dever se constituir em uma festa da cidadania”, como descreve Lopes (1998, p.121).

Assim, a gestão municipal participativa é um espaço privilegiado para o aprendizado de direitos e deveres dos cidadãos, pois permite reflexão, orientação e direcionamento dos caminhos para o desenvolvimento do município. Nessa gestão, o Conselho é um órgão propositor ou indutor de planos e de defesa dos interesses da sociedade, sendo responsável também pelas interlocuções do governo, ou seja, é um co-adjuvante e homologador das decisões entre os diversos atores sociais. Neste caso, o que dele emana, com auxílio de instrumentos administrativos, legais ou de outra ordem, poderá ser executado. Seu objetivo maior é construir democraticamente uma visão de futuro para o município e que, em conjunto com os técnicos especializados, possa torná-la realidade a partir da consecução de metas e objetivos, que visem o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Porém, para que esse processo aconteça não bastam apenas boas intenções. Sabe-se que a transição das práticas autoritárias para as participativas é uma transformação muito difícil, que requer a mudança de todas as pessoas ao mesmo tempo. Mas, como escrevem McLagan e Nel (2000, p.254),

[...] o fato é que nenhum grupo conseguirá mudar se todos não mudarem juntos. A participação é dialética, o que significa que ela exige reciprocidade. Os dois lados devem administrar o poder e a responsabilidade funcional. Dessa maneira, cada indivíduo envolvido no processo tem que lidar com mais coisas além de sua própria mudança. Cada um deve também aceitar que os outros não são perfeitos e que eles podem retroceder à medida que atravessam os altos e baixos do processo de mudança.

Desta forma, a sociedade não pode esperar que os governantes tornem-se líderes participativos perfeitos, assim como os governantes também não esperam que a sociedade demonstre, de imediato, iniciativa e disposição para novas tentativas. Afinal, o legado da falta de confiança, que os anos de autoritarismo, privilégios e exclusão deixaram, afeta o comportamento e a aceitação de riscos dos dois lados. O sucesso dessas mudanças depende do esforço mútuo dessas partes, do seu compromisso com a participação e a confiança no longo prazo. Dependem, assim, do entendimento, da assimilação e da maturidade da sociedade para aceitar a importância desse processo. Mas fica claro que os governos locais têm a responsabilidade maior de iniciar as mudanças necessárias para essa transição, com o objetivo de alavancar o processo desejado.

Considerações finais

Para atingir o desenvolvimento integrado e sustentável, baseado nas condições anteriormente citadas, é preciso disposição para modificar velhos conceitos e relações verticais, propor diferentes alternativas para o crescimento, valorizar iniciativas, celebrar parcerias, associar-se, integrar-se, democratizar o conhecimento e a

informação. É necessário também garantir os elementos básicos de sobrevivência de uma comunidade, quais sejam, educação, saúde, habitação e nutrição.

O desenvolvimento é, hoje, visto como um processo sistêmico, envolvendo a reorganização e a reorientação completa dos sistemas econômico, social, ambiental, institucional e até mesmo cultural. Além de melhorias de produção e renda, o desenvolvimento deve provocar mudanças nas estruturas sociais, ambientais e institucionais, bem como nas atividades populares e, algumas vezes, inclusive nas crenças, valores e costumes, com o objetivo de buscar qualidade de vida. “Uma sociedade só é sustentável se valoriza o que possui, gerindo de forma consciente e participativa todos os seus capitais: social, humano, financeiro e natural” (IDESE, 2003, p.1).

Desse modo, é preciso atentar para um novo paradigma do desenvolvimento, que leve em conta a complexa teia de relações estabelecidas entre os homens e entre esses e a natureza, em diferentes escalas espaciais, permitindo a sustentabilidade do ambiente econômico, social e ambiental. Ou seja, não se pode conceber essa sustentabilidade apenas como um processo de desenvolvimento que seja o resultado das interações sociais com o meio natural. É fundamental reconhecer, na sua concepção, as bases da interação dos indivíduos entre si, num processo em que várias dimensões socioculturais permeiem a totalidade das relações e interações com a natureza. Sob este ângulo mais complexo de interações, entende-se o contexto como unidade e concebe-se não só a sustentabilidade da natureza como também a sustentabilidade das comunidades que interagem com ela. Daí a importância do desenvolvimento global ser concebido com base no desenvolvimento local, não se devendo perder de vista que, na busca do chamado “equilíbrio dinâmico do ambiente”, hoje o homem é o componente mais ameaçado (RECENTES..., 2001).

Com base nisso, espera-se que a concepção integrada da gestão pública enfrente os desafios de promover o desenvolvimento local integrado e sustentável, mediante ações combinadas em diversos segmentos e setores, e por meio de decisões tomadas com a participação ativa de todos os interessados, com o objetivo maior de

estimular o debate no interior das comunidades. Acredita-se que somente o debate franco, aberto e democrático permitirá construir os caminhos de um novo modelo de desenvolvimento para os pequenos municípios brasileiros.

Portanto, a adoção de políticas e estratégias coerentes para o desenvolvimento integrado e sustentável do município deverá estar na ordem de preocupação dos governos locais, sobretudo aquelas relacionadas aos segmentos econômico, social e ambiental, procurando adequar o município às mudanças socioculturais do momento histórico vivido pela humanidade, de forma a controlar esse processo ao longo de sua trajetória, administrando-o de acordo com os interesses comuns de governo e sociedade civil organizada.

O desenvolvimento local pressupõe, então, atores locais unidos por uma vontade solidária, que tomam a cargo o desenvolvimento de seu município ou região, em função das necessidades e dos recursos locais. Nesse desenvolvimento, também se atribui importância às experiências de organizações e ações populares, que permitem definir conceitos, inclusive do próprio desenvolvimento, e à sua história e cultura, pois se incentiva o desenvolvimento por meio de dinâmicas sociais endógenas, em que os próprios habitantes de uma comunidade conseguem potencializar uma série de recursos, forças e capacidades próprias.

Todas essas questões tentam construir um futuro viável e feliz para a sociedade e exigem novas formas de pensar o município, o que, em conjunto com o fenômeno da globalização, apresenta novos desafios, seja de oportunidades de crescimento e de formação de riquezas, de novas formas de integração e comunicação, de novas identidades culturais, sociais ou ambientais, seja de degradação social ou ambiental, de dualidade e exclusões, de informalidade e de violência. Tudo isso deve conduzir a uma tomada de consciência por parte dos municípios, para se observarem como seres vivos e tratem de coordenar esforços para alcançar objetivos comuns a todos os seus habitantes e agentes econômicos, sociais e ambientais, com o fim de garantir-lhes qualidade de vida.

A aliança na formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento é o capital social que pode produzir mudanças na cultura po-

lítica e na qualidade de vida dos pequenos municípios, fortalecendo também a gestão ambiental, ingredientes essenciais ao desenvolvimento integrado e sustentável.

As ações do conselho geram propostas de desenvolvimento que devem ser compartilhadas com a sociedade em geral para entendimento e aprovação com conseqüente sensibilização e comprometimento de todos na execução de ações para a construção, integrada e participativa, do futuro do município, numa perspectiva de deveres e direitos do Cidadão e do Estado.

REFERÊNCIAS

BAVA, Silvio Caccia. *Dilemas da gestão municipal democrática*. São Paulo: Instituto Pólis, 2000. 13p. (Artigo). Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/dilemas.html>. Acesso em: 27 jan. 2004.

BORBA, Robinson. *A cidade cognitiva*. Curitiba: Universidade Tuiuti, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

COMASSETTO, Vilmar. *A percepção dos Prefeitos de Santa Catarina em relação aos conselhos municipais sob o contexto do desenvolvimento sustentável*. 2000. 174p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FLEURY, Sonia. Políticas sociais e democratização do poder. In: VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. de A. (Org.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos Municípios brasileiros: gestão pública 2001*. (Pesquisa de Informações Básicas Municipais). Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IDESE – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. *Desenvolvimento sustentável*. Goiás: IDESE, 2003. 3p. (Conceitos). Disponível em: <http://www.idese.org.br/Document.2003-08-17.2105/view>. Acesso em: 10 out. 2003.

LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional: planejamento estratégico de cidades*. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo. Planejamento estratégico com participação. In: *O Município do século XXI: cenários e tendências*. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM. Fundação Prefeito Faria Lima. 1999.

McLAGAN, Patrícia; NEL, Christo. *A nova era da participação: o desafio de emocionar e envolver pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MUSSOI, E. M. *Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil*. 1998. Tese (Doutorado em Difusão de Tecnologia) – Universidade de Córdoba, Espanha, 1998. Mimeo.

OBSERVATÓRIO de sustentabilidade e qualidade de vida. *Conceitos relacionados*. [200-]. (Canal da Informação – Portal da produtividade e inovação tecnológica). 2p. Disponível em: <http://www.sustentabilidade.org.br/conceitos.php>. Acesso: 19 abr. 2004.

RECENTES mudanças de paradigma de sustentabilidade e desenvolvimento no mundo atual. *Programa desenvolvimento local*. Mato Grosso do Sul: Universidade Católica Dom Bosco, 2001. (Justificativa). 2p. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.local.ucdb.br/programa/justificativa.htm>. Acesso em: 3 mar. 2004.

RIBEIRO, Adagenor Lobato. *Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia*. 2002. 331p. Tese (Doutorado em Ciências - Desenvolvimento Sócio-Ambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

TEORIA de sistemas. *Video-grafias*. Lisboa (Portugal): Universidade Aberta – Universidade Pública de Ensino a Distância, 2001. 2p. Disponível em: <http://www.univ-ab.pt/~bidarra/hyperscapes/video-grafias-7.htm>. Acesso em: 21 out. 2003.

VAZ, José Carlos. *Como incorporar a transparência em um modelo de gestão municipal*. São Paulo: Instituto Pólis, 2000. 5p. (Artigo) Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/transpavaz.html>. Acesso em: 27 jan. 2004.

VILLASANTE, T. R. *Las democracias participativas: de la participación ciudadana a las alternativas de la sociedad*. Madrid: Ediciones HOAC, 1995.

FAMÍLIAS E SUA RELAÇÃO COM ABRIGOS: UMA RESPOSTA À CONJUNTURA BRASILEIRA?

FAMILIES AND THEIR RELATIONSHIP WITH SHELTERS: AN ANSWER FOR THE BRAZILIAN CONJUNCTURE?

Ivana Célia Franco PAIÃO¹

RESUMO: O texto apresentado tem como objetivo primordial, propor alguns apontamentos sobre as conseqüências acarretadas às famílias brasileiras pelas alterações no mercado de trabalho, mais precisamente em uma sociedade capitalista movida pela política neoliberal. As conseqüências deste processo junto às famílias abrangem desde a alteração na constituição familiar, com a ampliação (agregados) ou passando a monoparentais, chegando a destacar a problemática da inserção de crianças e adolescentes em abrigos. Traz, ainda, alguns comentários sobre a condição dos abrigos, priorizando a necessidade de se preservar a retorno junto aos familiares, que é medida excepcional, portanto, sobressaindo o direito à convivência familiar e comunitária, que deve ser priorizada conforme bem expressa a lei.

UNITERMOS: sociedade neoliberal; famílias; abrigo; crianças e adolescentes.

ABSTRACT: The presented text has as primordial objective to propose some notes on the consequences left to the Brazilian families due to the alterations in the job market, more precisely in a capitalist society moved by neo liberal politics. The consequences of this process in the families, includes from the alteration in the family constitution, with the enlargement

¹ A autora é assistente social, especialista em serviço social e política social pela Universidade de Brasília; especialista em administração dos serviços de saúde (saúde pública e administração hospitalar) pela Universidade de Ribeirão Preto; especialista em Educação Infantil pela Universidade Castelo Branco (RJ); é funcionária pública há doze anos e atualmente é assistente social no Fórum de Palmital.

(attachés) or passing by mono parents ones to highlighting the problem of inserting children and adolescents in shelters. It also has some comments about the condition of the shelters, prioritizing the need to preserve their return to the families that it is an exceptional thing to do. Therefore, it should outstand the right to family and community coexistence, which should be prioritized according to the law.

UNITERMS: neoliberal society; families; shelter; children and adolescents

Abordar a questão familiar no contexto brasileiro não é tarefa fácil. Existem alguns pontos que merecem apreciação, especialmente num país como o Brasil onde grande parte da população pode ser considerada abandonada pelo Estado.

As transformações no mundo do trabalho, comercialização, produtividade, ditados pelo avanço tecnológico e pela automação, dão novo ritmo ao quadro social do país.

As conseqüências do desemprego estrutural são estremecedoras. A redução do número de trabalhadores não implica na redução propriamente dita da produção, da comercialização, o que ocorre hoje é exatamente o contrário. Isto implica na alteração das relações trabalhistas, que passam a funcionar em condições de sub-contratação ou contratação pelo serviço prestado. Esboça-se a flexibilização no contrato de trabalho e isso tende a demonstrar, num campo mais amplo, a perda do poder político-sindical do trabalhador.

As transformações afetam não só as relações de trabalho, mas tendem a envolver diretamente o cotidiano dos trabalhadores, como os direitos à educação, ao lazer, à vida em família, permanecendo com firmeza o modelo societário capitalista.

O capital rege as relações sociais e estimula a concentração de riquezas e a desigualdade social, a redução dos postos de trabalho e o acirramento do desemprego estrutural. As funções do Estado reduzem-se a promover a ordem, a paz social, a justiça, os cuidados com a segurança e a desestatização e vinculam-se aos cuidados com os miseráveis.

A política social no Brasil não tem obtido grande êxito em alterar o quadro da pobreza e exclusão de parcela significativa da população; ao contrário, observa-se a cada década a ampliação das taxas de desigualdade social, ao mesmo tempo em que a concentração de renda atinge índices altíssimos.

Carvalho, na obra *Família Brasileira*, comenta:

[...] a crise econômica da última década obrigou as famílias a repensarem e reformularem suas estratégias de vida, sobretudo no que concerne à obtenção dos rendimentos, tendo em vista fugir o máximo possível do impacto da recessão, do desemprego e da perda do seu poder aquisitivo [...] A família tem sido ilustre desconhecida nas diretrizes e programas propostos pela política social brasileira [...] as atenções hoje prestadas às famílias são extremamente conservadoras, inerciais e só justificáveis no contexto da cultura tutelar dominante. (1998, p.101)

As revisões das implicações da política social devem ser analisadas para serem retomadas como eixo e prioridade num contexto em que as famílias se encontram na condição de pobreza, como bem ilustra Maria do Carmo Brant de Carvalho em *A priorização da Família na Agenda da Política Social*, ao reafirmar que a posição das políticas sociais em relação às famílias deixa por merecer maiores esforços para o bem-estar populacional.

A função social e assistencial das políticas sociais tem sido significativamente alterada, resultando no detrimento da qualidade, quantidade e variedade, agora focalizantes em grupos extremamente miseráveis.

Na ação política, que antes era pautada sob o marco do Estado de Bem-Estar, agora, diante do neoliberalismo, a política social perde peso em relação ao mercado que surge pela globalização política e econômica e o mercado ganha o espaço da democracia.

Assim, tem-se a retração do Estado em suas responsabilidades e as ações no campo social passam a ser manifestadas ocasionado o deterioramento da prestação dos serviços sociais públicos. Com isto, acontece a transferência, para a sociedade civil, de parcela das ini-

ciativas para o atendimento das seqüelas da questão social, acarretando significativas alterações no mercado profissional de trabalho.

Na função econômica, as políticas sociais não abrangem a totalidade da população, tornando fundamental que o próprio trabalhador tenha o encargo de se reproduzir como força de trabalho. Portanto, abordar a família como unidade de atenção das políticas é um desafio na busca de opções coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos, uma vez que as famílias estão à mercê das conseqüências das políticas de cunho neoliberal.

A família brasileira, no contexto das políticas sociais, tem recebido ações assistencialistas e tutelares, de cunho seletivo. A política social é considerada assistencialista e tutelar quando se direciona aos segmentos empobrecidos, porque reflete a cultura enraizada no Estado e na sociedade, que legitima o autoritarismo e a tutela dos dominantes e a subalternidade cada vez maior dos dominados.

Nesse contexto de pobreza generalizada, vai sendo gestada uma sociedade de consumo de massa pobre e desigual, cujo impacto recai sobre as famílias e sobre as crianças e jovens, fazendo, por exemplo, com que a mulher e os adolescentes, senão mesmo as crianças, como se constata em cidades maiores, ingressem no mercado de trabalho informal cada vez mais cedo, com a ocupação de comercializar em faróis ou em outros pontos estratégicos, na venda de produtos variados, ou ainda, usando artifícios para conseguir algum valor para auxiliar a família. Para tanto, as crianças abandonam precocemente a escola, com o intuito de auxiliar no reforço doméstico. Buscam, assim, aumentar as chances para sobrevivência, mesmo que por meio de baixos rendimentos.

Como cita Carvalho:

[...] as famílias são freqüentemente formadas por unidades familiares múltiplas ou ampliadas por agregados. Nessas circunstâncias, o tempo acaba designando agrupamentos sociais diferentes entre si. A família nuclear é praticamente subsumida pela família ampliada, formada por contemporâneos. (1998, p. 14)

Normalmente acabam escolhendo para viver em grupos, procurando manter as afinidades com a linha de parentesco ou por serem conterrâneos.

A ausência de privacidade, a promiscuidade da co-habitação são, de alguma forma, compensadas pela cumprimento da solidariedade. No entanto, essa coletivização forçada, somada à fadiga e ao desgaste pelo trabalho, acumula-se na monotonia do próprio viver, na rotina de um cotidiano sem novidades. Esse modo de viver de família urbana empobrecida é extremamente estressante [...] No lar, as mesmas atividades manuais se repetem (cozinha, limpeza, conserto de maquinários e equipamentos da casa). Não há, no geral, férias ou cortes de cenários na rotina destas famílias. (CARVALHO, 1998, p.100)

Portanto, torna-se visível que as mudanças que ocorrem na sociedade refletem na família e sobre ela. Novos arranjos são constituídos, ficando, em muitos casos, a mulher como chefe de família, caracterizando as famílias monoparentais, implicando, muitas vezes, em resultados nada desejáveis, pois a responsabilidade da educação recai somente sobre o pai ou a mãe. Como relatado em *Cadernos de Ação: serviços de proteção familiar*:

A gente trabalha tanto no pesado, ganha tão pouco, chega em casa tão tarde, tão cansada, e tão nervosa de não poder pagar as coisas para comprar o que precisa – que não tem ânimo para dar atenção e amor aos filhos. Agente fica bruta. E o pior é que o mesmo acontece com eles, que só sabem o que é trabalhar. A gente só se encontra na hora de dormir e ninguém tem vontade de conversar. Lá isto é família? J.M.S., doméstica, 33 anos. (1992, p.10)

De fato, que família é esta? Quais as relações que estão sendo construídas? Qual o valor oferecido ao relacionamento familiar? Prioriza-se a permanência da criança e do adolescente com a família ou eles ficam em situações de risco, favorecendo o acolhimento em abrigos?

Irene Rizzini, no texto sobre a reflexão a respeito do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no

Brasil, enfoca algumas das principais causas que levam ao afastamento entre os membros da família, podendo destacar as situações como violação de direitos mencionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre elas pode-se destacar a violência intra-familiar, como o abuso físico, a negligência, o abuso sexual, a exploração do trabalho infantil, a falta de suporte às famílias no cuidado com os filhos, a dificuldade de gerar renda e a dificuldade na inserção no mercado de trabalho, insuficiência de creches e escolas públicas de qualidade, em horário integral.

Maria Josefina Becker completa que os motivos que levam à situação de risco, ou ao abrigo de uma criança, podem ser a rejeição ou a negligência por parte dos pais, como também as alternativas, às vezes desesperadas, de sobrevivência. Por isto, a questão da pobreza deve ser analisada do ponto de vista estrutural, relacionada ao modelo de desenvolvimento que privilegia a concentração de riquezas. Ela é determinada, em grande parte, por políticas de ajuste internacionalmente impostas, e que acarretam significativos cortes na área social. Becker aponta, ainda, com o objetivo de garantir os direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, algumas medidas que podem contribuir para manter os vínculos com sua família, sendo relacionadas às ações governamentais.

No panorama atual, as circunstâncias indicam que o problema que envolve as famílias engloba a desigualdade sócio-econômica, a falta de acesso às políticas públicas, agravada por outras problemáticas que vão comprometendo a garantia de direitos básicos dos cidadãos, entre eles, o direito de a família manter-se conjunta, em condições adequadas para que os filhos permaneçam na companhia dos pais, uma vez que estes se encontram limitados para desempenhar a assistência conveniente.

Os motivos mais citados de acolhimento das crianças e adolescentes nos abrigos é a pobreza (24,2%), seguido do abandono familiar (18,9%). Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos 589 abrigos que fazem parte da Rede de Serviços de Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social, mais de um terço dessas instituições está no Estado

de São Paulo que, portanto, apresenta maior número de abrigados e diversidade nas formas de atendimento. Embora não se tenham dados precisos, há indicações de que a maior quantidade de abrigados é da raça negra, tem mais de sete anos, tem família e mais da metade tem irmãos na companhia. Nestes termos, proteger as famílias fragilizadas implica também na proteção aos filhos; significa sair em busca da garantia dos direitos dos cidadãos, priorizar a importância dos laços familiares por meio de ações mais eficazes, voltadas para o atendimento das necessidades globais.

A garantia de convivência familiar e comunitária precisa ter o peso que merece, pois uma criança institucionalizada carrega o estigma por toda a sua vida, uma vez que nessas condições são privadas de seu espaço subjetivo, dos vínculos afetivos, da participação dos acontecimentos com a família e, quando não, abandonados nas instituições. Como bem ressalva Irene Rizzini, em seu texto *A criança institucionalizada: uma experiência pessoal*, as consequências da institucionalização de crianças trazem graves efeitos sobre seu processo de socialização e desenvolvimento da personalidade. Comenta ainda, que o indivíduo cresce não desenvolvendo a capacidade de fazer escolhas, além do mais, ressentido do preconceito sobre sua pessoa.

Portanto, aqui cabe uma distinção. Geralmente, quando fazemos referência a um abrigo, ele é confundido com internato; há, porém, uma diferença grande entre os dois. Enquanto a internação se constitui numa medida sócio-educativa que priva da liberdade, dirigida aos adolescentes que praticaram atos infracionais, o abrigo é uma medida para atender crianças e jovens em estado de abandono social, não implicando necessariamente na privação da liberdade. Os abrigos acolhem crianças/adolescentes órfãos, abandonados, crianças vítimas de maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, falta de condições básicas dos pais para suprir a subsistência; também estarão no abrigo crianças e adolescentes com convivência de rua, para os quais, em determinado momento, o retorno à família biológica se mostra difícil e inviável.

Em outras palavras, o abrigo é uma medida de proteção provisória prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podendo ser aplicada somente após esgotam-se todas as alternativas de manter a convivência com a família de origem. Ele garante o acolhimento de crianças e adolescentes que estejam em situação de vulnerabilidade, ou seja, negligência, maus tratos, violência física e abuso sexual, de maneira que eles permaneçam, temporariamente, separados de suas famílias. Abrigo também não é albergue, tem definição legal, em que o dirigente é equiparado ao guardião, sendo, então, uma guarda institucionalizada, conforme o *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Antes mesmo de a criança ou o adolescente serem abrigados, geralmente há intervenção junto à família, por meio de conselheiros tutelares ou de outros órgãos da comunidade que já usaram diversos mecanismos para tentar resultados positivos no ambiente familiar, obedecendo ao preceito de esgotar as possibilidades de permanência com a família de origem. Quando são acolhidos, a criança e o adolescente têm um processo aberto na Vara da Infância e Juventude, cabendo a avaliação do caso constantemente, com a finalidade de analisar as possibilidades de retorno familiar.

A lei prioriza que, diante da necessidade do acolhimento, as crianças ou os adolescentes sejam inseridos em unidades próximas de sua família, para, assim, facilitar o acesso e preservar os vínculos afetivos.

Ao abrigo cabe zelar pelo desenvolvimento global das crianças, garantindo acesso à educação e à saúde, bem como acompanhar o crescimento das crianças em sua singularidade, usando, para isto, os recursos comunitários e, ainda, estimular a convivência com a família.

Jane Evangelista, do *Jornal da Faculdade da Bahia* (FACOM), ressalta:

As crianças precisam interagir com o lugar onde vivem, ir na padaria, no mercado. Precisam também ser tratadas com individualidade, o que é difícil quando se trabalha com muitas crianças, como ocorre nos abrigos [...] A reintegração das crianças abrigadas às suas respectivas famí-

lias deve se dar de forma paulatina, para que os menores se re-adaptem ao novo ambiente. É necessário, para isso, que os pais visitem os filhos nos abrigos e os levem para passar os fins de semana em sua futura casa. (2007)

O acolhimento, portanto, não é uma medida fácil para as crianças e os adolescentes nem mesmo para a família que busca meios para estruturar-se. Exige período de adaptação, pois, até então, os jovens estavam inseridos num contexto diferente e, agora, em um abrigo, precisam apreender normas, limites, sentindo-se muitas vezes sozinhos; carecem de atendimento à saúde e precisam entender-se com os demais que estão em situação similar.

Por outro lado, os abrigos se encontram despreparados para o acolhimento da demanda, com funcionários que necessitam ser capacitados para melhor atendimento às crianças e adolescentes. Ainda é comum encontrar abrigos desprovidos de recursos materiais e, com maior evidência, com a falta de recursos financeiros, estrapalando os limites de atendimento. Também é comum encontrar responsáveis pelo abrigo que desenvolveram o sentimento de posse pelas crianças ou acabaram vendo nelas apenas as cifras que recebem com a manutenção de convênios variados. Por isto, é preciso focar o atendimento à criança, encaminhá-la à escola, promover sua saúde, educação, enfim, prepará-la para o retorno familiar ou a colocação em família substituta, sem nunca esquecer a ou permitir o desenvolvimento de sentimentos que possam privá-la de um futuro melhor.

É preciso entender que o acolhimento de crianças e adolescentes liga-se diretamente à superação dos motivos que o gerou e com a concreta possibilidade de oferecer o acesso das famílias às políticas públicas, pois estas as auxiliam na função de proteção da instituição familiar.

Assim, é preciso ir mais além, porque o retorno à família implica na mobilização de esforços para a reestruturação familiar, na intencionalidade e na aplicação de metas articuladas com os recursos comunitários, em um trabalho de parceria para a defesa dos direitos

não somente da criança e do adolescente, mas, principalmente, da família brasileira.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família brasileira na agenda da política social. In: *Família Brasileira, a base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

EVANGELISTA, Jane. *Os filhos que não tivemos*. Disponível em: <http://www.jornal.da.facom.com.br>. Acesso em: 14 fev.2007.

FERREIRA, Márcia Regina Porto; CARVALHO, Sônia Regina. *1º Guia de adoção de crianças e adolescentes do Brasil: novos caminhos e dificuldades e possíveis soluções* – Editora Winners e Fundação Orsa, s.d.

IAMMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade-trabalho e formação profissional*, 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IEE – Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP e CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. *Cadernos de Ação* nº 03. Trabalho com Abrigos. São Paulo: Forja Gráfica e Editora Ltda, 1993.

_____. *Cadernos de Ação nº 01* – Trabalho com Famílias. São Paulo: Forja Gráfica e Editora Ltda, 1993.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 53, São Paulo: Cortez, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora: 1996.

A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

THE NEED OF THE SCIENTIFIC FORMATION FOR THE EDUCATIONAL RECONSTRUCTION IN BRAZIL

Maria Helena Barriviera e SILVA¹

RESUMO: Com resultados insatisfatórios em vários programas de avaliação atuais, a educação nacional atravessa um momento pouco confortável. Estudantes brasileiros obtiveram notas consideradas baixas em avaliações como a do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e a do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dado esse panorama desfavorável, este artigo visa identificar alguns dos vários projetos educacionais que vêm sendo desenvolvidos atualmente, direcionados à disseminação da educação científica, e que objetivam impulsionar o desenvolvimento de um processo de melhoria da comunicação oral e escrita, o desenvolvimento de uma educação mais comprometida com a cidadania, bem como o estímulo a uma postura mais crítica e criativa por parte dos alunos.

UNITERMOS: analfabetismo científico; educação científica; projetos educacionais.

ABSTRACT: With unsatisfactory results in several current evaluation programs, the national education goes through an uncomfortable moment. Brazilian students have obtained marks considered low in evaluations such as the International Program of Evaluation of Students (PISA) and the National Exam of the High School Teaching (ENEM). Because of that unfavorable outline, this article tries to identify some of the several educational projects that have been developed nowadays, addressed to the spread of the

¹ Mestre em Ciência da Computação, área de Inteligência Artificial, pela Universidade de São Paulo – USP/São Carlos.

scientific education, and that aim at impelling the development of education more committed with the citizenship, as well as the incentive to a more critical and creative students' behavior.

UNITERMS: scientific illiteracy; scientific education; educational projects.

1. Introdução

Atualmente, acontecimentos não muito agradáveis relacionados à educação brasileira vêm ocorrendo. Essa afirmativa pode ser facilmente ilustrada por meio da observação dos diversos resultados negativos obtidos por nossos estudantes no decorrer dos últimos anos. No ano de 2000, alunos de diversos países, na faixa dos 15 anos, participaram do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)², cujo foco, naquela ocasião, foi a leitura. Os resultados foram catastróficos para os brasileiros: último lugar em leitura, em matemática e em ciências. Estes resultados reforçaram a realidade de que os brasileiros apresentam dificuldades em recuperar informações específicas e em demonstrar compreensão geral de textos, em interpretá-los e refletir sobre seus conteúdos e suas características (CASIMIRO, 2001; INEP, s.d.). De acordo com o INEP (s.d.), os resultados dos alunos brasileiros no PISA, em 2003, mostraram poucas diferenças em relação aos que foram obtidos em 2000. Em Leitura e Ciências, houve ligeira melhora de desempenho. Em Matemática, domínio principal avaliado em 2003, houve também um pequeno avanço. No entanto, mesmo com baixo aproveitamento, o Brasil apresentou o maior índice de crescimento de resultados, entre os 41 países, em duas áreas do conteúdo matemático avaliado. No Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)³ de 2001, a média da prova objetiva ficou em 40,56, enquanto que na prova de redação a

2 O PISA é um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (INEP, s.d.).

3 ENEM criado pelo MEC em 1998, tem a finalidade de avaliar os alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio.

média foi de 52,58 (VENTURA, 2001). No ENEM de 2004 a média de desempenho na prova objetiva foi de 45,58 e de 48,95 na de redação (MEC, 2004), o que indica resultados não tanto satisfatórios. Outros exemplos ainda mais gritantes podem ser aqui mencionados, como o caso ocorrido em 2001, ocasião em que o Fantástico, programa jornalístico da Rede Globo de Televisão, levou o padeiro Severino da Silva, de 29 anos, a se inscrever no vestibular do curso de Direito da maior universidade particular do Rio de Janeiro, a Estácio de Sá, que tinha, na época, 34 mil alunos. O problema é que Severino estava, na ocasião, aprendendo a ler e mal sabia assinar o nome, o que não foi suficiente para impedir que ele se situasse como o nono colocado entre os aprovados (VENTURA, 2001). Diante dessa realidade assustadora, surgem muitas indagações e, dentre elas, talvez a mais desafiadora seja: como reverter essa situação?

2. A educação científica como forma de inclusão na sociedade do conhecimento

Dado o panorama educacional atual, talvez não seja exagero afirmar que grande parte da população esteja mergulhada num quadro de “analfabetismo científico”. Bertoletti afirma que:

A escola atual necessita educar pela ciência. Isso significa construir a competência formal e política, base da cidadania consciente e participativa. Nesse sentido a ciência necessita ser levada a crianças, jovens e adultos como um processo de aprender a aprender, aprender a solucionar problemas, aprender a questionar a realidade e envolver-se na sua reconstrução. Não é tanto o conhecimento acabado que importa adquirir; é muito mais importante adquirir habilidades de construir o conhecimento, a capacidade de reconstruir permanentemente o já construído. Isto é uma forma de assumir-se como sujeito de suas próprias ações, característica de cidadãos autônomos e participativos. (BERTOLETTI, 2003)

Seguramente, a resposta para o questionamento anterior encontra respaldo na afirmativa acima e em um ensino

voltado para a educação científica e para a cidadania, ou seja, um estímulo à inclusão social na “sociedade do conhecimento”, por meio da promoção de oportunidades de maior aproximação entre as culturas científica e escolar. Assim, as iniciativas nesse sentido buscam contribuir para o desenvolvimento de uma educação mais comprometida com a cidadania, na medida em que se estimula a postura crítica diante das realidades locais, ao mesmo tempo em que se valoriza a criatividade na busca de soluções para os problemas. A comunicação/ relação entre diferentes parceiros – cientistas, professores, alunos e suas famílias/comunidades – é parte da estratégia na qual o ensino das ciências, no nível fundamental, também colabora para o desenvolvimento de um processo de melhoria da comunicação oral e escrita. (FIOCRUZ, s.d.)

A educação científica deve começar o quanto antes. Inculir a “ciência da curiosidade” de forma prematura na vida das pessoas poderá ser o caminho para despertar o interesse futuro por este campo do conhecimento. Sendo assim, uma nação precisa de uma rede de ensino que permita a estruturação das bases da pesquisa científica, criando, conseqüentemente, uma cultura de ciência nos alicerces da sociedade. E mais, que também promova o quanto antes ampla divulgação das conquistas científico-tecnológicas mais inovadoras para o cidadão comum, para que este possa entender as implicações que tais conquistas poderão causar em sua vida cotidiana (OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, vários projetos direcionados à disseminação da educação científica vêm sendo realizados. Um deles é o “ABC na Educação Científica — Mão na Massa”. (SANTOS, s.d.) define este projeto da seguinte forma:

O Projeto ABC NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA - MÃO NA MASSA, é voltado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, e apresenta uma proposta metodológica sócio-construtivista, que por meio do ensino das ciências

naturais, fundamentada na ação, na problematização, na investigação, na experimentação, na construção coletiva e não na memorização de enunciados cristalizados, busca articular todas as áreas do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar.

O referido projeto visa aliar o ensino de ciências ao processo de alfabetização de alunos de 1ª a 4ª série das escolas da rede oficial de ensino. O objetivo central do projeto é fazer com que, a partir da experiência com a ciência, a criança potencialize a linguagem oral e escrita e também antecipe a aprendizagem da metodologia científica. O seu intuito é fazer com que as crianças planejem as experiências científicas a serem realizadas, as registrem por escrito e discutam com o grupo os procedimentos e os resultados alcançados (FONTES, s.d.). Ainda de acordo com Fontes (FONTES, s.d.), o projeto que serviu de inspiração para este foi um projeto semelhante desenvolvido nas escolas francesas, que culminou em uma sensível melhora no rendimento dos alunos nos exames nacionais daquele país.

De acordo com alguns autores (FIOCRUZ, s.d.; FONTES, s.d.; SANTOS, s.d.), os pressupostos que norteiam esse projeto são, entre outros, o aprendizado pela ação, por meio do envolvimento em atividades, o aprendizado por meio do erro e de forma progressiva, a interação com colegas e com pessoas mais especializadas, o aprendizado por meio da exposição do ponto de vista e por meio do confronto do ponto de vista particular com o ponto de vista dos demais, e o aprendizado por meio da análise de resultados de experimentos.

A UNESCO (2005) também desenvolve projetos no Brasil visando a popularização da educação científica. O “Projeto Ciência na Escola: um Direito de Todos” objetiva promover ampla modernização do ensino e da prática de educação científica nas escolas fundamentais, facilitando uma maior integração do processo de ensino/aprendizagem com o dia-a-dia dos alunos e suas famílias. Busca-se, assim, facilitar o processo de disseminação da ciência, possibilitando maior acesso da população às aplicações práticas do saber científico e aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico. Esse projeto consiste basicamente na formação de uma rede de agentes

de formação, que será capacitada na utilização de metodologia e de materiais de apoio didático-pedagógico para formação continuada de professores de ciências, de 5^a a 8^a séries, do ensino fundamental.

A UNESCO (2005) possui ainda outras iniciativas que visam a disseminação da cultura científica, tais como a promoção de eventos como o “Concurso Cientistas de Amanhã”, em que os participantes apresentam trabalhos individuais ou em equipes, abordando qualquer assunto englobado pelas ciências exatas, naturais, humanas ou sociais, além de outros projetos desenvolvidos em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que centralizam suas atividades na capacitação e formação de recursos humanos.

Outras iniciativas também vêm sendo tomadas no sentido de popularizar o conhecimento científico, tais como a criação de museus interativos, capazes de introduzir as crianças, desde muito pequenas, à ciência, criando, ao mesmo tempo, condições também de atualizar os adultos no mundo científico e tecnológico (BERTOLETTI, 2003).

Todas essas iniciativas são muito bem vistas e aceitas, uma vez que vêm ao encontro do maior desafio da questão, que é criar um sistema educacional que explore a curiosidade do indivíduo e mantenha a sua motivação para apreender através da vida. As escolas precisam se constituir em ambientes estimulantes, em que o aprendizado signifique a capacidade de transformação. A educação deve habilitar o indivíduo a trabalhar em equipe, a apreender por si mesmo, a ser capaz de resolver problemas, confiar em suas potencialidades, ter integridade pessoal, iniciativa e capacidade de inovar. Ela deve estimular a criatividade e dar a todos a perspectiva de sucesso (ZANCAN, 2000).

3. Considerações finais

Por meio desses exemplos de projetos que ilustram de maneira expressiva os esforços das organizações, do governo e da sociedade, no sentido de disseminar a prática do ensino científico, notamos que

os esforços devem ser pulverizados em todos os níveis do ensino, desde a educação infantil até na formação e atualização do profissional que será um agente de disseminação do saber científico. Sobre tudo, é importante frisar que esses esforços não devem concentrar-se somente entre os muros dos sistemas educativos, mas requerem a participação cada vez maior de novos integrantes e também a formação de alianças com responsabilidades e compromissos compartilhados pelos vários setores da sociedade, para que eles possam, utilizando-se da sua ótica particular, dar sua contribuição ao processo. Essa prática contribuirá para a integração das políticas educativas e das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERTOLETTI, J. J. [2003]. Museu de Ciências e Tecnologia da PUC-RS. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura16.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2006.

CASIMIRO, V. [2001]. Brasil leva bomba no Pisa. Notícia comentada do Portal Educacional. Disponível em: http://www.educacional.com.br/notiacomentada/011207_not01.asp. Acesso em: 05 jan. 2006.

FIOCRUZ. [s.d.]. ABC na educação científica – Mão na Massa. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=923&sid=162>. Acesso em: 06 jan. 2006.

FONTES, B. [s.d.]. Projeto une ciências e alfabetização nas escolas de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/rede791.htm>. Acesso em: 08 jan. 2006.

INEP. [s.d.]. Programa Internacional de Avaliação de Alunos: Pisa. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>. Acesso em: 05 jan. 2006.

MEC. [2004]. Participantes do Enem apresentam desempenho regular. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=7591> Acesso em: 06 jan. 2006.

OLIVEIRA, M. [2003]. Educação Científica – No Interesse do Cidadão Comum. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc300920037.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

SANTOS, M. L. [s.d.]. Mão na Massa - ABC na Educação Científica. Disponível em: <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/educacao/projetos/mao_na_massa/0001>. Acesso em: 08 jan. 2006.

UNESCO. [2005]. Ciência na Escola: Um Direito de Todos. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/educacao/institucional/projetos/enciencias/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 06 jan. 2006.

VENTURA, Z. [2001]. Analfabeto na Universidade. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp1912200198.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

ZANCAN, G. T. [2000]. Educação Científica – Uma Prioridade Nacional. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000300002>. Acesso em: 08 jan. 2006.

HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE: UM NOVO ESPAÇO PARA O ASSISTENTE SOCIAL

HUMANIZATION IN PUBLIC HEALTH: A NEW SPACE FOR THE SOCIAL WORKER

Maria Ester Braga FARIA¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir a importância da humanização hospitalar e demonstrar o surgimento de um novo espaço para a prática profissional do Assistente Social. O trabalho relata como o setor da saúde vem valorizando e efetivando a intervenção social do Assistente Social, numa efetiva busca de comprovar que humanizar é garantir ao cidadão sua dignidade e respeito enquanto pessoa humana.

UNITERMOS: saúde; humanização; prática profissional; dignidade.

ABSTRACT

This article has as objective to reflect about the importance of hospital humanization and also to demonstrate the appearance of a new space for the Social worker's professional practice. This paper reports on how public health has been valuing and making the Social worker's intervention effective. It is a way to prove that to humanize is to guarantee dignity and respect to citizens.

UNITERMS: health; humanization; professional practice; dignity.

¹ Profa. Doutora em Serviço Social (UNESP-Franca) e professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Curso de Serviço Social da UNIMAR -SP

Introdução

O surgimento da prática de um trabalho humanizado na saúde é decorrente de uma preocupação das exigências da cidadania, pois humanizar é garantir ao cidadão sua dignidade ética, bem como respeito à vida humana.

Um hospital pode dispor de uma estrutura moderna, com equipamentos de última geração, mas, se não estiver voltado para os valores éticos e princípios humanos, não proporcionará um atendimento adequado e satisfatório às necessidades das pessoas, seres de relações sociais e não só de contatos.

Com o propósito de construir um artigo com pensamento lógico sobre a humanização na saúde e demonstrar o surgimento de um novo espaço para a prática profissional do Assistente Social, decidi organizar este texto destacando alguns pontos fundamentais como: O Serviço Social no Setor da Saúde; A Prática do Assistente Social na Saúde; O Surgimento e a Evolução do Processo de Humanização Hospitalar; A Política de Atendimento do Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar e a Humanização e o Serviço Social.

1- O Serviço Social no Setor da Saúde

Antigamente o assistente social tinha sua prática no setor da saúde subordinada ao profissional médico e sua intervenção era calçada no modelo “clínico” da medicina. Porém, essa prática passou por um processo de renovação, começando a intervir na dinâmica institucional, procurando desvendar as “tramas privadas” do espaço institucional, sendo que, ao mesmo tempo, foi assumindo um caráter de mediador dos conflitos entre os interesses dos usuários e dos objetivos institucionais.

Neste período de mudança da prática, o assistente social passa a ser reconhecido como profissional da saúde, enquanto o cliente é reconhecido como usuário de serviços.

Na década de 1990, o Serviço Social conquistou alguns espaços no setor da saúde, o que significou a inserção de “profissões não médicas” nas discussões técnicas relacionadas ao setor, resultando no reconhecimento do assistente social enquanto profissional de saúde e não mais profissional pára-médico.

A seguir, será apresentada a evolução da prática do assistente social na contemporaneidade, de forma a compreender o Serviço Social e suas significações sócio-histórica e ideo-políticas circunscritas no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes sociais e mediatizadas pelo Estado, principalmente quando se trata de políticas públicas de saúde.

Inicialmente será pontuado a questão do Sistema Único de Saúde (SUS), órgão que foi consolidado na promulgação da Constituição Federal de 1988, passando a ser compreendido como uma questão coletiva, de natureza social e política.

Nesse período ocorreram várias transformações na concepção e nas formas de operacionalizar o trabalho no setor de saúde, propiciando novos espaços para o assistente social. Desta forma, serão destacadas algumas mudanças necessárias para o conhecimento desta nova proposta.

As principais mudanças foram:

- alteração do conceito de saúde
- a instituição de saúde como direito de cidadania e dever do Estado
- a estratégia do SUS
- a construção de um novo modelo de atenção à saúde
- a descentralização das ações para estadual e municipal
- a democratização do poder local

Dentro deste contexto, vê-se que uma das diretrizes mais importantes do SUS é a “participação social”, delimitando o controle social na sua gestão. Esse processo tem sido operacionalizado nos municípios por meio dos Conselhos Municipais de Saúde, em que

a representação entre os prestadores de serviço e a sociedade civil é paritária.

Assim, a construção da cidadania se dá por meio da participação e da apropriação de espaços, podendo-se correr o risco de a população ter uma participação de fato, mas não efetiva, ou seja, sem um comprometimento maior com o processo de estruturação do sistema de saúde.

A profissão do assistente social vem destacando-se no seu cotidiano com as políticas de saúde pública, estando em contato direto com a população usuária destes serviços.

Martinelli (1994, p.72) já falava que o “Serviço Social é uma prática social e como social pressupõe sujeito coletivo que, por sua vez, só se constrói no exercício político. Sem o exercício político não se constrói o coletivo”.

Essa afirmação da autora leva-nos a refletir que a prática social é um espaço de todos e que o exercício político é uma prática necessária para poder reivindicar os direitos das pessoas enquanto cidadãos. Outro aspecto importante é que a libertação das pessoas só acontece no coletivo; daí a importância da participação social efetiva complementada pelo poder de decisão.

Sendo assim, a prática do Serviço Social na saúde pode ocorrer nas dimensões educativa, política e assistencial, conforme descrição abaixo:

- a) Dimensão educativa: desenvolve relações interpessoais e sociais como forma de expressão e expansão humana. Intervém, ainda, como agente socializador de conhecimentos e precursor de práticas educativas.
- b) Dimensão política: implementa, aciona e/ou cria recursos sociais e fluxos de relações, procurando viabilizar e garantir os direitos sociais, acionando e criando formas de informação e de participação.
- c) Dimensão assistencial: aciona, articula e otimiza o uso dos recursos comunitários e institucionais disponíveis, visando o enfrentamento das questões sociais. Visa, tam-

bém, atender as políticas emergenciais, tais como: a busca de recursos para transporte, alimentação, medicação e outras despesas necessárias.

O importante da prática do assistente social é destacar e conscientizar os usuários que estas políticas são colocadas como “direito” e não como “favor” para a população, conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social, artigo 1º, nº 8.742/93.

2- A prática do Assistente Social na Saúde

O assistente social, na área da saúde, exerce atividades técnico-profissionais no desenvolvimento de programas de saúde, tendo como princípio ético o respeito pela dignidade da pessoa humana, seus valores e limitações.

As principais atividades do assistente social em hospitais são classificadas nas categorias: técnica, administrativa e operacional.

a) Categoria Técnica:

- participação em equipe multiprofissional;
- pesquisa em prontuário para levantamento de dados;
- encaminhamentos para outras instituições;
- discussão de casos com outro profissional;
- trabalho com equipe multidisciplinar e palestras;
- captação e agilização de recursos sociais;
- investigação e pesquisa;
- campanhas sócio-educativas;
- coordenação de equipe;
- supervisão de estagiários;
- reuniões, estudo sócio-econômico e parecer social.

b) Atividades Administrativas:

- contato administrativo interno;
- atividades de planejamento;
- avaliação de programas;

- implantação de programas;
- transferência de pacientes e atividades educativas.

c) Atividades Operacionais:

- entrevistas diversas;
- plantão e triagem de usuários;
- abordagem individual e coletiva;
- diagnóstico social;
- apoio emocional e alívio de tensões;
- fornecimento de auxílios diversos;
- trabalho com grupos;
- encaminhamentos para outras instituições;
- discussões de caso com outros profissionais;
- providências para alta hospitalar: avisar as famílias, solicitar ambulância, fornecer passagem e outras providências que forem necessárias;
- visitação domiciliar, hospitalar ou a recursos da comunidade.

Apesar de a atividade do assistente social, ser ampla deve-se destacar que ele também encontra várias barreiras para poder colocar em prática seu trabalho, sendo que as dificuldades podem ser:

- falta de recursos humanos, financeiros e materiais;
- ausência de recursos comunitários;
- demanda excessiva frente a oferta;
- resistência médica;
- trabalhar em equipe;
- número reduzido de profissionais do Serviço Social;
- falta de autonomia para decisões;
- objetivos diferentes das instituições em relação ao Serviço Social;
- interferência política.

3- O surgimento e a evolução do processo de humanização hospitalar

Em 1999 um grupo de profissionais do Instituto A CASA, que trabalha com profissionais da área da saúde mental, foi chamado pelo Ministério da Saúde para elaborar um projeto de humanização de âmbito nacional.

Essa necessidade foi comprovada pela pesquisa qualitativa realizada junto aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a qual demonstrou ser necessário oferecer melhor qualidade nas relações humanas no atendimento à saúde: relações que se estabelecem entre profissionais de saúde e usuários, relações das diferentes categorias de profissionais de saúde e relações entre os hospitais e a comunidade.

Inicialmente, esse grupo programou um projeto piloto com 10 hospitais, distribuídos em várias regiões do Brasil, que apresentavam diferentes realidades sócio-culturais. Esse projeto teve a intenção de desenvolver e testar uma metodologia que pudesse ser ampliada para um número maior de instituições.

Em 2000, o Instituto A CASA foi conveniado para dar sustentação técnica a este programa de humanização. Desta forma, no final do ano de 2002, havia 530 hospitais distribuídos pelo Brasil, com o propósito de implantar uma nova cultura, ou seja, a multiplicação das propostas da humanização hospitalar.

Para que esse programa fosse possível, o Instituto A CASA reuniu e capacitou uma equipe de multiplicadores virtuais, que foram encarregados de programar e implementar uma rede eletrônica, para pesquisar novas possibilidades de acompanhamento à distância dos grupos de trabalho de humanização presentes em cada unidade hospitalar.

Prosseguindo com a proposta de humanização hospitalar, o Ministério da Saúde identificou um número significativo de queixas dos usuários referente aos maus tratos nos hospitais; decidiu-se, então, pela elaboração e constituição de um Comitê Nacional de Humanização e Assistência Hospitalar, encarregado de propor

um padrão de atendimento aos usuários nos Hospitais Públicos, que funcionou de maio de 2001 até março de 2002.

A proposta de inovação foi estendida a todas as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e a 94 Hospitais da Rede Pública de Saúde do Brasil, com a finalidade de transformá-los em organizações mais modernas e dinâmicas, além de solidárias, cuja perspectiva era atender as expectativas de seus gestores e da comunidade.

Em dezembro de 2002 o referido programa já havia abrangido mais de 450 novos hospitais, vinculados ao Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar PNHAH, ficando a coordenação a cargo do Comitê Técnico de Humanização, designado pelo Ministério da Saúde.

Até o 1º semestre de 2003, o PNHAH buscou implantar no SUS o atendimento humanizado, com base em uma pesquisa de Satisfação de Usuário e dos Profissionais de Saúde, abrangendo 96 (noventa e seis) hospitais da rede SUS, em várias regiões do país.

Os profissionais pesquisados indicaram os seguintes pontos que deveriam receber mudanças:

- melhoria das instalações hospitalares;
- necessidade de ampla reformulação na filosofia e no estilo de gestão das instituições de saúde;
- maior capacitação dos profissionais;

Em contrapartida, os usuários focaram outros aspectos que exigiriam mudanças, tais como:

- melhoria do acesso e presteza no atendimento;
- melhoria no relacionamento entre profissionais e usuários.

Por meio desta pesquisa, foi possível constatar que, na atual realidade do sistema público de saúde, a qualidade do relacionamento humano ainda depende mais do envolvimento pessoal dos profissionais do que da existência de uma política administrativa nos hospitais que estimule um atendimento humanizado.

Assim, é preciso fazer o aprimoramento de gestão hospitalar, tornando-a mais capacitada para sustentar, integrar e fortalecer potenciais existentes nos hospitais, tais como: a motivação pessoal dos profissionais para realizar um trabalho bem feito, ter espírito de trabalho em equipe e responsabilidade social no exercício do serviço público.

4- Política de atendimento do Programa Nacional de Humanização de Assistência Hospitalar – PNHAH

Para falar da política de atendimento do PNHAH é preciso destacar os seus três aspectos principais, os quais são:

- 1- a promoção de uma cultura de atendimento humanizado na área de saúde;
- 2- uma melhoria efetiva e permanente de qualidade dos serviços de saúde;
- 3- requerer uma abordagem capaz de integrar os avanços técnico-científicos da medicina.

Torna-se importante esclarecer que a adoção dessa nova técnica pode trazer o início de uma ética universalista de atendimento humanizado, fundado no respeito à singularidade das necessidades dos usuários e profissionais.

Nessa perspectiva integradora, o conceito de humanização adquire um caráter que se vincula a um conjunto de condições e relações que se estabelecem no processo de trabalho e atendimento hospitalar.

Sabe-se que a humanização dos hospitais é uma ação que abrange as exigências da cidadania, porque decorre dos direitos da clientela, ultrapassando os itens tradicionais de qualidade e organização. Desta forma, esse trabalho objetiva ações e gestos humanizados, humanizadores e de qualidade de vida, em respeito aos próprios direitos humanos e em resposta às novas exigências sociais.

Os hospitais deverão adaptar-se às necessidades e vontades dos usuários, porém, respeitando as normas de organização, pois eles

deverão ser tratados como seres humanos em processo de atendimento dos serviços de saúde.

Dentro do hospital qualquer atividade deve ser tratada como necessidade de humanização, segundo novo modelo de atendimento, sintonizado com as exigências do século em que vivemos.

O trabalho de humanização faz parte do processo de formação de multiplicadores, mediante a compreensão da importância da humanização, e constantes trocas de experiências.

O programa de humanização tem como características:

- 1- ser um programa solidário, sem egoísmo e com ampla participação;
- 2- ser um programa que trabalha com gente anônima no hospital;
- 3- sua receptividade é grande e de fácil engajamento;
- 4- ser um programa que pede a participação de diversas categorias profissionais, sob o título geral de profissionais de saúde, todos com forte influência no resultado do trabalho.

Assim, a humanização deve-se fazer desde a porta da entrada até a saída, sendo que cada profissional tem sua parcela de contribuição. A previsão da proposta é a multiplicação progressiva do Programa de Humanização para os hospitais da rede pública, com o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, visando transformá-los em centro de referência em humanização.

5- A humanização e o Serviço Social

O Serviço Social tem como prioridade prestar um serviço de qualidade ao usuário, reconhecendo-o como cidadão de direito, inclusive o direito à saúde. Este setor social é o responsável pelo trabalho das relações humanas entre os usuários, seus familiares e servidores da instituição e, sendo assim, deve estar preparado para

oferecer respostas sobre as diferentes situações do cotidiano hospitalar (internação, tratamento, alta e óbito).

O usuário e/ou familiar deverá ser acolhido e ouvido pelo Serviço Social para expor suas dúvidas, tristezas e esclarecimentos necessários, para que eles possam formar sua consciência crítica a respeito da política de atendimento da saúde, fortalecendo sua posição de cidadão e sujeito de sua própria história, numa perspectiva sócio-educativa.

O assistente social é um ser difusor da humanização, que deve trabalhar conjuntamente em equipe e fazer com que esta realmente integre, transformando o hospital num ambiente saudável e humanizado.

Para a humanização dos hospitais ser completa, não basta focalizar apenas os usuários, antes é preciso humanizar a equipe. Assim, serão destacadas algumas características necessárias para formar-se uma equipe humanizada:

- os funcionários devem ser vistos como seres humanos e não como mais um, nem como uma máquina para trabalhar;
- deve-se estimular e dar condições para que o funcionário cresça e desenvolva seus conhecimentos, criando oportunidade dentro da instituição hospitalar;
- ter capacidade de relacionamento entre usuários e profissionais, bem como profissionais com os gestores;
- ter condições psicossocial para trabalhar, sendo importante ter um ambiente tranquilo e um equilíbrio econômico-financeiro;
- deve-se utilizar a capacidade plena dos funcionários, criando um clima propício ao trabalho em equipe, havendo respeito mútuo;
- é preciso que se acredite nas pessoas, nos chefes, nos funcionários, possibilitando e garantindo a eles o espaço de que necessitam para sua própria manifestação e/ou atuação.

Após a exposição destas características é preciso pontuar que o trabalho humanizado precisa ser desenvolvido pelos dois lados (funcionários e usuários), pois não se deve cuidar somente do usuário, é necessário olhar também para aquele que cuida, sendo que este, também, está sujeito a sentimento de dor, receios de cometer erros, falhas e deve trabalhar com usuários de difícil relacionamento.

Retornando a questão da atuação do assistente social na área da saúde, especificamente em hospitais, ele tem sua prática totalmente voltada para a humanização do atendimento, pois este setor é o responsável pelo trabalho das relações sociais com os usuários, familiares e os diferentes profissionais da instituição.

O assistente social deve estar preparado para ter, buscar e oferecer respostas sobre todos os usuários e seus familiares que ingressem para o atendimento, tratamento, internação, alta e até óbito.

Para visualizar melhor as atribuições do profissional de Serviço Social num hospital humanizado, foi organizada uma listagem abrangendo as diferentes áreas de intervenção, as quais são:

- ser o elo de ligação entre hospital, paciente e família;
- colaborar para melhor adaptação do paciente ao ambiente hospitalar;
- assistir a família do paciente quando a hospitalização e/ou doença acarreta problemas, orientando-a na solução dos mesmos;
- fazer o papel de interface entre paciente e instituição;
- fazer uso e mobilização de recursos da comunidade;
- interpretar e orientar as normas e rotinas da instituição hospitalar;
- participar de atividades de treinamento para estagiários e funcionários do hospital;
- trabalhar com grupos de salas de espera dando palestras, apresentando vídeos e outros;

- trabalhar com grupos de motoristas de ambulância, oferecendo acolhimento e sensibilização quanto à importância do seu papel;
- visitar os leitos;
- gerenciar a casa dos acompanhantes;
- acompanhamento às famílias de pacientes que vierem a óbito;
- orientar, quando necessário, o paciente e/ou familiares sobre os benefícios do INSS, promotoria e outros;
- encaminhamento para aquisição de órteses e próteses;
- agilizar as altas hospitalares e ambulatoriais;
- agendar retornos ao Serviço Social quando necessário.

Por meio dessa listagem, pode-se constatar o quanto é importante e necessária a presença do assistente social no trabalho da saúde, pois ele irá facilitar o avanço do atendimento humanizado, permitindo a criação de mecanismos para captar a voz de todos os envolvidos e ampliar os espaços de comunicação e diálogo entre os vários segmentos do hospital e entre estes e os usuários.

Isso poderá proporcionar informações importantes e fidedignas, com maior transparência e eficácia nas relações entre os hospitais, seus usuários e a comunidade.

Finalizando este artigo, pode-se concluir que a humanização deve ser vista como uma das dimensões fundamentais da saúde, não podendo ser entendida como apenas um “programa” a mais a ser aplicado aos diversos serviços de saúde, mas como uma política que opere transversalmente em toda a rede hospitalar.

Na concepção da humanização como política, devem-se produzir princípios e modos de operar no conjunto das relações entre profissionais e usuários, entre os diferentes profissionais, nas diversas unidades e serviços de saúde, criando, assim, espaços de cidadania para a população.

Uma equipe humanizada cria um clima organizacional favorável ao atendimento do paciente, pois, primeiramente, deve hu-

manizar-se como equipe, para depois humanizar o atendimento do paciente. Conclui-se, então, que a humanização pressupõe uma mudança de comportamento e atitudes por parte dos profissionais e dos gestores dos hospitais, porque não há humanização sem um processo coletivo, em que toda a instituição se reconheça e nele se (re) valorize.

REFERÊNCIAS

CORREA, A.L.; CUNHA, I.C. da. *Prática do Serviço Social na área de saúde*. Porto Alegre: DACASA Editora, 1996.

DRAIBE, Sonia. As políticas de combate à pobreza na América Latina. *São Paulo em perspectiva*. Fundação SEADE. Vol.4, abr/junho, 1990.

MARTINELLI, M.L. O ensino teórico prático do Serviço Social: demandas e alternativas. *Serviço Social & Sociedade* n°44, São Paulo: Cortez, 1994.

Site www.portalthumaniza.com.br

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PUBLIC POLITICS OF INCENTIVE TO UNIVERSITY COMPANY COOPERATION.

Claudia Pereira de Pádua SABIA¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo identificar as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de cooperação entre universidade e empresa. Identificamos o I-Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT aprovado na década de 1970 como o primeiro instrumento da agenda governamental que destacava a necessidade da interação entre universidade e empresa como forma de alavancar o desenvolvimento econômico. Apresentamos também os Incentivos Fiscais, o projeto Parceria para Inovação Tecnológica – PITE e o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas – PIPE, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e, ainda, o Apoio à Parceria Tecnológica Universidade-Empresa – FINEP-TEC, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Finalizando, destacamos a importância dos Fundos Setoriais e da Lei de Inovação como os mais recentes instrumentos de política pública direcionados ao incentivo da cooperação universidade-empresa. Estes instrumentos parecem fazer parte de um projeto nacional de desenvolvimento em C&T para os próximos dez anos, em que um dos maiores desafios é aumentar os investimentos em P&D no Brasil, contando com a participação das empresas nesse processo.

UNITERMOS: políticas públicas; programas de incentivo à inovação; cooperação universidade-empresa.

¹ Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Universidade de Marília/UNIMAR. Doutora em Educação pela UNESP/Marília.

ABSTRACT: This paper aims at identifying public policies that helps development cooperation projects between universities and companies. We have identified Basic I-Plan of Scientific and Technological Development - *PBDCT* approved in the 70's as the first tool of the governmental agenda that highlighted the need of interaction between a university and a company as a way to increase economic development. We also show the Tax incentives, the Partnership Project for Technological Innovation - *PITE* and the Program of Technological Innovation in Small Companies – *PIPE* by the Foundation of Research Support of São Paulo State - *FAPESP*, also the Support to University-Company Technological Partnership - *FINEP-TEC* by Finance Studies and Projects Auspices - *FINEP*. In order to conclude, we also demonstrate the importance of Sector Funds and the Law of Innovation as the latest public policies' tools intended to improve university-company cooperation. These instruments seem to be part of a national project of development in C&T for the next the ten years, in which the leading challenges are to increase the investments in P&D in Brazil counting on the participation of the companies in this process.

UNITERMS: public policies; incentive program to innovation; university-company cooperation.

Nossa proposta é apresentar as políticas públicas implementadas pelo governo a partir da década de 1970, com o objetivo de incrementar e facilitar a cooperação universidade-empresa.

Para desenvolver este trabalho, foi percorrido o seguinte caminho: fez-se, inicialmente, uma breve retrospectiva histórica da política científica brasileira, apresentando o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – *PBDCT*, aprovado no governo Médici, em que se identifica a integração indústria-universidade como forma de alavancar o desenvolvimento econômico. Na sequência, indicaram-se as leis de incentivos fiscais e alguns dos projetos específicos de incentivo à cooperação, como a Parceria para Inovação Tecnológica – *PITE* e o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas – *PIPE*, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – *FAPESP* e, ainda, o Apoio à Parceria Tecnológica Universidade-Empresa – *FINEP-TEC*, da Financiadora de Estudos e Projetos – *FINEP*. Posteriormente, os Fundos Setoriais e a Lei de Inovação, que devem facilitar o processo de cooperação universidade-empresa.

1. Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT

Este plano surgiu num contexto em que os governos militares viam a ciência como motor do desenvolvimento econômico. A política científica, então, consolidou-se com a criação de uma série de órgãos para esta finalidade, o que se tornou possível com a liberação de recursos prioritariamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Nos anos 1990, com a crise fiscal, o FNDCT praticamente desapareceu e, em 1999, passou a alocar 15 fundos setoriais formados com receitas de contribuições incidentes sobre a exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados de setores da produção, entre outros. (GESTÃO, 2005, p. 35)

Conforme Morel (1979, p. 66), o I PBDCT, aprovado pelo decreto nº 72.527, de 25 de julho de 1973, foi composto por cinco áreas de atuação, a saber:

- I) desenvolvimento de novas tecnologias;
- II) fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologia pela empresa nacional;
- III) consolidação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica, principalmente na área governamental;
- IV) consolidação do sistema de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- V) integração indústria-pesquisa-universidade.

O PBDCT definia diretrizes muito claras sobre os rumos que deveria tomar o desenvolvimento científico e tecnológico do país; destacava a necessidade da integração indústria-pesquisa-universidade, como uma das formas de alavancagem do desenvolvimento.

Salles Filho reproduz a íntegra do documento, enumerando as ações que deveriam ser desenvolvidas para buscar essa integração, dentre as quais dá-se, aqui, destaque para a integração indústria-pesquisa-universidade:

[...]

V – Integração Indústria-Pesquisa-Universidade, impulsionada mediante: Disseminação e consolidação dos centros de integração universidade-indústria, para assegurar programas sistemáticos de estágios de estudantes em empresas, para comunicar ao sistema universitário as necessidades quantitativas e qualitativas do setor privado quanto à formação de profissionais, e para permitir a realização conjunta de projetos de pesquisa. (SALLES FILHO, 2002, p. 417)

Portanto, contemplava a previsão de realização de programas conjuntos de pesquisa em setores prioritários e de grande dimensão, com participação de instituições governamentais de pesquisa, universidades e setor privado, particularmente na área industrial. Da mesma forma, previa a adoção, pelas instituições de pesquisa governamentais, de programa sistemático de articulação com o setor produtivo nacional, principalmente para disseminação do resultado de seus estudos, bem como a realização de convênios do Governo com as Universidades, para que estas procedessem a estudos de desenvolvimento regional ou a pesquisas aplicadas, de interesse do planejamento econômico e social e da política científica e tecnológica. Outrossim, contemplava a ampliação dos esquemas de participação do estudante nos programas de desenvolvimento, a exemplo do Projeto Rondon, da operação Mauá, etc.

Desse modo, o I PBDCT foi o primeiro documento governamental que demonstrou o interesse pela cooperação universidade-empresa, indicando as ações que deveriam ser realizadas, bem como disponibilizando recursos para fomentá-las, por meio do FUNDCT. Ficou marcado claramente o interesse pela cooperação como forma de acelerar o desenvolvimento econômico.

2 Leis de Incentivos Fiscais

Durante a década de 1980 e 1990, os recursos do FNDCT – principal fonte – foram decrescendo a cada governo, alcançando o menor volume no Governo Collor. Segundo Motoyama:

Com a chegada de Collor à presidência, tudo degingolou. Produto maquiado pela mídia, ao contrário do que diziam ser, nada tinha de estadista. Sem entender o sentido da modernidade, da qual se arrogava de ser o arauto, em menos de três anos, quase acabou com o potencial científico e tecnológico nacional penosamente construído em quatro décadas. [...] Mais grave ainda, cortou visceralmente os dispêndios em C&T. Já foi visto no capítulo antecedente que o FNDCT viveu seu pior momento nesse governo, com os ínfimos 34 milhões de dólares em média por ano, tão-somente um quinto do tempo do presidente Geisel. (MOTOYAMA, 2004, p. 391)

Com a diminuição dos recursos do FNDCT e um cenário econômico desfavorável, o Governo Collor sancionou a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (BRASIL, 1991), que dispunha sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. A lei oferecia incentivos fiscais para as empresas desenvolverem a capacitação do corpo técnico da empresa nas tecnologias do produto e do processo de produção, programas de pesquisa e desenvolvimento e programas progressivos de exportação de bens e serviços de informática. A citada Lei, do artigo 5º ao 8º, especificava as formas de incentivo, que iam desde prioridade nos financiamentos diretos concedidos por instituições federais, até a dedução de até 50% no Imposto de Renda, isenção de IPI, etc.

O governo Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), que dispunha sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária. A lei oferecia também incentivos fiscais para as empresas industriais e agropecuárias que executassem Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA. O artigo 4º enumerava os incentivos fiscais, que iam desde a dedução de até 8% do Imposto de Renda, até a isenção do IPI, contemplando, ainda, a depreciação acelerada, a amortização acelerada, o crédito de 50% do Imposto de Renda retido na fonte e a redução de 50% do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, etc.

Essas duas leis são citadas, geralmente, como leis de incentivos fiscais que objetivam incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nas empresas. Como um número extremamente reduzido de empresas no país possui departamento de P&D, a grande maioria necessitaria da parceria com as universidades e institutos de pesquisa para desenvolverem conjuntamente as atividades de pesquisa de seu interesse. Desse modo, também seriam consideradas instrumentos de incentivo para a cooperação universidade-empresa.

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (BRASIL, [2006a]), desde a instituição da Lei 8.661/93, estão sendo ou foram executados 161 PDTI/PDTA, cujos resultados estão disponibilizados nos Relatórios Anuais da Utilização de Incentivos Fiscais desde 1997 até 2005.

Carvalho faz uma análise dos resultados da referida lei:

[...] no Brasil, a única experiência recente de financiamento à P&D privada com ônus público se deu através da Lei 8.661/93. Esta, no entanto, só foi efetivada entre os anos de 1994 e 1998, uma vez que a Lei 9.532/97, que a modificou, reduziu os seus benefícios a ponto de torná-la inócua. A resposta do setor privado, no período de vigência efetiva da lei, foi positiva, com uma relação de R\$ 10,00 de investimento privado para cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal. As limitações da Lei 8.661/93, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, não decorreram do instrumento incentivo fiscal em si, mas da abordagem muito ampla e liberal do que podia ser considerado atividade tecnológica para efeito de incentivo. Nesse sentido, considera-se que o instrumento deve ser resgatado, com uma abordagem mais restrita, de forma a incentivar efetivamente o desenvolvimento de novas tecnologias pelas empresas. (CARVALHO, 2003, p. 2)

A Lei de Incentivos 8.661/93 foi revogada a partir de 1º de janeiro de 2006, tendo sido substituída pela Lei 11.196/2005 (BRASIL, 2005b), conhecida como *Lei do Bem*, a qual buscou aperfeiçoar os incentivos fiscais oferecidos pela lei anterior, com o objetivo de que mais empresas pudessem investir em pesquisa tecnológica e de-

envolvimento de inovação tecnológica. O capítulo III da citada lei explicita todos os tipos de incentivo oferecidos às empresas, dentre os quais cabe destacar que as deduções de Imposto de Renda de dispêndios efetuados em P&D podem representar um valor de até o dobro do realizado pelas empresas.

O artigo 21 dessa Lei trata dos recursos destinados à Subvenção Econômica² para a remuneração de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica nas empresas. O valor de tal subvenção será de até 60% (sessenta por cento) para as pessoas jurídicas sediadas nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM, e de até 40% (quarenta por cento) nas demais regiões do país.

A Lei da Informática teve sua vigência expirada e foi revigorada, em novas bases, pela Lei nº 10.176/2000 (BRASIL, 2001a) que voltou a estimular às atividades de P&D no setor de informática.

3. PITE e PIPE (FAPESP) e FINEP-TEC (FINEP)

Na década de 1990, agências financiadoras, como a FAPESP e a FINEP, começaram a incentivar a cooperação universidade-empresa por meio de programas específicos, dentre os quais destacam-se: Parceria para Inovação Tecnológica – PITE –, Parceria para Inovação em Pequenas Empresas – PIPE – e Apoio a Parceria Tecnológica Universidade-Empresa – FINEP-TEC –, os quais serão apresentados nesta seção.

Atualmente, de acordo com o Ministério da Ciência e da Tecnologia (BRASIL, [2006b]), os projetos de cooperação universidade-empresa têm sido apoiados por meio de chamadas públicas e editais, financiados pelos Fundos Setoriais, executados pelos órgãos do MCT, a saber, o CNPq e a FINEP. São concedidos recursos não reembolsáveis e são exigidas contrapartidas finan-

2 “A Subvenção Econômica é um instrumento de estímulo à inovação tecnológica nas empresas, mediante o qual a União, por intermédio das agências de fomento de C&T, promove e incentiva a implementação de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com a concessão de recursos financeiros” (BRASIL, [2006?e], p. 1).

ceiras, materiais ou de recursos humanos, que variam de acordo com o tipo de proposta, de edital e de proponente.

Outros programas do MCT utilizam a realização de projetos cooperativos, cabendo destacar o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – PAPPE – especialmente para pequenas empresas –, o qual foi baseado no modelo do PIPE, implementado pela FAPESP em 1997, e tem apresentado excelentes resultados para a inovação tecnológica. O PAPPE é conduzido em parceria entre as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais e a FINEP, e a Rede Brasil de Tecnologia – RBT –, que estimula a interação entre as Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs.

Os principais projetos de Financiamento da FINEP atualmente são o Pró-Inovação e o Juro Zero. O Pró-Inovação é caracterizado pelo financiamento com encargos reduzidos para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras. As operações de crédito, nessa modalidade, são praticadas com encargos financeiros determinados de acordo com os requisitos do projeto. Com empréstimos sem juros e pagamento em 100 (cem) parcelas, o programa Juro Zero oferece condições diferenciadas para o financiamento de micro e pequenas empresas inovadoras – MPE –, com uma redução drástica de burocracia (BRASIL, [2006d]).

A FAPESP também possui, além do PITE e do PIPE, outros programas de inovação tecnológica, cabendo destacar aqueles mais direcionados à cooperação universidade-empresa, os Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão – CEPID –, os Consórcios Setoriais para a Inovação Tecnológica – ConSITec – e o Programa de Apoio à Propriedade Intelectual – PAPI/Nuplitec (FAPESP, 2006b).

3.1 Parceria para Inovação Tecnológica – PITE

Em 1994, a FAPESP estabeleceu o Programa de Apoio à Pesquisa com Parceria entre Universidades e Institutos de Pesquisa e Empresas, hoje denominado programa Parceria para Inovação Tecnológica – PITE. Este programa, que tem como objetivo fomentar a inovação tecnológica no setor produtivo, é desenvolvido em par-

cerias que envolvem instituições de pesquisa e empresas instaladas em São Paulo. De acordo com as regras estabelecidas, a FAPESP financia a fundo perdido, a parte do projeto sob a responsabilidade da instituição de pesquisa, e a empresa entra com uma contrapartida de recursos próprios ou de terceiros.

A primeira rodada de seleção de projetos foi realizada em março de 1995; mais duas foram feitas em julho e novembro, totalizando três chamadas por ano, o que se repetiu em 1996 e 1997. A partir de fevereiro de 1998, a FAPESP passou a receber os projetos em sistema de fluxo contínuo.

O programa contempla três modalidades de projetos de inovação tecnológica, a saber:

- (a) desenvolvimento de inovação cuja fase exploratória esteja praticamente terminada: neste caso enquadram-se os projetos já realizados pelo pesquisador, com recursos da universidade ou de agências de fomento, nos quais a FAPESP financia até 20% dos custos, devendo a(s) empresa(s) aportar o restante;
- (b) desenvolvimento de inovação incremental associada a baixos riscos tecnológicos e de comercialização: neste caso incluem-se projetos de inovação incremental, envolvendo, normalmente, as etapas de exploração e de certificação, cujos custos são financiados pela FAPESP em até 50%;
- (c) desenvolvimento de inovação associada a altos riscos tecnológicos e baixos riscos de comercialização, mas com alto poder “fertilizante ou germinativo”: são projetos fortemente inovadores, cujo resultado poderá causar um impacto em todo um setor de atividades, os quais são financiados pela FAPESP em até 70% (CECAE-USP, 1998).

Em todos os casos, a FAPESP financia a fundo perdido, as despesas que couberem à universidade ou ao instituto de pesquisa. Para Cruz e Perez, o PITE

[...] hoje é um programa consolidado, apoiando mais de 50 projetos de pesquisa em parceria. Parceria de verdade, na qual o interesse no projeto é aferido, entre outras coi-

sas, pelo valor do investimento efetivo que a empresa destina ao projeto. No conjunto desses projetos, atingimos a média de 60% do custo financiado pela empresa e 40% financiado pela FAPESP. Várias aplicações importantes já foram concluídas, trazendo competitividade à empresa e levando temas relevantes de pesquisa para as instituições acadêmicas. Sempre atenta às oportunidades, em 2000 a FAPESP criou dois “spin-offs” do PITE; O PICTA, Parceria para inovação em Ciência e Tecnologia Aeroespacial, e o ConsiTec, para apoio à formação de consórcios empresariais em parceria com instituições acadêmicas. (CRUZ; PEREZ, 2001, p. 2)

Segundo esses autores, um elemento importante para o sucesso do PITE foi o desenvolvimento da engenharia no país, especialmente em função da intensificação e da progressiva qualificação da atividade de pesquisa nas escolas e faculdades de engenharia, que contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação nessa área. Por isso, não surpreende que grande número dos projetos do PITE se encontre na área das engenharias. De acordo com Oliveira (2000), dos 50 projetos aprovados pelo órgão, 22 eram dessa área, o que fez com que se tornasse, em 2000, pela primeira vez, a maior contratante de bolsas na FAPESP, abrangendo 18,9% dos recursos destinados.

Conforme informações da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária CECAE – USP, (1998):

[...] apesar de uma boa campanha na divulgação desse novo instrumento (PITE), feita por ocasião do seu lançamento, na verdade as empresas enxergam a FAPESP como uma agência voltada para a pesquisa básica. Assim, cabe às universidades procurar a parceria das empresas, mostrando-lhes a contribuição que poderão dar ao seu desenvolvimento tecnológico.

Motoyama apresenta também sua opinião sobre o programa PITE, já que acompanhou seus resultados, desde a sua criação, em 1995, até 2004. Dentre suas observações cabe destacar:

No Brasil, entre as mais importantes iniciativas no sentido de implantar e consolidar a prática de pesquisa por parte de empresas, freqüentemente interagindo com universidades, estão as relacionadas com os programas da FAPESP para o setor, como o de Parceria para Inovação Tecnológica (PITE), o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (PIPE) e os Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID). (MOTOYAMA, 2004, p. 441)

1.2 Parceria de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas – PIPE

Em 1997, a FAPESP lançou o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas. O programa destinava-se a apoiar o desenvolvimento de pesquisas inovadoras – a serem executadas em pequenas empresas sediadas no Estado de São Paulo – sobre importantes problemas em ciência e tecnologia que tivessem alto potencial de retorno comercial ou social. Os projetos poderiam ser desenvolvidos por pesquisadores que tivessem vínculo com as pequenas empresas ou que estivessem associados a elas para a realização do projeto.

De acordo com Nagamini:

Podem participar do programa pesquisadores vinculados a pequenas empresas, ou com até 100 empregados, e sediadas em São Paulo, para desenvolver um projeto de pesquisa no ambiente da empresa, mas que tenha como objetivo a inovação dos processos ou produtos. O financiamento poderá ser concedido em duas fases. A primeira, no valor de até 50 mil reais, destina-se ao estudo da viabilidade técnica, a se realizar em até seis meses e que servirá pra qualificar o projeto para a etapa seguinte. E a segunda, após a definição da viabilidade, quando é concedido o valor de até 200 mil reais, destinados ao desenvolvimento da pesquisa. Nesse programa é permitida ainda a concessão de bolsas aos pesquisadores. Está prevista uma terceira etapa, que a FAPESP não irá financiar, mas poderá colaborar com a empresa na procura de recursos em outras agências de financiamento. (NAGAMINI, 1999, p. 215)

O artigo sobre o programa pioneiro no país de apoio à inovação tecnológica, publicado pela Revista Pesquisa FAPESP (A VITÓRIA..., 2004, p. 34), menciona as origens do PIPE:

O PIPE inspirou-se no Small Business Innovation Resource (SBIR), programa mantido com 2,5% do orçamento das agências governamentais norte-americanas com orçamento superior a US\$ 100 milhões. A sugestão visionária de criar um programa semelhante em São Paulo foi de Alcir José Monticelli, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do Conselho Superior da FAPESP, falecido em 2001.

A *Revista Pesquisa FAPESP*, em seu Suplemento Especial (INOVAÇÃO..., 1999), publicou o encaminhamento de 254 projetos do PIPE para a referida Instituição, sendo 87 aprovados (54 da área das engenharias, 11 da área das agrárias e oito da área de física, o restante pulverizado nas demais áreas do conhecimento), com investimento total de aproximadamente 10,2 milhões de reais.

O mencionado suplemento apresenta também a distribuição das empresas contempladas pelos municípios do Estado, observando que se correlacionam com a existência de centros de pesquisa, destacando-se a capital São Paulo (25), Campinas (19), São José dos Campos (12), São Carlos (8), bem como seus arredores.

Dados mais atualizados sobre o programa foram obtidos no artigo publicado pela Revista Pesquisa FAPESP (A VITÓRIA..., 2004, p. 34):

O programa Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (PIPE), iniciativa inédita no país implementada pela FAPESP em 1997, ultrapassou a marca dos 330 projetos. Ao longo deste período, a Fundação investiu R\$ 55,1 milhões na pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em ambiente empresarial e no financiamento de bolsas para pesquisadores envolvidos no empreendimento. Os recursos do PIPE permitiram a criação e consolidação de 287 empresas em 63 municípios do Estado de São Paulo.

Segundo esse mesmo artigo, para consolidar a inserção das empresas do PIPE no mercado e apoiar a gestão do negócio, a FAPESP, em parceria com o Instituto Empreender Endeavor e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criou, em 2003, o programa PIPE Empreendedor de capacitação para os empresários.

O artigo enfatiza que a contribuição do PIPE para a inovação tecnológica estimulou a criação de projeto semelhante, de âmbito nacional: o Programa de Apoio à Pequena Empresa – PAPPE, lançado em 2003 pelo MCT, com recursos da FINEP.

3.3 FINEP-TEC

O Finep-Tec foi uma modalidade de financiamento lançada na década de 1990, pela FINEP, para fomentar a parceria tecnológica universidade-empresa, que já selecionou um conjunto de 12 universidades para a interação. No Estado de São Paulo, foram selecionadas a USP, a Unicamp e a UFSCar. Conforme artigo da Revista da Indústria (COMPETIÇÃO..., 1998, p. 6), “os programas existem e começam a produzir frutos, mas alguns empresários usuários ainda reclamaram do excesso de burocracia e de regras, que dificultam o seu acesso”, assim como, há também uma grande dificuldade de se conseguir maiores informações a seu respeito.

4 Fundos Setoriais

Um dos grandes desafios para a implementação de uma política de C&T diz respeito ao financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas, ou seja, dos recursos necessários para viabilizá-las. Conforme mencionado anteriormente, o governo criou, em 1969, o FNDCT, que se constituiu na principal fonte de recursos para esta finalidade. Entretanto, o FNDCT nunca contou com fontes estáveis de recursos. Ao contrário, esteve sempre apoiado em recursos do Tesouro Nacional, disputados anualmente no jogo político da aprovação do Orçamento Geral da União (OGU). Desse modo, os re-

curso do FNDCT não alcançavam os montantes exigidos e sempre foi grande a instabilidade a que constantemente esteve submetida a transferência dos recursos, comprometendo todo um planejamento em longo prazo e contrastando com o fluxo financeiro das atividades apoiadas.

Sobre o assunto, Bastos afirma:

Tal situação agravou-se a partir de 1980, prejudicando a execução de pesquisas fundamentais e comprometendo a capacidade de inovação da economia brasileira. A restrição fiscal afetava não apenas as dotações de recursos do Tesouro, mas também os empréstimos externos, pela exigência de contrapartida local. No período 1985/1999, o orçamento anual do FNDCT foi, em média, de apenas cerca de US\$ 50 milhões, alcançando o ponto mais crítico em 1991 e 1992, quando esteve entre US\$ 20 milhões e US\$ 30 milhões. De fato, ao longo da década de 1990 o agravamento da situação fiscal do país inviabilizava qualquer apoio consistente à área de C&T. (BASTOS, 2003, p. 237)

Segundo a autora, nesse cenário, a ampliação de recursos para amparar a política de C&T exigia a identificação de novas fontes de receitas e sua vinculação:

A alternativa para obtenção de recursos para a área de C&T foi a criação de outras espécies de tributos, não incluídas naquelas definidas pela Constituição ou pelo Código Tributário Nacional. A brecha legal ficara clara com a instituição da CPMF e sua vinculação para a área da saúde. (BASTOS, 2003, p. 238)

A partir de 1997, tiveram início trabalhos coordenados pelo MCT objetivando a identificação das áreas prioritárias, das alternativas possíveis em termos de fontes de recursos e da definição de instrumentos normativos mais adequados a cada situação, até chegar à proposta final, submetida ao Congresso pelo presidente da República, no início de 2000.

Bastos comenta a finalização desses trabalhos que ficaram conhecidos como Fundos Setoriais:

[...] de fato, foram elaborados, em tempo recorde e aprovados pelo Congresso em curtíssimo prazo, diversos documentos legais que estabeleceram fonte de recursos (*royalties*, compensação financeira, contribuição de intervenção no domínio econômico etc), rubricas orçamentárias dentro do FNDCT, que ficaram conhecidas como ‘fundos’ setoriais de C&T, além de dois outros de natureza não setorial: o ‘fundo’ de integração universidade-empresa (que ficou conhecido como verde e amarelo) e o ‘fundo’ de infra-estrutura de pesquisas. Por fim, criado o Funttel. (2003, p. 238, grifos do autor)

Conforme informações obtidas no MCT (BRASIL, 2006c), existem dezesseis Fundos de C&T, os quais são listados, a seguir, com sua primeira regulamentação e sua principal fonte de financiamento:

1. Petróleo e gás natural – Lei 9.478 – *Royalties* petróleo e gás
2. Energia – Lei 9.991 – Concessionárias 0,75% a 1%
3. Recursos Hídricos – Lei 9.993 – 4% C.F. geradoras hidroelétricas
4. Transportes Terrestres – Lei 9.992 – 10% arrec. DNER fibra óptica
5. Mineral – Lei 9.993 – 2% da CFEM
6. Espacial – Lei 9.994 – Parcela receita de Alcântara
7. Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Lei 10.052 – sobre receita das concessionárias
8. Tecnologia da Informação – Lei 10.176 – Empresas de Informática
9. Agronegócios – Lei 10.332 – 10 % da remessa de *royalties*, assistência e serviços técnicos.
10. Biotecnologia – Lei 10.332 – 10 % da remessa de *royalties*, assistência e serviços técnicos.
11. Saúde – Lei 10.332 – 10 % da remessa de *royalties*, assistência e serviços técnicos.
12. Aeronáutico – Lei 10.332 – 10 % da remessa de *royalties*, assistência e serviços técnicos.
13. Amazônia – Lei 10.176 – 0,5% do faturamento bruto das empresas de informática da zona franca de Manaus.

14. Aquaviários – Lei 10.893 – 3% da parcela do produto da arrecadação adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante.

15. Infra-Estrutura – MP 2.106-10 – 20% dos demais fundos.

16. Fundo Verde Amarelo – Leis 10.168 e 10.332 – 50% da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico — CIDE, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% da remessa *de royalties*, assistência e serviços técnicos especializados ou profissionais; 43% da receita estimada do IPI incidente sobre os bens e produtos beneficiados pelos incentivos fiscais da Lei de Informática.

O interesse predominante deste estudo centra-se no Fundo Verde Amarelo – FVA, como forma de identificar políticas públicas de incentivo à cooperação universidade-empresa. O FVA é responsável pela gestão dos recursos recolhidos para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação. Criado por meio da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, o programa tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica que intensifiquem a cooperação de Instituições de Ensino Superior e centros de pesquisa com o setor produtivo, contribuindo, assim, para acelerar o processo de inovação tecnológica no país. Os recursos seriam provenientes da criação de uma Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE –, de 10%, incidente sobre remessas ao exterior por pagamentos efetuados na compra de tecnologias e serviços técnicos.

De acordo com o documento Diretrizes Estratégicas para o Fundo Verde Amarelo:

O Fundo deve ter um papel de estímulo, complementação e ampliação do alcance das iniciativas e das diretrizes consideradas prioritárias pelo Governo Federal em conjunto com os segmentos da sociedade envolvidos na interação empresa-universidade. (BRASIL, 2002a, p. 7)

O documento sinaliza que o Fundo deveria fomentar as parcerias, já que os recursos disponibilizados por ele são insuficientes para a demanda, ou seja, deveria buscar-se um aporte maior de recursos junto

à iniciativa privada. Entretanto, segundo Bastos, o orçamento efetivamente executado está, ainda, muito distante do montante aprovado:

[Dados] dos anos 2001 e 2002, apontam ainda para a não-utilização total dos recursos do fundo, pois, enquanto o orçamento aprovado para o FVA, em 2001, foi de R\$ 192 milhões, o orçamento executado foi de apenas R\$ 48.567.000,00 (quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil reais); o orçamento aprovado de 2002 foi de R\$ 170.303.000,00 (cento e setenta milhões, trezentos e três mil reais) e executado apenas R\$ 82.463.000,00 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três reais); o orçamento de 2003 foi de R\$ 216 milhões.³ (BASTOS, 2003, p. 247)

A utilização parcial dos recursos do fundo FVA parece dever-se, a pelo menos, dois fatores: o primeiro é o tempo de maturação da proposta. O Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação, aprovado por lei no final de 2000, tem um tempo relativamente curto e, portanto, ainda é desconhecido por grande parte dos atores que poderiam ser envolvidos. O segundo fator é a operacionalização do Fundo, ou seja, sua gestão, que depende de uma série de normatizações para sua efetiva implementação.

Guimarães esclarece esse processo, afirmando:

[...] não se acredita que tal reforma venha se implementando segundo um plano concebido e modelado em sua integridade *ex-ante*. Ao contrário, a partir do ‘ovo-de-Colombo’ financeiro, que tornou viáveis as receitas para os Fundos setoriais, as pedras vêm sendo colocadas no tabuleiro segundo as circunstâncias e resultantes políticas que envolvem os principais atores. Não que seja um reforma errática ou aleatória, mas tanto a seleção dos setores financiadores dos fundos, alguns dos quais portadores de pouca expectativa tecnológica, quanto ao modelo de gestão proposto, pesado e repleto de interrogações sobre sua operacionalidade, a busca rápida de sustentação conceitual para ampliar o

³ A autora não incluiu o orçamento executado de 2003, por não constituir um exercício fechado no momento da elaboração da tabela.

espectro de destinação de recursos e, finalmente, o enorme e rígido desbalanceamento entre os recursos destinados à pesquisa nas universidades e institutos de pesquisa e àquela realizada nas empresas, tudo autoriza a pensar que, em boa parte, a reforma se constrói no processo de sua implementação. (GUIMARÃES, 2002, p. 42)

Portanto, apesar dos problemas relacionados à operacionalização do FVA e do desconhecimento dessa política de incentivo à cooperação universidade-empresa pelo setor produtivo e pela comunidade acadêmica, “o Fundo Verde-Amarelo deverá se constituir, nos próximos anos, em uma das políticas de incentivo mais relevantes nesse processo, já que as previsões de recursos para essa finalidade, até o ano 2009, são de R\$ 2 bilhões” (FUNDOS..., 2002, p. 27).

5 Lei de Inovação

Foi aprovada, em dezembro de 2004, a Lei nº 10.973, que dispõe sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005a), e deve contribuir para os projetos de cooperação universidade-empresa, pois libera os pesquisadores das instituições públicas para prestarem serviços no ambiente produtivo, ou seja, nas empresas.

Destacam-se, a seguir, trechos do Decreto que comprovam essa afirmação:

Capítulo III Do estímulo à participação das ICT⁴ no processo de inovação

Art. 9º É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços compatíveis com os objetivos da Lei nº 10.973, de 2004, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

§1º A prestação de serviços prevista no *caput* dependerá de aprovação pelo órgão ou autoridade máxima da ICT.

⁴ Órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

§ 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviços prevista no *caput* poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituições de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob forma de adicional variável, desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

Esse aspecto da Lei de Inovação deverá favorecer a contratação de pesquisadores pelas empresas para o desenvolvimento tecnológico. Conforme Izique:

[...] menos de 29 mil cientistas brasileiros trabalhavam em empresas, em 2001. Na Coréia, no mesmo período, esse número chegava a 94 mil e nos Estados Unidos superava os 800 mil. Os indicadores de propriedade intelectual refletem a ausência dos pesquisadores nas empresas e o baixo investimento em P&D: 120 patentes depositadas por empresas brasileiras ante 3.500 de empresas coreanas. (2004, p. 31)

A Lei de Inovação dispensa as instituições públicas de pesquisa de realizarem licitação para a transferência ou licenciamento de tecnologia. A regulamentação da lei (Decreto 5.563) foi bem recebida nas universidades paulistas, segundo informações constantes do artigo da Revista Pesquisa FAPESP:

Precisávamos da dispensa de licitação para facilitar o licenciamento de patentes, comenta Luiz Nunes, pró-reitor de pesquisa da Universidade de São Paulo (USP). A USP utiliza agentes especiais para promover suas patentes junto aos clientes antes da licitação e tem problemas para estabelecer os valores do pagamento das comissões. Nunes também considera um ‘progresso’ o fato de a universidade poder, a partir de agora, conceder licença sem remuneração a pesquisadores interessados em constituir-se ou associar-se a empresas inovadoras. (À ESPERA..., 2005, p. 27)

Esse artigo destaca também que a USP e a UNICAMP criaram organismos para gestão da inovação previstos na lei: a Agência de Inovação e a Inovacamp, respectivamente. A UNESP começou a organizar a sua. Segundo o pró-reitor de pesquisa da UNESP, José Arana Varela, está sendo criado um conselho de inovação tecnológica que vai ditar a política de propriedade intelectual da universidade.

Cabe, ainda, atentar para o fato de que a Lei autoriza o aporte de recursos públicos diretamente às empresas, como medida de estímulo ao desenvolvimento tecnológico. Observe-se o artigo 5º, do Capítulo II: Do estímulo à Construção de Ambientes Especializados e Cooperativos de Inovação:

A União e suas entidades poderão participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores, desde que haja previsão orçamentária e autorização do presidente da República. (BRASIL, 2004b, p. 2)

A Lei de Inovação e seu decreto de regulamentação deverão alavancar a cooperação universidade-empresa por retirar uma série de entraves que dificultavam esse processo, facilitando a liberação do docente para trabalhar na empresa por um determinado período, com remuneração adicional do projeto, e propiciando o desenvolvimento de pesquisas diretamente ligadas aos interesses empresariais.

Considerações finais

Portanto, os incentivos fiscais, a Regulamentação do FNDCT, a Lei da Inovação e dos Fundos Setoriais, abordadas neste estudo, parece fazer parte de um conjunto de diretrizes estratégicas a longo prazo, reunidas no Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2002c), uma espécie de síntese da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação realizada em Brasília, em setembro de 2001. Esse livro traça as linhas de um projeto nacional de de-

envolvimento em C&T para os próximos dez anos, em que um dos maiores desafios é aumentar os investimentos em P&D no Brasil. Para atingir esse objetivo, conta-se com a participação das empresas nesse processo, incrementada pelos incentivos fiscais e pela Lei da Inovação.

Nesse estudo, foi possível vislumbrar uma série de instrumentos de política pública para incentivar a cooperação universidade-empresa. Entretanto, parece haver um deslocamento da destinação dos recursos financeiros para a cooperação, antes centralizada mais nas universidades e nos institutos de pesquisa e, agora, mais direcionada para as empresas. Este movimento coincide também com as metas contidas no Livro Branco (BRASIL, 2002c) que propõe alcançar, em 2012, 2% do PIB em investimentos em P&D para o setor privado, aproximando seu dispêndio médio ao dos países da OCDE, o que implicará crescimento médio anual da ordem de 15%.

REFERÊNCIAS

À ESPERA de resultados: decreto de regulamentação coloca em vigência a lei de inovação. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 117, p. 27-28, nov. 2005.

A VITÓRIA da competência: PIPE, programa pioneiro no país de apoio à inovação tecnológica, atinge a marca dos 330 projetos. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 101, p. 34-35, jul. 2004.

BASTOS, V. D. Fundos públicos para ciência e tecnologia. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 229-260, dez. 2003.

BRASIL. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 out. 1991.

_____. Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 jun. 1993.

_____. Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capa-

citação e competitividade do setor de tecnologia da informação. *Diário Oficial [da] União*. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 12 jan. 2001a, Seção I – E, 1ª página. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/legislacao/lei_10176_11_01_2001.asp>. Acesso em: 18 mar. 2006.

_____. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para Ciência, Tecnologia e Inovação. *Diretrizes estratégicas para o Fundo Verde-Amarelo*. Brasília, DF, 2002a. (Documento básico – Proposta).

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: MCT, 2002c. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 1 abr. 2006.

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 3 dez. 2004b. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 8 nov. 2005.

_____. Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*. Dez. 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 13 out. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5563.htm>. Acesso em: 12 mar. 2006.

_____. Os fundos de C&T. Brasília, DF: MCT, [2006?c]. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/contet/view/1403.html>>. Acesso em: 22 abr. 2006.

CARVALHO, R. Q. Por que as empresas são menos propensas a investir em P&D no Brasil. *Jornal da Unicamp*, [Campinas], 2 a 8 jun. 2003.

CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais - USP. Programa PITE: parceria para inovação tecnológica/FAPESP. São Paulo: CECAE – USP, [1998?] Disponível em: <<http://www.cecae.usp.br/guiaatec/pite.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

COMPETIÇÃO exige mais pesquisa. *Revista da Indústria*, 1998. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Eureka/2471/pesqcomp.html?200615>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

FAPESP - *Programas especiais de inovação tecnológica*. São Paulo: FAPESP, 2006b. 1p. Disponível em: http://www.fapesp.br/materia.php?data%5Bid_materia%5D=1984. Acesso em: 15 abr. 2006.

FUNDOS setoriais: incentivo para a inovação. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 75, p. 27, maio 2002.

GESTÃO modernizada: regulamentação do FNDCT reforçará atuação da Ciência e Tecnologia. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 116, p. 35, out. 2005. Seção Política Científica e Tecnológica – Financiamento.

GUIMARÃES, R. Pesquisa no Brasil: a reforma tardia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 41-47, 2002.

INOVAÇÃO tecnológica. *Revista Pesquisa FAPESP - Suplemento Especial*. São Paulo, n. 46, 1999.

_____. *Revista Pesquisa FAPESP - Suplemento Especial*. São Paulo, n. 69, 2001.

IZIQUÉ, C. Correção de rota. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 104, p. 30-32, out. 2004. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=2925>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

MOREL, R. L. de M. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MOTOYAMA, S. (Org.). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

NAGAMINI, M. A FAPESP nos tempos da globalização: da década de 80 aos dias atuais. In: MOTOYAMA, S. (Org.). *FAPESP uma história de política científica e tecnológica*. São Paulo: FAPESP, 1999.

SALLES FILHO, S. *Política de ciência e tecnologia no IPND (1972/74) e no IPBDCT*, 2002, p. 417.

A JUSTIÇA COMO UM IDEAL A SER PERSEGUIDO NA REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA.

JUSTICE AS AN IDEAL TO BE PURSUED IN DEMOCRACY

Ana Maria CAMPOREZ¹

Marília Vilardi MAZETO²

Patrícia RIBEIRO³

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo uma análise histórica sobre Justiça, abordando conceitos, função e idéias sobre o tema. Traz todo o processo histórico sob a visão da Filosofia e do Direito com a proposta de compreender os seus vários aspectos e sua real função, levando-nos a reflexões sobre a justiça em nossos dias. Dessa forma, levanta-se a discussão sobre dois significados principais da justiça: como conformidade da conduta a uma norma e como eficiência de uma norma, entendendo por eficiência de uma norma certa capacidade de possibilitar as relações entre os seres humanos. Assim, o presente texto pretende oferecer subsídios para esse pensamento ou reflexão, apresentando um horizonte teórico para o qual confluem os ideais de igualdade, de liberdade, de felicidade, de utilidade e de paz, segundo os critérios dos filósofos.

UNITERMOS: justiça; liberdade; igualdade; dignidade e ideais.

ABSTRACT: The present study has the objective to historically analyze Justice, approaching its concepts, function and ideas. It brings all the historical process under Philosophy and the Laws view, in order to understand some aspects and its real function, making us to reflect about justice nowadays. In this way, two main meanings of justice arise: the conformity of the

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade de Marília.

2 Assistente Social, Professora. Mestre em Direito.

3 Graduada em Serviço Social pela Universidade de Marília.

behavior onto a norm and the efficiency of a norm, for efficiency of a norm we mean the capacity to make the relationship between the human beings possible. Thus the present text intends to offer subsidies for these thoughts or reflections, presenting a theoretical horizon for peace and utility, happiness, freedom and equality ideals according to the philosophers' criteria.

UNITERMS: justice; freedom; equality; dignity; ideals.

1- Olhares para os momentos históricos da justiça

Ao buscarmos um olhar histórico sobre Justiça é necessário entender que a idéia de Justiça está ligada à vida do ser humano e que essa vinculação determina sua operacionalidade em conformidade com a realidade social.

Em primeiro lugar é importante citar que a noção de Justiça nos remete à totalidade dos seres humanos. Assim, inevitavelmente, a idéia de Justiça esta ligada à idéia de igualdade, como a de Platão, a de Aristóteles, a estóica e a cristã, a de Santo Agostinho, a de Santo Tomás, a de Kant e a dos juristas e filósofos contemporâneos. Todos iniciam suas discussões a partir desse ponto.

O elemento definidor da justiça, como idéia de igualdade, aparece desde a Grécia Clássica. Para esclarecimento, foram selecionadas algumas perspectivas marcantes de pensadores clássicos no tratamento dessa idéia de justiça,

Segundo a perspectiva platônica, a justiça aparece como virtude do cidadão ou do filósofo, pois Platão afirma que “só conhece a justiça aquele que é justo, que está no trato constante com a justiça. Esse agir com justiça consiste exatamente na superação de toda a atitude egoísta” (Platão 440.d *apud* SALGADO 1995, p. 24). Assim, ao se reconhecer a igualdade de direito do outro contra a reivindicação de tudo para si ao colocar no agir humano o outro como igual, torna-se a Justiça a maior das virtudes, o que justifica as colocações de que fazer justiça é melhor que recebê-la e sofrer a injustiça é melhor que praticá-la.

Na idéia socrática, o melhor modo de viver, o viver feliz na sua alma, é viver praticando a justiça, pois o justo supera todos os

demais males porque tem a alma sadia e o equilíbrio necessário para superar as outras dificuldades.

Nesse sentido, pode-se entender que a conformidade de nossas ações com a lei é que as torna justas. Só a sentença ou os atos das autoridades podem ser injustos, não a lei, pois qualquer defeito seu deve ser modificado e não ela ser violada.

Na visão de Platão (*As Leis*), existem duas vertentes que se separarão no correr da história: justiça como idéia norteadora da conduta e definidora do direito e da lei e a justiça como virtude norteadora e determinada pela lei.

No segundo momento de reflexão sobre justiça, buscou-se entender o pensamento de Aristóteles, que, em seu livro *Ética a Nicômaco* (1130 a), desenvolveu a idéia de que a Justiça é uma virtude, não natural do ser humano, mas um hábito. É adquirida por a exercitarmos, como no caso do arquiteto que aprende a construir construindo, ou do justo que aprende a justiça praticando-a. Toda virtude e toda técnica nascem e se desenvolvem pelo exercício.

Segundo Salgado (1995), Aristóteles distingue duas classes na justiça: uma é a Justiça Universal, que se define como a conduta de acordo com a lei e, sendo assim, abrange as demais virtudes, e a Justiça particular, que é o hábito que realiza a igualdade. Não privilegia a lei e até mesmo traz a possibilidade de retificá-la pela equidade. Ou seja, na ética aristotélica temos as virtudes que o agente pode referir somente a si mesmo e as que se referem aos outros e ambas são chamadas de justiça. Se na relação com o outro a virtude é apenas o cumprimento da lei geral, chama-se virtude universal; se for acentuadamente a observância da igualdade, é a justiça estrita ou particular.

Na Idade Média, o mesmo ideal de Justiça cobriu-se de religiosidade, na medida em que o Cristianismo encontrou, no conceito estoíco de igualdade universal dos seres humanos, um elemento de grande importância para a consideração da igualdade universal dos homens, como alma, perante Deus (SALGADO, 1995).

Com isso, na primeira fase da antiguidade, a idéia de Justiça confirmou-se como um conceito de igualdade abstrata, adequada às

condições históricas, até que se pôde receber um novo elemento positivo graças à Revolução Francesa, a liberdade.

A partir de então, não se configurou mais a idéia de Justiça como uma igualdade qualquer, mas uma igualdade de direitos dos seres humanos, enquanto seres que são livres por natureza e criadores do seu próprio destino político, bem como de sua ordem jurídica.

Nesta fase revolucionária, acontece também uma sólida fundamentação filosófica que, segundo Perelmam (1996), por meio do pensamento de Kant, trouxe um novo conceito de Justiça: a idéia de justiça como liberdade e igualdade. Como idéia, ainda que não se realize totalmente, fixa um projeto de realização futura e assenta as bases deste ideal, enquanto bem, considerado na sociedade como consequência de sua constante preocupação pelo universal.

Embora a Revolução Francesa colocasse a par da igualdade e da liberdade a fraternidade, Kant não a leva em consideração, centralizando seu conceito de Justiça num elemento eminentemente ético, a liberdade e, ao lado dela, a igualdade.

Na visão de alguns estudiosos, segundo o filósofo acima citado, o primeiro bem que se deve reconhecer a cada um, pelo simples fato de ser humano, é a liberdade. Com isso Kant acreditava ter assentado as bases para um projeto mais ambicioso que é o da paz perpétua não só interna, mas também entre as nações.

Ao refletir sobre essa idéia, Huisman (2000) tem claro que para Kant a Justiça se realiza por meio dos Estados, que devem ter uma constituição civil republicana, combinando liberdade dos membros da sociedade enquanto seres humanos, submissão de todos enquanto sujeitos a uma legislação comum, igualdade dos cidadãos.

Neste contexto histórico, a idéia de Justiça, tal como a democracia e a liberdade, pressupõe a dignidade de cada um e os direitos do outro, não só de direitos naturalmente adquiridos ou assegurados, mas também de frutos do amadurecimento de uma consciência coletiva e da intensa mobilização política em prol da equidade.

É um projeto ou idéia de Justiça que se tem almejado realizar, apesar de não ter de se resolver como a concebemos. Isso confirma a necessidade de conhecermos alguns elementos da justiça.

1.1 Elementos da justiça

A Justiça é uma virtude que só pode ser praticada em relação ao outro de modo consciente, na medida em que essa prática se destina à realização do seu elemento fundamental: a igualdade.

Entre os elementos que compõem o conceito de Justiça merecem destaque, segundo os filósofos da antiga Grécia, especialmente Aristóteles: *o outro*, uma característica da virtude da justiça, uma alteridade que lhe dá o posto de maior nobreza de todas; ou *vontade*, pois só é possível a prática de um ato justo ou injusto na medida em que alguém o quer. O justo e o injusto são caracterizados pela lei. O ato de justiça, porém, difere do simplesmente justo ou injusto, visto que só se realiza voluntariamente.

Segundo Salgado (1995), Aristóteles entendia que uma pessoa pode causar uma injustiça por acidente, pois não comete injustiça se não age voluntariamente. Ou seja, algumas ações causam danos que não foram previstos, outras prevêm o resultado, porém sem maldade (erro); outras ocorrem com o conhecimento do agente, mas sem perversidade e finalmente outras ações são premeditadas, o que significa que se elegem os meios para se alcançarem os resultados. Neste caso, não só o ato, mas também seus autores são injustos ou justos, conforme causem danos ou bem ao outro.

A conformidade com a lei existe para ordenar as relações e, onde há a ordem legal, surge a possibilidade da justiça, uma virtude pela qual cada um tem o que lhe pertence, e da injustiça, que é o vício pelo qual alguém se apodera do alheio, contrariamente à lei. Além da conformidade com a lei, elemento essencial para conceituar justiça, existe a *conformidade com a equidade* e o *bem comum* na medida em que os iguais devem corresponder sempre ao igual.

A *igualdade* também é um elemento da justiça, na idéia de Aristóteles, porque o justo em relação ao outro é o igual e o injusto, o desigual. A virtude que considera o outro como igual e cujas ações se determinam por essa igualdade é a justiça.

Podemos ainda observar a teoria estoíca (rígida, firme em seus princípios) no que diz respeito ao direito e à concepção de lei. Traz

uma nova concepção de Justiça que é a idéia de um Deus pessoal, que criou tudo o que existe. A justiça divina está em nós, homens, que somos a mais importante criatura porque, sendo criados à semelhança, de Deus em igual condição, somos todos, seus filhos. E porque todos são iguais, a justiça consistirá, daí por diante, em dar um tratamento desigual, visto que os premiados serão os que maiores méritos alcançarem e estes são os que observam a lei de Deus, a lei natural e depois a humana.

Nessa concepção, a Justiça deve reconhecer a alma, o que ela tem de mais valioso que é ser imagem de Deus, ao contrário da carne que é limo da terra. E quem ama a carne mais que a alma, inverte a ordem dos valores posta por Deus. O que deve ser dado à alma é o reconhecimento de sua dignidade como semelhança de Deus e isso constitui o equilíbrio, revelador do elemento igualdade implícito, na concepção de Justiça de Santo Agostinho.

São Thomas de Aquino, um filósofo da era cristã, parte do mesmo princípio de Santo Agostinho de que o homem é imagem e semelhança de Deus. E é sua tarefa desenvolver essa imagem no nível supremo de sua perfeição. Entretanto, o homem não pode promover esta perfeição isolado ou por si mesmo: precisará de coisas exteriores que são colocadas pelo criador para seu uso e, como não se encontra só no mundo nem pode realizar um trabalho sobre ele sem a cooperação dos outros seres humanos, é levado ao seu fim individual e à promoção do bem comum.

Como podemos perceber de início, destacam-se dois elementos da Justiça que são a alteridade e a igualdade.

Na visão de Kant, o elemento central da justiça é a liberdade, que possui um conceito diferente do de liberdade natural (fazer o que se quer), de liberdade jurídica (fazer o que é proibido ou ordenado por lei) e do conceito de livre arbítrio (faculdade de escolher).

A idéia de liberdade, desse filósofo do século XVIII, pode ser explicitada com base em seu conceito de vontade, ou seja, a vontade no seu sentido próprio, identificada com a razão pura da prática e do arbítrio, enquanto é livre, isto é, quando determinado pela vontade ou pela razão pura prática. O arbítrio aparece no homem como um

momento de realização ou aplicação da regra ditada pela vontade. Para que ele seja livre é necessário, pois, que se mostre com absoluta espontaneidade e que se submeta às leis da razão prática, à vontade.

Para Kant, a vontade é, portanto, a faculdade que cria as leis e, na medida em que cria suas próprias regras, é livre. Sob o ponto de vista da autodeterminação, ou seja, da criação de leis para si pela vontade, a liberdade pode ser definida como autonomia (sentido positivo).

Do ponto de vista do livre arbítrio, é o momento em que a lei da razão pura prática deve ser realizada por um indivíduo e a liberdade aparece primeiramente como pura negatividade ou desvinculação total de toda lei da natureza, mas, ao mesmo tempo, como submissão total à lei da razão pura prática, ou seja, como um arbítrio. Somente assim o arbítrio, que é o momento em que a ação aparece sob a pressão de dois pólos (as inclinações comandadas pela natureza e as leis práticas impostas pela razão pura prática), pode tornar-se livre.

No arbítrio define-se o que se quer e se pode e, na vontade como se deve agir. Nessa operação global de universalização da máxima pela sua elevação (ou submissão do arbítrio) à lei da vontade pura é que concebemos a idéia de liberdade (SALGADO, 1995).

Se trouxermos estas questões para a sociedade civil, podemos dizer que fazem parte dos princípios sob os quais ela se assenta: a liberdade de cada membro da sociedade como homem; a igualdade desses membros como súditos; a auto-suficiência de cada membro de uma sociedade como cidadão; cidadão é o co-legislador da sociedade política. A condição para que um membro da sociedade seja reconhecido como tal é a auto-suficiência, ou seja, a produção material de sua vida de forma independente, que pode ser conquistada por uma profissão ou por meio de uma propriedade.

O conceito de liberdade é o primeiro e ordinário princípio *a priori*, em torno do qual giram os demais, a igualdade enquanto súditos e auto-suficiência como cidadãos. Só tem sentido a igualdade de um membro da sociedade com os demais, como os súditos da sociedade civil, enquanto seja ele considerado um ser livre nessa sociedade.

Na sociedade civil, a igualdade não significa igualdade de direitos, que continuam desiguais tanto em relação às coisas enquanto propriedade, como em relação às pessoas (patrão-empregado). Nela, a igualdade consiste em igualdade segundo o direito, no sentido de que uma norma jurídica seja válida para todos.

1.3 Um novo agir segundo as concepções de justiça

Como foi exposto, a justiça é considerada por muitos filósofos a principal virtude, a fonte de todas as outras. Segundo a literatura moral e religiosa, a Justiça é o nome comum a todas as formas de mérito, sendo justo o homem integralmente honesto e benéfico, em suas ações.

Para Proudhon (1887 *apud*, PERELMAN, 1996, p. 8):

[...] a justiça, sob diversos nomes, governa o mundo, natureza e humanidade, ciência e consciência, lógica e moral, economia política, política, história, literatura e arte. A justiça é o que existe de mais primitivo na alma humana, de mais fundamental na sociedade, de mais sagrado entre as noções (conhecimento) e o que as massas reclamam hoje com mais ardor. É a essência das religiões, ao mesmo tempo em que a forma da razão, o objeto secreto da fé, e o começo, o meio e o fim do saber.

O que se pode imaginar de mais universal, de mais forte, de mais perfeito que esse universo de Justiça? Ainda que a justiça seja utilizada como justificativa para uma causa (revoluções, guerras, revoltas), o fato é que cada qual defenderá a concepção de justiça que lhe dá razão e assim agirá.

Existem vários sentidos de justiça e descrevê-los seria difícil. Citemos as seguintes:

- *A cada qual a mesma coisa*
Nessa concepção todos devem ser tratados da mesma maneira, sem nenhuma forma de discriminação.
- *A cada qual segundo seus méritos (justiça distributiva)*

Nessa visão não existe igualdade, mas um tratamento proporcional ao mérito da pessoa, valor moral.

· *A cada qual segundo suas obras*

Essa concepção requer um tratamento proporcional, mas sem um valor moral (intenção, sacrifício), pois considera unicamente o resultado da ação.

· *A cada qual segundo suas necessidades*

Nessa formulação, procura-se diminuir o sofrimento pelo qual o indivíduo passa por não conseguir satisfazer as suas necessidades essenciais. Essa formulação aproxima-se muito da nossa concepção de caridade. Essa justiça vem impondo cada vez mais nas legislações sociais contemporâneas por causa do sistema capitalista e suas conseqüências:

· *A cada qual segundo sua posição*

Essa é uma visão aristocrática de justiça, pois se trata a pessoa de acordo com a categoria social que ela ocupa, ou seja, existem regras para serem aplicadas de acordo com as categorias ou classes sociais.

· *A cada qual segundo o que a lei lhe atribuir*

Nessa formulação, ao atribuir a cada um o que lhe cabe, busca-se fazer a justiça. Ser justo é aplicar as leis. E esse tipo de justiça irá variar de acordo com as legislações, ou seja, cada sistema admite uma justiça relativa a esse direito estabelecido por lei.

A noção de justiça sempre sugere a todos a idéia de certa igualdade. Essa visão tem sido defendida por vários filósofos desde a Antiguidade.

Para o filósofo Tourtoulon, a justiça perfeita consiste na igualdade completa de todos os homens. Para ele, as diversas concepções da justiça-igualitária, possuem a mesma origem, mas diferem apenas na sua realização. Assim, ele chamaria *justiça de caridade* aquela que auxilia os indivíduos na satisfação de suas necessidades.

A *justiça distributiva*, por sua vez, também utiliza a igualdade, ao levar em conta às capacidades e esforços individuais para concessão de vantagens.

A *justiça comutativa* estabelece a igualdade em cada ato jurídico, podendo vincular-se à *justiça compensatória*, que estabelece a igualdade lesada por causa de outrem.

Aristóteles, em seu livro *Ética a Nicômaco*, dizia que, para se aplicar à justiça, era necessário existir uma certa semelhança entre os indivíduos. Essa concepção vem ganhando espaço porque o homem está reconhecendo-se em seu semelhante. Assim, essa forma de justiça vai firmando-se como noção comum de justiça, ou seja, a definição de justiça formal ou abstrata.

Para se aplicar a justiça formal é necessário que se estabeleçam as categorias essenciais e também se considerem os valores e suas modificações através do tempo.

Todas as concepções de justiça concreta podem ser consideradas determinações de justiça formal, pois, seja ela qual for, exigirá sempre que os indivíduos de uma mesma categoria sejam tratados da mesma forma.

Quando aparecem contradições nas regras de justiça ou se torna impossível aplicar a justiça formal, recorre-se à equidade.

A equidade é a forma pela qual se tenta diminuir a desigualdade existente entre os indivíduos de uma mesma categoria. Recorre-se a ela toda vez que a lei, ou um regulamento de justiça concreta, não considerou alguma característica essencial.

Ao se aplicar a justiça com equidade, conseqüentemente, está aplicando-se corretamente a regra. Partindo desse princípio, ser justo é aplicar uma regra, segundo uma das concepções de justiça concreta.

Para se aplicar a justiça formal é necessário haver reflexão, discernimento, um juízo, um raciocínio. Em via disso, a justiça é uma virtude racional e a manifestação da razão na ação.

Quando se observa uma regra, aplica-se uma parte da justiça formal que coincide com um conceito elaborado por Duprél e denominado *justiça estática*. Segundo ele, “a justiça estática consiste em observar uma regra estabelecida, seja qual for esta regra”. Em outras palavras, a justiça estática é aquela que obedece a regras de acordo com a vontade de uma categoria, ao mesmo tempo em que dá um valor moral, de respeito a essas regras, em que o papel da justiça formal se constitui como fundamento da justiça na aplicação do direito positivo.

Por sua vez, a aplicação do direito positivo como justiça só ocorrerá se não houver arbitrariedade nas regras impostas por leis e regulamentos. Uma regra é arbitrária quando a aplicação de uma lei ou um princípio não for justificável, ou seja, a arbitrariedade surge quando se instituem regras que não estavam estabelecidas no sistema de justiça necessário e perfeito, porém irrealizável, por causa dos valores que são inerentes às pessoas, o que nos leva a concluir que o valor é arbitrário. Assim sendo, pode-se afirmar que não existe uma justiça absoluta, inteiramente fundamentada na razão (NUNES, 2004).

No que diz respeito à ação, o ato de uma pessoa só é considerado justo se estiver de acordo com a regra estabelecida. Também pode ser o ato justo aquele em que nem a escolha nem a interpretação de uma regra levantam problema. Outros defendem que o ato justo é aquele que resulta da aplicação correta de todo um sistema jurídico e não somente de uma regra de direito isolado.

Vale comentar, entretanto, que um sistema completamente justo, em que todos estivessem satisfeitos, só seria possível se houvesse um ser humano, legislador ou juiz, que apresentasse uma grande racionalidade e cujas decisões não fossem discutíveis. Como isso é impossível por causa das próprias categorias estabelecidas naturalmente, por exemplo: existe uma pessoa corajosa e outra covarde, uma inteligente e uma néscia etc; torna-se impossível eliminar as arbitrariedades existentes na justiça humana. Dessa forma, a equidade surge para completar a regulação de uma ação justa e a justiça social surge como um modo de assegurar a universalidade de direitos e uma gestão democrática.

Vê-se, então, como é oportuna, fecunda e atual a reflexão sobre a liberdade e a igualdade como critérios de justiça para a realização da real democracia.

Considerações finais

Concluimos, então, que, embora existam vários critérios de ideais de justiça, todos possuem a mesma finalidade que é tratar os indivíduos da mesma maneira, ou seja, sob a idéia de igualdade, uma

virtude que, juntamente com muitos outros elementos (como, por exemplo, a liberdade), é complemento da justiça.

Também a idéia de justiça esta sempre ligada à vida do ser humano. Qualquer desvinculação da idéia de justiça do ser humano não tem nenhuma razão de ser.

Deve ser ressaltado que a aplicação da justiça exige que haja uma certa semelhança entre os seres humanos e a aplicação correta de uma regra é o que irá definir se um ato é justo ou injusto.

Assim, a justiça, segundo vários pensadores, pode ser definida como uma virtude que usa a racionalidade, visando satisfazer as necessidades essenciais de um ser humano por meio de um tratamento comum às pessoas que pertencem a uma mesma categoria.

No decorrer da pesquisa sobre o processo histórico da idéia de justiça, percebemos que existe uma relação das virtudes e dos elementos da justiça com a cultura da dignidade do ser humano. Uma visão que prima pela dignidade humana, que tem como princípio o respeito à vida e à continuidade da vida humana, deve ver as pessoas como seres iguais em direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BONETTI, D.A. et al. *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- HUISMAN, D. *Dicionário de Obras Filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NUNES, R. *Manual de Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PERELMAN, C. *Ética e Direito*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- POZZOLI, L. *Maritain e o Direito*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- SALGADO J.C. *A idéia de justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- VITA, A. *A justiça igualitária e seus críticos*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

O BRASIL NA DÉCADA DE 90: O INÍCIO DO PROCESSO DE INSERÇÃO NO MERCADO MUNDIAL

BRAZIL IN THE 90'S: THE BEGINNING OF AN INSERTION THE INTERNATIONAL MARKET

Walkiria Martinez Heinrich FERRER¹

RESUMO: O atual processo de mundialização do capital suscitou diversas correntes de opinião quanto à definição precisa deste fenômeno: constitui uma corrente ideológica ou um projeto econômico? É possível desenvolver projetos autônomos de desenvolvimento econômico, ou seja, desvinculados do mercado globalizado. No Brasil, as políticas econômicas e sociais do projeto neoliberal passaram a ser implementadas com o governo de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, intensificadas por Fernando Henrique Cardoso. Desde o início da década de 90, a condução da política brasileira esteve claramente em convergência com o ideário neoliberal. A intensificação da circulação financeira, a desobstrução ao mercado internacional, uma marcante desvalorização cambial, intensivo processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária (tendo expressão no Plano Real) são políticas voltadas à inserção econômica do país no contexto da nova ordem. Tendo em vista a fundamentação da afirmação acima, buscou-se a análise de alguns aspectos da política governamental desenvolvida durante a década de 1990. Foram analisados documentos do Governo Federal intitulados “Mensagem ao Congresso Nacional 1997” e “Nova Política Industrial, Desenvolvimento e Competitividade”, em que estão salientadas as principais medidas adotadas pelo governo com relação ao panorama econômico (inflação, nível de renda e emprego e política monetária, creditícia, cambial e fiscal), investimentos para o desenvolvimento

¹ Doutora em Educação pela UNESP/Marília – Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade de Marília. Docente de Metodologia da Pesquisa Jurídica do programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Globalização, neoliberalismo e soberania”, cadastrado no CNPq.

(Programa Brasil em ação), desenvolvimento social (trabalho e educação) e uma nova política industrial visando desenvolvimento e competitividade.
UNITERMOS: globalização; neoliberalismo; política econômica brasileira.

ABSTRACT: The current process of capital globalization keyed up several opinion chains on the need of a precise definition of this phenomenon: Is it an ideological chain or an economic project? It is possible to develop independent projects of economic development, or either, unconnected from the global market. In Brazil, the economic and social policies of the neo-liberal project were first implemented by Fernando Collor de Mello government and later intensified by Fernando Henrique Cardoso's. Since the beginning of the 90's, the conduction of the Brazilian policies was clearly in convergence against the neo-liberal ideas. The strengthening of the financial flow, the exclusion of impediment to the international market, acute exchange rate depreciation, an intensive process of privatization and acts directed to the monetary stabilization (highlighted by the Real Currency Plan) are policies that aim at economic insertion of the country in the context of the new order. By grounding the statement above, the analysis of some aspects of the governmental policies developed during the 90's was carried out in documents entitled "Message to the National Congress 1997" and "New Industrial, Development and Competitiveness Policies" published by the Federal Government. The main acts adopted by the government are pointed out in relation to the economic panorama (inflation, income and job status, monetary politics, credit, currency exchange rate and fiscal policies), investments for development (Brazil in action Program), social development (job and education) and a new industrial policy aiming at development and competitiveness.

UNITERMS: globalization; neo liberalism; Brazilian economic policies.

Desde o início da década de 1970 o mundo vem passando por profundas transformações, que não se restringem somente à área econômica, estendendo-se, principalmente, à área social. A esse conjunto de mudanças denominou-se "processo de globalização", que também pode ser entendido como "planetarização", "aldeia global" ou "americanização", dependendo do enfoque da análise. Mas, essencialmente, o "processo de globalização" constitui a mundialização do capital financeiro, ou seja, do capital rentista ou fictício. O

processo aqui denominado mundialização do capital pode ser definido como uma reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, visando a recuperação das taxas de acumulação das décadas anteriores.

Tendo em vista a viabilização das medidas adotadas para a reestruturação capitalista, foram necessárias determinadas políticas que possibilitassem o pleno desenvolvimento do processo. Integradas nesse contexto, surgem denominações como privatizações, desregulamentação econômica, abertura de mercado, desterritorialização, Estado mínimo e exclusão social, sendo viabilizadas por um programa de governo específico, o neoliberalismo. O programa neoliberal possibilita a implantação de reformas necessárias ao desenvolvimento e reprodução do capitalismo financeiro, podendo ser caracterizado como a sua *expressão política*, especificamente, como foi salientado, do capital financeiro.

Todo este processo está marcado por profundas discussões e polêmicas, desde sua origem até suas conseqüências. Trata-se de um novo fenômeno, ou apenas, de uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, a chamada terceira revolução técnico-científica? Alguns estudiosos afirmam que a busca pelo caminho das Índias já configurava uma globalização do capital ou, ainda, os primeiros mercadores a realizar o “comércio além fronteiras”. Neste sentido, Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto Comunista redigido em 1848, já relatavam a existência de um mercado mundial.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornaram-se patrimônio comum [...] das nume-

rosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.(COGGLIOLA, 1998, p. 43)

Mas o que presenciamos atualmente, deste o início da década de 1970, é a mundialização do capital financeiro, também chamado de capital rentista ou “fictício”. A lógica do capital se manifesta de uma forma distinta daquela observada após a Revolução Industrial, em que havia a reprodução dos meios materiais de produção: D-M-D’ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro). A mundialização do capital se desenvolve por meio da reprodução do capital financeiro, do capital rentista: D-D’ (Dinheiro-Dinheiro). Neste novo contexto, há uma maior movimentação de capitais no mercado financeiro em detrimento do investimento produtivo: “Dos cerca de US\$ 1,5 trilhão que são negociados no Planeta todo o dia, menos de 5% se relaciona a negócios com bens e serviços. Os outros 95% são parte de atividades especulativas, que fogem com as flutuações de câmbio e as taxas de juros” (FARIAS, 1999).

Estudiosos apontam para a originalidade do processo, marcado essencialmente pela rapidez com que ocorrem as transformações e pelas conseqüências, praticamente imediatas, advindas das políticas econômicas próprias do referido processo. Esta corrente distingue o chamado processo de globalização das transações comercial anteriores, em razão da amplitude em que se apresenta, pois, com o “comércio além fronteiras”, havia a prática da internacionalização do capital e com a globalização temos a formação do mercado mundial no sentido do termo, ou seja, o embricamento ou dependência das economias em termos mundiais. Outra característica, que, esta determinada corrente aponta diz respeito ao desenvolvimento tecnológico verificado desde o início de 1970, período de início do referido processo. A rapidez com que ocorrem as inovações tecnológicas o caracteriza como um novo fenômeno mundial, conforme demonstram os dados da tabela abaixo:

Evolução dos meios de comunicação de massa

Tempo que cada meio de comunicação de massa demorou a atingir 50 milhões de usuários	
Rádio	38 anos
Computador pessoal	16 anos
Televisão	13 anos
Internet	4 anos

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 11/07/1999, p. 1-17 - Base de Dados: Pnud/99

Segundo Giovanni Alves, a rede mundial de computadores, Internet, constitui o arcabouço midiático da financeirização:

O desenvolvimento do ciberespaço na última década do século XX é um produto legítimo – e avançado – da Terceira Revolução Científico-Tecnológica. Ele é um dos importantes avanços no campo da comunicação informatizada, ou telemática, a partir dos anos 80 que contribuiu para impulsionar a mundialização do capital. Na verdade, a Internet se constituiu no arcabouço midiático de uma nova etapa do capitalismo mundial, cuja principal característica é o predomínio da financeirização. (ALVES, 1999, p.169)

O atual processo de mundialização do capital suscitou diversas correntes de opinião quanto à definição precisa deste fenômeno: Constitui uma corrente ideológica ou um projeto econômico? É possível desenvolver projetos autônomos de desenvolvimento econômico, ou seja, desvinculados do mercado globalizado? Visto como o produto do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista pode ser considerado inevitável? São questões ainda sem respostas, pois a humanidade vivencia o chamado processo de globalização e suas conseqüências ainda não estão totalmente definidas.

1. O Brasil e o processo de inserção na nova ordem mundial

No Brasil, as políticas econômicas e sociais do projeto neoliberal, passaram a ser implementada com o governo de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, intensificadas por Fernando Henrique

Cardoso. Desde o início da década de 90, a condução da política brasileira esteve claramente em convergência com o ideário neoliberal. A intensificação da circulação financeira, a desobstrução ao mercado internacional, uma marcante desvalorização cambial, intensivo processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária (tendo expressão no Plano Real) são políticas voltadas à inserção econômica do país no contexto da nova ordem: a mundialização do capital financeiro.

A adoção destas medidas faz parte de uma *estratégia global de modernização liberal*, que procura seguir as regras estabelecidas pelo “Consenso de Washington” (CARCANHOLO, R. A., 1988, p. 88). No final de 1989, membros dos organismos de financiamento internacional (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos se reuniram para avaliar as reformas econômicas implementadas na América Latina. Desta reunião surgiram conclusões e recomendações que acabaram funcionando como um “manual” da política neoliberal, que ficou conhecido como “Consenso de Washington”.

As recomendações propostas pelo “Consenso de Washington” abrangem as seguintes áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, regime cambial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (CARCANHOLO, M.D. 1998, p. 25).

Em linhas gerais, o ideário neoliberal consiste em políticas voltadas à desestatização da economia, com a minimização da interferência do Estado; à abertura dos mercados para desobstrução do comércio internacional, com o objetivo de estimular a concorrência com os produtos nacionais e propiciar a modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva nacional; à estabilização monetária, a fim de atrair investimentos estrangeiros e amplo processo de privatização, com o objetivo de diminuir as dívidas internas e externas.

Durante a década de 1990, estas medidas puderam ser observadas na política governamental do país. Embora não se encontre o termo *neoliberalismo* nos discursos dos dirigentes, a orientação econômica e política se assemelha ao ideário neoliberal. O que está explícita é a afirmação de que o objetivo da política governamental no período era a inserção da economia brasileira no mercado mundial.

Tendo em vista a análise de alguns pontos da política governamental desenvolvida durante a década de 1990, serão utilizados documentos do governo federal intitulados “Mensagem ao Congresso Nacional 1997” e “Nova Política Industrial, Desenvolvimento e Competitividade”, nos quais estão salientadas as principais medidas adotadas pelo governo com relação ao panorama econômico (inflação, nível de renda e emprego e política monetária, creditícia, cambial e fiscal), aos investimentos para o desenvolvimento (Programa Brasil em ação), ao desenvolvimento social (trabalho e educação) e a uma nova política industrial visando desenvolvimento e competitividade.

Convém salientar que este estudo não pretende efetuar uma análise detalhada das diversas políticas governamentais relativas ao processo de inserção do país na nova ordem mundial. Portanto, limita-se ao levantamento de algumas questões, consideradas suficientes para realizar um panorama da política-econômica do governo federal e algumas de suas conseqüências na área social, durante o período anteriormente especificado.

2. O Plano Nacional de Desestatização e a privatização no Brasil

Considerado um dos pilares do programa neoliberal de governo, como um meio de equilibrar as contas internas e externas do Brasil, o processo de privatização de empresas estatais evidenciou-se praticamente durante toda a década de 90. Segundo tabela abaixo, o processo de *ajuste fiscal*, iniciado com o governo Collor de Mello, até o ano de 1994 foi responsável pela desestatização de 33 empresas:

Balço do PND (dezembro 1994)

Governo	Número de empresas	US\$ (milhões)
COLLOR	15	3,494
ITAMAR	18	5,113
TOTAL	33	8,607

Fonte: BNDES

O Plano Nacional de Desestatização (PND) foi considerado, pelo Governo Federal, como uma das prioridades para a reforma do Estado e, tendo em vista a necessidade de “ampliar o alcance do programa e conferir-lhe maior agilidade”, foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (CND), integrado por Ministros de Estado, presidido pelo Ministro de Planejamento e subordinado diretamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma das determinações básicas do CND consistiu na aceleração do processo de privatizações, compreendendo a desestatização dos setores petroquímico, elétrico, ferroviário, financeiro, siderúrgico, de fertilizantes, transportes e telecomunicações. Com a intensificação do processo de privatizações, o governo federal pretende efetuar uma substituição do chamado “Estado-empresa” para uma posição de “Estado-responsável pela fiscalização”, em que foram estabelecidas regras a serem cumpridas pelos investidores a fim de continuarem ofertando bons serviços à população.

Ao abandonar o papel de Estado-empresa, o Governo não estará furtando-se às suas obrigações básicas, mas sim viabilizando o papel de Estado-regulador.

Ao conceder serviços públicos ao setor privado, o Estado poderá dedicar-se mais adequada e exclusivamente às atividades de regulação e fiscalização desses serviços, tarefas essenciais para desenvolvimento econômico e social do País. A consolidação do marco regulatório permitirá aos investidores regras claras e segurança para sua tomada de decisão e garantirá a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população. (GOVERNO FEDERAL, 1995)

Exemplos deste novo papel do Estado como regulador nas áreas privatizadas foram a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Tendo em vista o *ajuste fiscal* – diminuição das dívidas externas e internas – uma das justificativas do governo federal para efetuar a venda das estatais consistiu no repasse das dívidas acumuladas por estas empresas ao setor privado, revertendo estes recursos para a área social. Sobre esta questão, Aloysio Biondi contesta este repasse de dívidas, pois, segundo dados estatísticos apresentados pelo autor, há uma divergência entre o que o governo federal anunciou e o que pôde ser verificado na prática: “O governo diz: as vendas das estatais arrecadaram 68,7 bilhões de reais, e o governo ainda livrou-se de 16,5 bilhões de dívidas que as empresas tinham. No total seriam 85,2 bilhões de reais de saldo”² (BIONDI, 1999, p. 40).

Segundo Biondi, grande parte das dívidas supostamente transferidas aos compradores foram “engolidas” pelo governo, ou seja, o poder público, embora não fosse proprietário das empresas, se responsabilizou pelo seu pagamento. Além desta questão, o autor também aponta outras discrepâncias entre o discurso do governo e o que se verificou na prática:

Houve perdas de longo prazo, a serem pagas em prestações, isto é, o dinheiro não entrou no caixa do governo, mas o seu valor total já foi incluído, enganosamente, nos resultados divulgados pelo governo. Houve ainda dívidas das empresas privatizadas, e que foram ‘engolidas’ pelo Tesouro e deveriam ser pagas pelos ‘compradores’. E mais outras despesas que o governo esconde: investimentos antes das privatizações; demissões em massa antes das privatizações; dividendos que o governo deixou de receber, e pôr aí afora. (BIONDI, 1999, p. 40)

2 Segundo o autor a apresentação destes dados foi possível por meio de um levantamento, efetuado principalmente no período de 1994/1999, do noticiário de jornais diários: *Folha de S.Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *o Estado de S.Paulo*, além de publicações do BNDES.

Dívidas das estatais privatizadas assumidas pelo governo federal
Valor em bilhões de reais

Empresa	Ano	valor	Anos	Quanto o governo perdeu a juros de 15% ao ano
AÇOMINAS	1993	0,4	5½	0,3
COSIPA	1993	1,6	5½	1,3
CSN	1993	1,0	6	0,9
PETROQUÍMICAS	1992	3,0	7	3,1
RFF	1997	3,8	2	1,2
FEPASA-SP	1997	3,0	2	0,9
BANERJ	1997	3,3	2	1,0
TOTAL	1997	16,1	2	8,7

Fonte: Biondi, 1999, p 40

Para exemplificar, considere-se o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do qual, no ano de 1993, o governo federal assumiu uma dívida de 1 bilhão de reais. Segundo o autor, com uma taxa de juros de 15% anuais, o governo perdeu 150 mil reais por ano, totalizando, no período de 6 anos, 900 mil reais. Nestas condições o governo federal, além de ser responsabilizado pelo pagamento das dívidas, ainda perdeu a fonte adicional de recursos provenientes das empresas privatizadas. Ainda sobre esta questão, investimentos feitos pelo governo antes da privatização das estatais, que não foram contabilizados no cálculo do preço da venda, no caso das privatizações da Açominas, CSN e Telebrás e a perda com investimentos anteriores (28,5 bilhões), mais juros de 15% ao ano, chegam ao valor de 37,4 bilhões.

Com relação às demissões em massa, o autor coloca que o governo federal demitiu milhares de funcionários antes de leiloar as estatais, ficando responsável pelo pagamento de indenizações e direitos trabalhistas que caberiam aos “compradores”, além dos encargos de aposentados e fundos de pensão.

A aceleração do processo de privatizações, especificamente no governo Fernando Henrique Cardoso, assim como outros mecanismos de desestatização, como aquisições (compra e venda) e fusões (união de duas ou mais empresas), provocou o enfraquecimento não somente do setor público, mas também do setor privado nacional. As significativas associações com o capital estrangeiro refletiram na perda de controle acionário de parte do empresariado brasileiro.

Como exemplo, cita-se o caso do Grupo Metal Leve, de capital privado nacional, extinto após a venda para o grupo alemão Mahle, em 1996, como também as Organizações Globo e o Grupo Votorantim, que recorreram ao capital estrangeiro por meio de fusões ou empréstimos externos (GONÇALVES, 1999, p.138).

Tabela - Demissões anteriores à privatização das empresas estatais

Empresa	Funcionários existentes	Demissões antes de privatizar
BANERJ	12.000	5,800
FEPASA-SP	Nd	10.000
TECON-SANTOS	6.000	2,300
CENTRO-LESTE	11.000	3,000
CENTRO-OESTE	Nd	2,600
MALHA SUDESTE	7.700	1.100

Fonte: Biondi, 1999, p. 41.

3. Abertura comercial: a desobstrução do mercado nacional ao capital internacional.

Conforme citado anteriormente, um dos componentes do programa neoliberal de governo e uma das recomendações do “Consenso de Washington” consistem na abertura dos mercados nacionais, visando uma maior integração com o comércio internacional. Segundo esta concepção, o aumento da competitividade traria benefícios à indústria nacional, promovendo sua modernização e desenvolvimento. Neste sentido, a política cambial e de comércio exterior no Brasil demonstrou concordância com esta orientação. Segundo documento do Governo Federal:

A política governamental para o setor externo tem procurado consolidar a abertura comercial e a modernização da economia brasileira [...] A abertura da economia é ilustrada pela expansão significativa da corrente de comércio (total das transações comerciais com o exterior), que atingiu cerca de US\$ 100 bilhões. (GOVERNO FEDERAL, 1997)

Num primeiro momento, a política de abertura da economia ao mercado internacional trouxe conseqüências negativas ao parque industrial brasileiro. Nas décadas anteriores havia uma forte tendên-

cia das políticas governamentais em propiciar o desenvolvimento nacional com barreiras alfandegárias para evitar a concorrência com os produtos originários dos países desenvolvidos. O objetivo consistiu em desenvolver tecnologia própria para que as indústrias nacionais tivessem condições viáveis de competir com os produtos importados. Com o término das reservas de mercado, no início da década de 1990, parte das indústrias brasileiras apresentaram sinais de despreparo para competir com a grande quantidade de produtos estrangeiros que tiveram acesso ao mercado, com preços inferiores aos nacionais.

A política governamental salientou alguns mecanismos de incentivo às indústrias nacionais, por meio de financiamentos, com o objetivo de aumentar sua competitividade no mercado internacional. A *Nova Política Industrial*, também conhecida como *Política de desenvolvimento e Competitividade*, implementada pelo governo federal, visava a modernização produtiva, por meio da atração de investimentos e de ganhos de competitividade:

A Nova Política Industrial vigente no Brasil apresenta diretrizes distintas das que orientaram a ação do Governo Federal durante as seis décadas de substituição de importações. A abertura e a estabilização econômica são elementos fundamentais das transformações em curso, que envolvem uma ampla reestruturação industrial.

A ação do agente governamental não traz a marca do “voluntarismo desenvolvimentista”, e orienta-se para estimular o setor privado a promover a reestruturação industrial, que já se traduz em melhoria da produtividade e leva a economia brasileira a tornar-se mais competitiva.

Assim, a abertura comercial representou um grande desafio à indústria brasileira, que ficou mais exposta à competição com países de tradição industrial mais antiga e mesmo com aqueles de industrialização recente, voltados agressivamente para a conquista de mercados externos. Por esse motivo, as políticas, programas e ações que constituem a Nova Política Industrial foram concebidos de forma a apoiar fortemente a reestruturação e o desempenho competitivo do setor. (GOVERNO FEDERAL, 1998)

Em linhas gerais, a Política de Desenvolvimento e Competitividade baseia-se em cinco pontos centrais: promoção de competitividade, modernização empresarial produtiva, redução do “Custo Brasil”, criação de condições favoráveis à maior competitividade e estímulo à educação e qualificação do trabalhador.

O financiamento para viabilização destas medidas ficou sob a responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando expansão e reestruturação produtiva, geração de empregos e qualificação dos recursos humanos, introdução de melhoria de qualidade nas empresas, manutenção de níveis adequados de preservação ambiental e disponibilidade de infra-estrutura e social:

O BNDES passou a desempenhar um papel de instrumento fundamental de promoção da modernização produtiva, não somente pelo maior volume de recursos que aplicou nos diversos setores da atividade produtiva, mas também pela nova postura gerencial de adequar seus instrumentos às reais necessidades dos tomadores dos seus empréstimos. (GOVERNO FEDERAL, 1998)

Desta forma, a política de comércio exterior do governo federal tinha como objetivo um aumento de produtividade no país e condições viáveis de competição no mercado internacional. Uma das conseqüências esperadas com esta política era obter um superávit na balança comercial, com um aumento considerável no volume das exportações.

A atuação do Governo para o aumento de competitividade representa um ponto de apoio indispensável às indústrias brasileiras no esforço para a conquista de mercados e para a reversão do desequilíbrio nas contas externas do País. Como resultado da abertura comercial e da estabilização econômica, o Brasil deixou de ostentar o terceiro maior superávit comercial do mundo, passando a uma fase de déficit na sua balança comercial. (GOVERNO FEDERAL, 1998)

Segundo Rubens Ricupero, secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), o déficit na

balança comercial não se manifestou apenas na economia brasileira, mas esteve presente em grande parte dos países em desenvolvimento que adotaram a mesma orientação política de inserção no mercado mundial:

A verdade é que, para a maioria das economias em desenvolvimento, o aumento das importações tem sido consistentemente superior ao das exportações. O exemplo mais dramático é o da América latina, onde essa brecha é em média de quatro pontos percentuais, mas o desequilíbrio é geral. (RICUPERO, 1999)

Ao tratar dessa situação de desequilíbrio negativo nas contas externas do Brasil, o governo federal esclarece que:

Porém, diferentemente das práticas de concessão de câmbio e crédito favorecidos a setores selecionados, que gerou no passado superávits a um alto custo para a sociedade, a atual estratégia visa a garantir ao produtor brasileiro - sob o aspecto de financiamento - condições de competir de igual para igual com seus concorrentes externos.” (GOVERNO FEDERAL, 1998)

Portanto, o que se pôde compreender da proposta política do governo federal com relação ao comércio exterior foi a capacitação da estrutura produtiva brasileira, por meio de financiamento, para criar condições de igualdade na concorrência com os produtos originários de outros países e obter uma elevação no volume das exportações.

O raciocínio demonstrou ser coerente com o objetivo de crescimento econômico sustentado, não fosse a permanência do “alto custo para a sociedade”, citado como conseqüência do superávit obtido nas décadas de intervencionismo estatal na economia. As conseqüências da política econômica neoliberal para a área social puderam ser verificadas pelas altas taxas de desemprego, que permaneceu em ascensão durante grande parte da década de 1990, e pela crescente exclusão social, demonstrada pela elevação da linha de pobreza de parte significativa da população brasileira, acentuando a desigual distribuição de renda no país.

No contexto da mundialização do capital financeiro não há como visualizar economias extremamente fechadas, desenvolvendo programas econômicos autônomos. Até porque, segundo Carcanholo, este não é o caso do Brasil que, desde a década de 1950, apresenta índices de abertura econômica superiores aos dos Estados Unidos (CARCANHOLO, 1998, p.30).

Desta forma, compreende-se que a questão não diz respeito propriamente à abertura comercial, pois, de certa forma, a concorrência estimula o crescimento, mas à forma como foi implementada pelo governo federal durante a década de 90. Ricupero salienta esta tendência dos países em desenvolvimento em promover a abertura econômica de maneira abrupta, contrariando o que ocorre em nações mais desenvolvidas, em que o processo é lento e gradual. Ao tratar da questão do déficit na balança comercial, o autor esclarece que:

Outra razão de peso se encontra nas liberalizações comerciais de estilo ‘Big Bang’ efetuadas por muitos países pobres em contraste com o processo incomparavelmente mais relutante, gradual e cauteloso seguido pelos ricos. Aliás, os únicos países em desenvolvimento com melhores resultados nessa área têm sido os asiáticos, incluindo China e Índia, que adotaram ritmo seletivo e moderado na abertura. (RICUPERO, 1999)

Segundo o autor, somente nesta década as exportações européias para a América Latina aumentaram em 164%; em contrapartida, o processo inverso “experimentou o modesto incremento de 29%”.

4. Conseqüências sociais da aplicação do ideário neoliberal no Brasil

4.1 Flexibilização trabalhista: o desmonte do mundo do trabalho

Nas décadas anteriores a mundialização do capital financeiro, especialmente no período pós-guerra, o processo produtivo baseava-

se no modelo taylorista/fordista³ de produção, cuja divisão nacional e internacional do trabalho demandava mão-de-obra especializada na execução de determinadas tarefas no interior do processo, acarretando conhecimentos repetitivos e, em sua maioria, com baixa qualificação. Este modelo de acumulação capitalista caracterizou-se por uma intensa exploração da mão-de-obra, tanto adulta quanto infantil, com excessivas jornadas de trabalho, locais insalubres e baixa remuneração, além de um crescente processo de substituição homem/máquina, propiciado pelos avanços tecnológicos.

Mas, em contrapartida, foi um período marcado por uma forte mobilização operária, pois havia as condições propícias ao fortalecimento dos trabalhadores como classe: uma imensa quantidade de operários nas indústrias mobilizava-se em defesa de interesses comuns, como redução da jornada de trabalho e melhorias salariais, tendo os sindicatos como expressão máxima.

O fortalecimento sindical foi acentuado com a intensificação da expansão transnacional dos processos produtivos às localidades das regiões periféricas, ampliando o poder de negociação dos trabalhadores tanto nos países centrais quanto nos países em desenvolvimento: “Como conseqüência das novas estruturas de acumulação expandidas multinacionalmente, ocorreu um crescimento maciço do poder social do operariado, em especial o europeu. Isso ficou claramente evidenciado no final dos anos 60 e começo dos anos 70 por uma onda de mobilização social que atingiu quase todos os países, quando as bases para a atual lógica global começaram a se assentar” (DUPAS, 1999, p. 52).

Esta tendência de fortalecimento sindical começou a sofrer uma reversão exatamente quando estas *bases para a atual lógica global* começaram a afirmar-se. Com o aumento da utilização de tecnolo-

3 Taylorismo: doutrina estabelecida no início do século XX pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor com o objetivo de especialização das tarefas do processo produtivo para obter o máximo de rendimento no menor tempo.

Fordismo: implantação da produção em série na indústria automobilista pelo americano Henri Ford, aproximadamente em 1908.

gias avançadas no processo produtivo, houve um deslocamento na correlação de forças entre os trabalhadores e a classe patronal.

Durante o período em que o processo produtivo esteve assentado sobre o modelo de organização do trabalho taylorista/fordista, havia a necessidade de uma grande quantidade de trabalhadores nas indústrias. Para a *produção em massa* também se faziam necessários *trabalhadores em massa*. Esta necessidade de utilização de um grande contingente de trabalhadores aumentava o poder de negociação dos sindicatos.

A intensificação da automação na grande indústria propiciou a liberação de uma massa de trabalhadores, criando um excedente de força de trabalho que acentuou o contingente do “Exército Industrial de Reserva”, enfraquecendo o raio de ação das bases sindicais: “Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação de produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 1999, p.16).

A reestruturação da empresa capitalista, como uma das respostas à crise da acumulação do capital no início da década de 70, visava à obtenção de um maior lucro sem aumentar o número de trabalhadores. A utilização maciça de tecnologias avançadas no processo produtivo provocou a transformação do trabalho especializado, em que o operário exercia tarefas limitadas, em trabalho polivalente, em que o operário pode operar várias máquinas ao mesmo tempo. O trabalho individualizado passa a ser exercido por uma equipe, no qual um grupo de trabalhadores opera um sistema de máquinas automatizadas.

A produção em *série* e *em massa* do modelo fordista/taylorista foi substituída pela produção pela demanda, ou seja, se produz o que o mercado necessita no momento, com a formação de um estoque mínimo. Utiliza-se o sistema *kanban*, importado das técnicas de gestão dos supermercados nos EUA, no qual os produtos são repostos quando saem das prateleiras, minimizando os estoques. Também há uma preocupação com o controle do tempo de

produção, incluindo armazenagem e transporte, e a qualidade do produto final, expressa pelo sistema *just in time* e pelos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs).

A flexibilização do processo produtivo reflete no mundo do trabalho com a flexibilização das relações trabalhistas, que são forçadas a acompanhar e se adaptar às inovações tecnológicas, com a alteração das relações contratuais. No novo contexto, a *integração vertical* do modelo fordista, em que as diversas etapas de montagem eram realizadas na própria empresa, foi substituída pela chamada *horizontalização* ou *terceirização* do processo produtivo, que consiste no repasse de determinadas fases da produção aos serviços de terceiros. Esta subcontratação de serviços externos ao quadro funcional da empresa debilita a organização dos trabalhadores, acentuando a precarização e informalidade do trabalho, por meio dos contratos provisórios que limitam os direitos trabalhistas.

Em linhas gerais, a reestruturação capitalista iniciada na década de 1970 foi responsável por grandes transformações no mundo do trabalho e no poder de negociação do movimento sindical. A intensificação da utilização de avançadas tecnologias no processo produtivo, responsável pela elevação dos índices de desemprego estrutural e pela desmobilização dos trabalhadores, e o crescimento da economia informal, dentre outros fatores, propiciaram uma acentuação da chamada “dessindicalização” na década de 1990.

A “dessindicalização” constitui um fenômeno de âmbito mundial, pois expressa o resultado de um processo de reestruturação produtiva do capitalismo, estando presente tanto em economias desenvolvidas como nas chamadas economias “emergentes”, recém-integradas ao processo de mundialização do capital.

Nessa etapa de acumulação capitalista, diversos fatores contribuem para a desmobilização dos trabalhadores, como a possibilidade de deslocamento de certos setores do processo produtivo para outras regiões – desterritorialização⁴, desestabilizando a organização

4 Desterritorialização: as atividades econômicas de um determinado país foram sendo desenvolvidas de maneira autônoma com relação aos recursos naturais próprios. A internacionalização do capital propicia a compra de matérias-primas em locais onde apresenta um custo

sindical; a flexibilização do trabalho, acompanhando a flexibilização produtiva, que acentua o trabalho informal, com contratos parciais e precários; e a coexistência em uma mesma fábrica de trabalhadores formais e terceirizados, com salários e garantias diferenciadas.

Todas estas transformações no mundo do trabalho provocam um certo individualismo dos trabalhadores, que, pressionados pela flexibilização nas relações trabalhistas e pelos crescentes índices de desemprego refletem um enfraquecimento do movimento sindical e lhe impõem um grande desafio: “[...] como aglutinar em projetos políticos-sindicais comuns trabalhadores cada vez mais dispersos e em situação progressivamente precária?” (DUPAS, 1999, p.55).

Uma tendência verificada no final da década de 1990 foi um processo inverso ao enfraquecimento dos sindicatos, no que diz respeito às organizações não-governamentais (ONGs) representativas dos trabalhadores, que obtiveram maior expressão substituindo as greves pela publicidade, boicotes, ações judiciais e outros métodos de ação similares (SILVA, 1999).

4.2 O desemprego no Brasil

Segundo dados do Seade-Dieese, no Brasil do final de 1990 havia aproximadamente 12 milhões de desempregados e, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todo o mundo chegou a 1 bilhão (FECESP, 1998). Convém ressaltar que o atual desemprego difere daquele observado em décadas anteriores, em que as oscilações entre crescimento e recessão econômica provocavam o *desemprego cíclico*, possibilitando que a mão-de-obra liberada em épocas de crise pudesse ser reabsorvida pelo mercado de trabalho em um período de alta produtividade. O que se verifica é a predominância do *desemprego estrutural*, ou seja, aquele provocado pela crescente automação do processo produtivo (robótica, cibernética etc.). Nessas condições, a mão-de-obra dispensada difi-

favorável e a instalação das indústrias em países com um grande excedente de mão-de-obra, portanto, mais barata.

cilmente seria reabsorvida pelo mercado, provocando altos índices de desemprego.

Ao tratar das altas taxas de desemprego verificadas no mercado de trabalho brasileiro não há como atribuí-las somente à introdução maciça de avançadas tecnologias no processo produtivo, embora seja um fator fundamental na liberação de um grande número de trabalhadores, principalmente nas indústrias metalúrgicas e automobilísticas. Um outro fator responsável pela formação desta grande quantidade de mão-de-obra ociosa está na condução da atual política econômica: abertura comercial e sobrevalorização cambial.

Segundo Guido Mantega, há uma correlação inversa entre desemprego e crescimento econômico, ou seja, um aquecimento na economia certamente promoverá uma queda nas taxas de desemprego (MANTEGA, 1998). A abertura comercial, iniciada no governo Collor e intensificada com Fernando Henrique Cardoso, propiciou uma avalanche de importações com câmbio sobrevalorizado, permitindo a entrada de produtos estrangeiros com preços inferiores aos nacionais. A política econômica de altos juros, a fim de atrair capital estrangeiro, acabou dificultando e, em alguns casos, inviabilizando o desenvolvimento da indústria nacional.

Desde 1990, houve uma perda de 2.435.860 postos de trabalho formal no Brasil, dos quais 2.111.650 fechados no governo Collor de Mello (1990-92), 428.622 de postos de trabalho abertos no governo Itamar Franco (1993-94) e 752.832 postos fechados no governo FHC (1995-1998) até 1997. Levando-se em consideração que entram 1,6 milhões de jovens brasileiros no mercado de trabalho a cada ano, veremos porque a década dos 90 está sendo a década perdida do emprego no Brasil. (MANTEGA, 1998)

Segundo pesquisa Datafolha, que levantou dados em todo o país, em junho de 1999 o desemprego atingiu 10,4 milhões de indivíduos com mais de 16 anos, compreendendo 10% da PEA. Os dados demonstram que 16% dos brasileiros economicamente ativos vivem de “bicos”, 8% são assalariados sem registro, 7% são autô-

nomos regulares, 5% funcionários públicos, 2% empresários e 1% praticam outros serviços.

Uma das conseqüências da ascensão do número de desempregados no país, durante a década de 90, diz respeito ao aumento de pessoas que se dedicaram ao trabalho precário, vivendo de “bicos” ou trabalhando por conta própria, constituindo um grande contingente de “subproletariado”. Neste contexto havia uma tendência, já confirmada pelas estatísticas, de crescimento da economia informal:

O setor informal da economia brasileira movimentava no mês de outubro de 1997, R\$ 12,890 bilhões, através de quase 9,478 milhões de empresas que empregavam mais de 12 milhões de pessoas, entre pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria, empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados. Do total das empresas, instaladas, sobretudo no Sudeste, 86% pertencem a trabalhadores por conta própria e apenas 14% referem-se a empregadores que contratavam até cinco empregados. (Coordenação Geral de Comunicação Social - IBGE, 1999)

Estes dados foram obtidos pela Pesquisa Economia Informal Urbana elaborada pelo IBGE no ano de 1997, em que foram realizadas entrevistas em aproximadamente 50 mil domicílios nas áreas urbanas de 753 municípios, considerando como pertencente à economia informal toda a atividade de trabalhadores por conta própria ou pequenos empregadores, em atividades não-agrícolas.

Certamente o desemprego não pode ser responsabilizado como o único fator determinante do crescimento da economia informal, pois há trabalhadores que se dedicam a essa atividade a fim de complementar a renda familiar. Mas, segundo pesquisa Datafolha, 52% dos entrevistados que se dedicam a este tipo de serviço o fazem por falta de alternativa de emprego formal.

Em linhas gerais, estes dados demonstram uma fragilização do mundo do trabalho na era da chamada *globalização*, em que se verifica uma alteração na relação capital/trabalho. A precariedade e informalidade do trabalho levaram a uma fragmentação da consci-

ência de classe dos trabalhadores e ao conseqüente enfraquecimento do poder sindical. No caso do Brasil, o governo federal implementou mecanismos de promoção de empregos, como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

Nesse contexto, podem ser visualizadas algumas medidas que podem favorecer a minimização deste quadro de desmonte do mundo do trabalho, como uma política industrial direcionada ao estímulo à pequena e média-empresa, propiciando uma maior oferta de emprego, já que elas são as responsáveis pela maior parte da mão-de-obra empregada no país.

Dupas (1999) argumenta que para haver um crescimento econômico conjugado com uma política social satisfatória há a necessidade de uma participação direta da sociedade civil e da iniciativa privada no setor econômico:

O país vai ter que apresentar um desempenho melhor na área social e o processo só avançará se for invertida a relação: é a sociedade que terá de assumir o processo, por meio das associações e organizações não-governamentais. O Estado vai ser normativo e responsável pela fiscalização, mas quem vai gerenciar é a própria sociedade. (DUPAS, 1999, *O Estado de S.Paulo*)

Portanto, em conformidade com esta proposta, a possibilidade de inclusão no processo produtivo dos chamados “excluídos” depende de uma política consistente de criação de novos postos de trabalho, conjugada com a participação ativa da sociedade civil, relegando ao Estado somente a função de mediador.

4.3 Exclusão social: o aumento das desigualdades

A questão do desemprego nos remete, em termos sociais, à questão central do chamado processo de *globalização*, ou seja, a grande massa da população que permanece alheia às inovações advindas deste processo, os comumente designados como *excluídos*.

Mais do que nunca, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e sociais estão lançadas em escala mundial. O mesmo processo de *globalização*, com o que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produzem desigualdades, tensões e antagonismos. O mesmo processo de *globalização*, que debilita o Estado-Nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições, em escala nacional e mundial. (IANNI, 1997, p.50)

O mundo tornou-se pequeno, o sistema financeiro global negocia imensas quantidades de valores em segundos, informações são transmitidas ao outro lado do planeta em tempo real. Estas transformações ocorrem em grande velocidade, como também se intensifica a automação, o desemprego, o grande número de excluídos e a conseqüente elevação da pobreza de grande parte da população.

Um claro indicativo das conseqüências sociais da política econômica desenvolvida com o objetivo de iniciar o processo de inserção do Brasil no mercado mundial pode ser visualizado pelo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), publicado em 1999, com base em dados obtidos em 1998. O relatório intitulado “Globalização com uma face humana” demonstrou uma queda na qualidade de vida dos brasileiros, fato responsável pelo rebaixamento do país no ranking de desenvolvimento humano. No relatório anterior, com base nos dados obtidos em 1995, o Brasil esteve na 62º posição entre os 174 analisados; no relatório de 1999 ocupou a posição de 79º lugar, saindo do grupo dos países com alto desenvolvimento para o grupo de médio desenvolvimento.

Países vizinhos do Brasil, com um PIB claramente inferior ao nosso, foram classificados entre os 40 melhores, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior a 0,800. Neste período, o conceito de IDH considerava alto desenvolvimento humano um índice de 0,800 a 0,932, médio com uma variação de 0,500 a 0,799 e baixo entre 0,254 a 0,499.

Vejamos a classificação do Brasil no Pnud de 1999, em comparação ao Chile, a Argentina e Uruguai, como também a variação do PIB entre os países:

Classificação de alguns países da América Latina no Pnud 99 - PIB/IDH

Países	PIB (Bilhões US\$)	Posição	IDH
Chile	70,5	34	0,844
Argentina	319,3	39	0,827
Uruguai	20	40	0,826
Brasil	784	79	0,739

Fonte de dados: *O Estado de S.Paulo*, 11/07/99 - Pnud/99

O Brasil, considerado o “gigante da América do Sul”, apresenta uma diferença positiva no PIB de US\$ 764 milhões com relação ao Uruguai e ainda assim estão 39 posições abaixo no Pnud.

O Pnud de 2000 trouxe uma elevação da posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento humano, de 79ª posição passou para 73ª posição. Fato analisado como um positivo indicativo de redução das desigualdades sociais no Brasil, mas, a título de exemplo, no ranking de desenvolvimento humano ficamos abaixo de nações de inexpressiva atuação no cenário econômico internacional, como demonstram os dados da tabela abaixo:

Pnud/2000 - Países de desenvolvimento humano médio

Países	Posição	Países	Posição
México	54	Líbia	64
Cuba	55	Macedônia	65
Bielorrússia	56	Santa Lúcia	66
Panamá	57	Ilhas Maurício	67
Belize	58	Colômbia	68
Malásia	59	Venezuela	69
Rússia	60	Tailândia	70
Dominica	61	Arábia Saudita	71
Bulgária	62	Ilhas Fiji	72
Romênia	63	BRASIL	73

Fonte: Pnud/2000

Com base na conceituação de exclusão social de Reinaldo Gonçalves, ou seja, “[...] grupos humanos que não têm acesso a bens, serviços e produção (uso, controle e propriedade) que permitem a satisfação das necessidades básicas nas dimensões econômica, política, social, cultural e afetiva” (GONÇALVES, 1999, p. 205), podemos concluir que, ao menos a curto prazo, a inserção do país no mercado mundial não proporcionou crescimento de significativa parcela da população brasileira, agravando e/ou acentuando as desigualdades sociais latentes na sociedade.

Considerações finais

No Brasil, assim como nos demais países, o chamado processo de *globalização* tem gerado muita polêmica com relação à sua inevitabilidade ou sua viabilidade. Os que se mostram favoráveis ao processo de inserção da economia do país no mercado internacional, vêem o processo de *globalização* como inevitável, no qual o Brasil não pôde permanecer alheio, por correr o risco de perder “o trem da história”, com um atraso irrecuperável no desenvolvimento das forças produtivas. Aqueles que adotam uma posição contrária argumentam que *globalização* é sinônimo de “entreguismo”, com a conseqüente acentuação da dependência econômica e agravamento dos problemas sociais.

Apesar das conseqüências negativas apontadas durante o texto, durante a década de 1990 foi possível visualizar alguns aspectos considerados “positivos”, como o crescimento da importância da interferência da sociedade civil, por meio das Organizações não-governamentais (ONGs), em questões até então restritas à esfera política; os avanços tecnológicos verificados no período, como exemplo o desenvolvimento das pesquisas na área de saúde; a modernização do parque industrial brasileiro e, principalmente, a busca pela universalização dos direitos humanos e de valores éticos, ou seja, a prática de uma *cidadania global*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Práxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 15-35.
- CARCANHOLO, R.A. A globalização, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atribuída. In: *Neoliberalismo: a tragédia de nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 77-97.
- COGLIOLA, Osvaldo. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- GOVERNO FEDERAL A nova fase da privatização, Sessão de Comunicação Social, Brasília, 1995.
- _____. Mensagem ao Congresso Nacional - 1997, Na abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, Sessão de Comunicação social, Brasília, 1997.
- _____. Nova Política Industrial, Desenvolvimento e Competitividade – Seção de Comunicação Social, Brasília, 1998.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo* São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FECESP – Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, ano VIII, n. 113, mar./98.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MANTEGA, GUIDO. Determinantes e evolução recente das desigualdades no Brasil. Edição Brasileira do Observatório da Cidadania, 1998.
- RICUPERO, Rubens. *Sai dessa! Folha de S. Paulo, Caderno Dinheiro, Seção Opinião Econômica, p. 2-2, 11/07/99.*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DA REVISTA *ESTUDOS*

NORMAS GERAIS - A Revista *Estudos* destina-se à publicação de artigos inéditos de investigação científica, relatos e resenhas, artigos de interesse solicitados pelo Corpo Editorial.

- O autor deverá guardar duplicata do texto e das ilustrações, para maior segurança contra extravio.
- O material enviado não poderá ser submetido simultaneamente à apreciação por parte de outros periódicos ou quaisquer outras publicações, sejam elas nacionais ou internacionais.
- A Revista *Estudos* terá o Direito Autoral sobre trabalho publicado por ela, podendo permitir a sua reprodução total ou parcial.
- A Faculdade de Ciências Humanas, ao receber o material, não assume o compromisso de publicá-lo.
- O Corpo Editorial da Revista *Estudos* reserva-se o direito de editar o material recebido, visando a adequá-lo ao espaço disponível e a princípios de clareza e correção textuais.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

- O trabalho deverá ser datilografado em papel tamanho A4, corpo 12, fonte Times New Roman, com margens laterais de 3 cm, espaço duplo, redigido na ortografia oficial, sem rasuras ou emendas. A lauda deverá ser numerada e

ter um máximo de 30 (trinta) linhas, cada uma com 60 (sessenta) toques. Juntamente com o impresso, deverá ser enviado em CD-Rom, devidamente identificado, com texto digitado em Word for Windows. O texto deverá conter um máximo de 20 (vinte) laudas, incluindo o texto principal e as referências bibliográficas. Ilustrações: serão aceitas, no máximo, 10 (dez) por artigo para a publicação em preto e branco.

- Os artigos devem respeitar a seguinte estrutura:
 - Título do artigo. Serão aceitos em português, e inglês, mas a fidelidade quanto à linguagem será de total responsabilidade do autor.
 - Nome do(s) autor(es): indicado(s) na ordem direta. O(s) autor(es) deve(m) mencionar seu título e/ou filiação acadêmica principal no rodapé da lauda.
 - Resumo: deve possibilitar ao leitor uma visão clara e concisa do conteúdo do trabalho.
 - Unitermos: palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo, fornecidas pelo próprio autor.
 - Abstract: deve ser a versão em inglês do resumo.
 - Uniterms: unitermos em inglês.
 - Texto: distribuído conforme as características individuais de cada trabalho, seja ele de pesquisa, de divulgação, resenha etc.
 - Referências ordenadas alfabeticamente por sobrenome do autor, segundo as normas da ABNT vigentes.

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Deverão estar em conformidade com as especificações contratadas com o setor comercial. A UNIMAR exime-se de qualquer responsabilidade pelos serviços e/ou produtos anunciados, cujas condições de fornecimento e veiculação estão sujeitas, respectivamente, ao Código de Defesa do Consumidor e ao CONAR – Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária.

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

Ademir de OLIVEIRA.....	111
Adriana Migliorini KIECKHOFER.....	121
Ana Maria CAMPOREZ.....	161
Cíntia Maria TRAD.....	95
Claudia Pereira de Pádua SABIA.....	171
Edson CATELAN.....	65
Egli MUNIZ.....	81
Eliana Aparecida Gonçalves FROIS.....	11
Ivana Célia Franco PAIÃO.....	139
José Augusto Meirelles REIS.....	25
Lilia Christina de Oliveira MARTINS.....	81
Luiz Gonzaga de Souza FONSECA.....	121
Marcelo Luís Grassi BECK.....	47
Maria Ester Braga FARIA.....	157
Maria Helena Barriviera e SILVA.....	149
Marília Vilardi MAZETO.....	195
Patrícia RIBEIRO.....	195
Renata LOURENÇO.....	47
Walkiria Martinez Heinrich FERRER.....	207



Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.